

SUMÁRIO

Lindolfo Cazal

- Contribuição para a melhoria da representatividade do índice 3

Demografia

- Projeto de pesquisa sobre o migrante nordestino na Transamazônica — Maria de Lourdes Sá Barreto Pimentel 13
- Utilização das tábuas de vida modelo para se estimar a vida média do Brasil 29
- Tábuas de mortalidade de alguns municípios da capital e a influência sobre as mesmas dos óbitos de não residentes registrados nessas capitais — Luiz Armando de Meireiros Frias 35

Noticiário

- Conferência Mundial de População — Calendário das Reuniões Internacionais de Estatística — Simpósio Internacional sobre as variabilidades nos sistemas hidrológicos e recursos hidráulicos 57

Resenha

- IBGE, o Grande Banco de Dados — Algumas considerações sobre a economia e a população no Mundo — Aufred Sauvy 67

Bibliografia

- Bibliografia sobre renda — Estatística do Comércio Exterior — Censo Industrial do Estado de Alagoas — Anuário Estatístico do Café — Censo Industrial do Estado de Santa Catarina — Anuário Estatístico Embatur — Anuário Estatístico do Estado da Guanabara — Publicações editadas pelos órgãos de estatística do IBGE no trimestre janeiro-março de 1974 — Conjuntura do Sal — 1973 — Indústria de Transformação — Conjuntura maranhense — RBE: índice Alfabético e Remissivo — Ano 1973 83

Necrológio

- José Ayres de Souza Filho 123

Legislação

- Decreto n.º 73.482, de 17 de janeiro de 1974 125

R. bras. Estat.	Rio de Janeiro	v. 35	nº 137	1 a 128	jan./mar. 1974
-----------------	----------------	-------	--------	---------	----------------

Revista Brasileira de Estatística. v. 1- n. 1- jan./mar.
1940- Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística. Diretoria Técnica. Departamento de Divulgação Estatística,
1940-

v.

27cm

Trimestral

Antiga estrutura deste órgão: Brasil. Conselho Nacional de Estatística. Diretoria de Documentação e Divulgação e Instituto Brasileiro de Estatística. Departamento de Divulgação Estatística.

1. Estatística — Periódicos. I. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria Técnica. Departamento de Divulgação Estatística, ed.

CDD 310.5



CDU 31:05(81)

CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA REPRESENTATIVIDADE DO ÍNDICE

LINDOLFO CAZAL

Os que vêm acompanhando os comentários diários acerca dos índices de custo de vida, devem fazer a si mesmos a seguinte pergunta:

Qual será a próxima inovação a ser introduzida no índice?

Pois nesses comentários é relatada, via de regra, a evolução do índice no decorrer do tempo, mostrando, cronologicamente, as modificações sofridas pelo mesmo.

Assim, eles induzem as pessoas a indagarem de onde viria a modificação que traga uma real contribuição para melhoria da representatividade do índice.

Esforço tem sido desenvolvido no sentido de aumentar a abrangência do índice, isto é, ampliando o número de itens — consumo de bens e serviços — que o compõem.

No que respeita à estrutura do índice, ou seja, a sua composição em termos de bens e serviços, o Brasil ocupa uma posição destacada como bem mostram os referidos comentários.

Louvável também tem sido a concepção do instrumento estatístico utilizado para sintetizar vários conjuntos de itens referentes a épocas diferentes e compará-los entre si.

Com o correr dos anos, mudanças têm sido feitas no instrumental estatístico empregado para mensurar a variação ocorrida num conjunto de dados através do tempo.

Essas mudanças têm-se verificado de maneira a aperfeiçoar o instrumento de mensuração, tentando dotá-lo de maior sensibilidade para registrar a variação ocorrida, no tempo, no conjunto de preços que correspondem aos consumos de utilidades.

Não obstante o grande número de itens abrangidos pelo índice, a sua representatividade tem dado margem a inúmeras discussões, principalmente, por aquelas pessoas mais intimamente ligadas aos orçamentos domésticos e, por causa disso, mais sensíveis à percepção da redução do poder de compra do dinheiro.

As reclamações têm vindo com maior insistência das donas de casa que olham com certa desconfiança a evolução do índice.

Freqüentemente são feitas comparações entre as observações pessoais no que respeita ao incremento percentual dos preços e o incremento percentual revelado pelo índice, resultando desta comparação quase sempre uma decepção por parte do consumidor.

O método do encadeamento do índice, introduzindo o conceito de base móvel, apresenta uma grande flexibilidade, pois permite a mudança na estruturação dos componentes do índice, isto é, substituição de utilidades, introdução de novos itens e supressão de outros.

Com o correr do tempo as necessidades mudam em termos qualitativos e quantitativos, isto é, alguns bens deixam de ser consumidos e outros são incorporados, e estes, por sua vez, podem ganhar a preferência do mercado.

Daí a necessidade da atualização do sistema de ponderação dos índices, sendo uma das grandes virtudes do método de encadeamento do índice propiciar esta oportunidade.

O orçamento familiar é feito com base no ganho de um lado e de outro levando-se em conta a quantidade e a qualidade dos bens e serviços a serem adquiridos. Para um mesmo nível de renda e considerando-se duas famílias com número diferentes de componentes, isto é, família numerosa e família com poucos membros, a questão da quantidade e da qualidade é uma opção importante.

Por outro lado, para duas famílias de mesmo tamanho — igual número de componentes — e de níveis de renda acentuadamente diferentes, o esquema de aquisição das utilidades necessita levar em consideração também a quantidade, a natureza e a qualidade dos bens e serviços. Dessa forma demonstra-se a diferença existente nos orçamentos familiares, em termos de itens consumidos quando se consideram os fatores nível de renda e tamanho da família.

Por outro lado, o agrupamento das unidades de consumo em duas categorias, figurando na primeira as famílias que alugam residência ou que estão em processo de aquisição da casa própria e na segunda categoria aquelas famílias que têm já resolvido seu problema de moradia, parece ser, em termos de ponderação, uma importante consideração para efeito de construção dos números índices. Sabe-se que aproximadamente 30% da renda auferida é destinada para cobrir os gastos com a moradia.

A finalidade desta discriminação é tornar, portanto, mais homogêneos os padrões de consumo no que se refere aos outros itens.

A discriminação em duas categorias propiciaria uma melhor adequação do sistema de ponderação, pois o citado sistema deverá apresentar sensível diferença entre os dois grupos.

Evitar-se-ia assim, mesmo em termos médios, atribuir a algumas famílias o ônus ou encargo decorrente do aluguel ou aquisição e reduzir virtualmente o seu poder de compra quando na verdade não existe e, por outro lado, aumenta-se virtualmente o poder de compra do outro grupo, reduzindo o encargo que advém do item gastos com a residência, quando na verdade este último grupo é a categoria mais afetada, pois, como fora dito, aproximadamente 30% do que ganham se destinam ao pagamento dos compromissos de moradia.

A consideração destes dois grupos permitiria a elaboração de um sistema de ponderação mais compatível, dentro de cada grupo, com os dos itens componentes do índice apresentando um quadro mais real da composição dos mesmos no orçamento doméstico e refletindo, em razão disso, o índice maior sensibilidade à variação dos preços dos bens e serviços.

A estrutura de consumo, de cada grupo, deverá apresentar uma participação diferente dos seus componentes de custo e se isto é verdade, por hipótese, e levando-se em conta que o sistema de ponderação deriva da estrutura de custos, deduz-se daí que cada sistema de ponderação há de ter composição percentual também diferente. O problema é claro: só o fato de eliminar em um dos grupos uma componente de custo, já provoca uma diferença de estrutura de custo de grupo para grupo e daí decorre a diferença entre os dois sistemas de ponderação que, por sua vez, pode provocar diferença no resultado do índice, quando este índice é elaborado para cada grupo.

O sistema de ponderação, aplicado ao sistema de preços, é construído com base na estrutura de custos e assim sendo, esta decorrência permite afirmar que o índice é uma função do sistema de ponderação, isto é,

$$I = f (P_1, P_2, \dots, P_n)$$

e, portanto, uma variação ocorrida nas variáveis P_1, P_2, \dots, P_n poderá acarretar uma variação da variável dependente I .

A estrutura de consumo destes dois grupos deve diferir bastante, principalmente, quando se consideram as famílias de pequena renda ou mesmo família de renda mediana, porém com grande número de componentes, pois a parcela da renda comprometida para pagamento das mensalidades correspondentes ao item despesas com a moradia — aluguel ou compra — retira da unidade de consumo uma ponderável capacidade de compra, causando uma possível retração da quan-

tidade e uma possível queda na qualidade dos bens e serviços consumidos ou ainda o adiamento no atendimento de uma necessidade, constituindo-se num fator inibidor na melhoria do padrão de consumo.

A constatação desta realidade e a consideração desta mesma realidade na construção do índice permitiria dar, em primeiro estágio, o passo inicial no sentido de uma melhor representatividade do índice.

Sendo, M_1 e M_2 , o número de unidades consumidoras de cada grupo e, I_1 e I_2 , o seu respectivo índice, o índice geral resultará da ponderação desses dois índices e assim teremos:

$$I = \frac{M_1 I_1 + M_2 I_2}{M_1 + M_2}$$

Num segundo estágio, a consideração dos fatores renda e tamanho da família constitui o segundo passo a dar no sentido da representatividade do índice.

Como foi dito em linhas anteriores, o consumo é condicionado por esses fatores, isto é, o consumo é uma função crescente da renda e do tamanho da família:

$$C = f(R, T)$$

Esta relação é válida quando as variáveis tanto dependentes como independentes são referidas à unidade de consumo ou familiar, sendo, portanto,

$$\begin{aligned} C &= \text{consumo familiar} \\ R &= \text{renda familiar} \\ T &= \text{tamanho da família} \end{aligned}$$

Se admitirmos a natureza crescente desta função estaremos admitindo, implicitamente, a modificação da estrutura de consumo da unidade familiar, quando varia o nível de renda e o tamanho da família.

Baseado, portanto, na veracidade desta hipótese propõe-se a consideração de padrões de consumo específicos, que decorrem da combinação de níveis de renda com classes de tamanho de família.

Considerando-se cada grupo em separado e se admitirmos a idéia de associar a cada família um índice particular, I_i , resulta daí o índice geral assim definido:

$$I = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N I_i$$

$$\begin{aligned} I &= \text{Índice Geral} \\ N &= \text{N.º de família} \\ I_i &= \text{Índice da unidade familiar "i"} \end{aligned}$$

Entretanto, a elaboração do referido índice demandaria considerável recurso a dispender o que tornaria impraticável o seu cálculo, tendo a sua definição validade apenas no campo teórico.

No entanto esta dificuldade, do ponto de vista prático, pode ser contornada mediante a consideração de padrões de consumo específicos, atingindo-se o mesmo objetivo.

Pesquisando-se para cada nível de renda, segundo classes de tamanho da família, o respectivo padrão de consumo específico conforme o Quadro I:

QUADRO I

PADRÃO DE CONSUMO ESPECÍFICO

TAMANHO DA FAMÍLIA	CLASSES DE RENDA	$R_1 - R_2$	$R_2 - R_3$	R_3 E MAIS
	$T_1 - T_2$		PC ₁₁	PC ₁₂
$T_2 - T_3$		PC ₂₁	PC ₂₂	PC ₂₃
T_3 e mais		PC ₃₁	PC ₃₂	PC ₃₃

determina-se a estrutura de custos para cada padrão de consumo específico.

Com base na estrutura de custos pode ser elaborado o sistema de ponderação correspondente ao cruzamento de uma dada classe de renda e uma determinada classe de tamanho da família.

QUADRO II

ESTRUTURA DE CUSTOS

TAMANHO DA FAMÍLIA	CLASSES DE RENDA	$R_1 - R_2$	$R_2 - R_3$	R_3 E MAIS
	$T_1 - T_2$		EC ₁₁	EC ₁₂
$T_2 - T_3$		EC ₂₁	EC ₂₂	EC ₂₃
T_3 e mais		EC ₃₁	EC ₃₂	EC ₃₃

Comparando-se a situação mais otimista — que corresponde à estrutura de custos EC_{13} — com a situação mais pessimista — representado pelo grupamento de famílias cuja estrutura de custos é EC_{31} — pode-se deduzir da importância que tem este tipo de análise quanto à influência no resultado do índice.

Estes dois grupamentos devem apresentar padrões de consumo bem diferenciados, pois estamos cotejando uma família numerosa de baixa renda com uma família de renda elevada e formada por poucos componentes.

Levando-se em consideração a Lei de Engel, pode-se concluir que estas duas famílias ocupam posições diametralmente opostas nos eixos que correspondem à curva que representa a evolução dessa Lei.

Pode-se concluir que a diferença na estrutura de consumo, nessas situações opostas, está na quantidade dos bens e serviços consumidos, na qualidade, no número de itens e natureza dos bens e serviços.

Daí a conveniência de se considerar grupo de famílias com padrão de consumo semelhante, pois a isto deve corresponder uma estrutura de custos — que é a valoração da estrutura média de consumo — da qual deriva, por sua vez, o sistema de ponderação, sendo este sistema mais coerente com a realidade.

Determinada a estrutura de custos para cada padrão de consumo específico, determina-se o sistema de ponderação para cada célula.

QUADRO III

SISTEMA DE PONDERAÇÃO

TAMANHO DA FAMÍLIA \ CLASSES DE RENDA	$R_1 - R_2$	$R_2 - R_3$	R_3 E MAIS
$T_1 - T_2$	SP ₁₁	SP ₁₂	SP ₁₃
$T_2 - T_3$	SP ₂₁	SP ₂₂	SP ₂₃
T_3 e mais	SP ₃₁	SP ₃₂	SP ₃₃

A partir do sistema de ponderação, calcula-se os índices parciais segundo classe de renda e segundo classe de tamanho da família.

Presume-se que as famílias que integram uma determinada célula apresentam, individualmente, comportamento semelhante no que diz respeito aos hábitos de consumo. Esta homogeneidade permite estabelecer-se uma estrutura de consumo médio mais estável, isto é, identificar-se os itens básicos ou elementares que caracterizam o padrão de consumo da célula, facilitando, posteriormente, o levantamento dos preços correspondentes aos itens.

Sendo a estrutura de consumo, em virtude de sua natureza seletiva, mais representativa do grupo, por sua vez, o sistema de ponderação que dela deriva torna-se também mais representativo. Conjugando-se os sistemas de ponderação e de preços, o índice resultante refletirá logicamente, com maior realismo a variação dos preços referentes aos itens que identificam o grupo.

No Quadro IV aparecem os índices parciais em cada célula, os quais espelham o comportamento dos preços afetos a cada grupo.

QUADRO IV

ÍNDICES PARCIAIS

TAMANHO DA FAMÍLIA \ CLASSES DE RENDA	$R_1 - R_2$	$R_2 - R_3$	R_3 E MAIS
$T_1 - T_2$	I_{11}	I_{12}	I_{13}
$T_2 - T_3$	I_{21}	I_{22}	I_{23}
T_3 e mais	I_{31}	I_{32}	I_{33}

No Quadro seguinte, tem-se a função de frequência conjunta das unidades de consumo, segundo as variáveis de renda e tamanho da família.

QUADRO V

DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS UNIDADES DE CONSUMO

TAMANHO DA FAMÍLIA \ CLASSES DE RENDA	$R_1 - R_2$	$R_2 - R_3$	R_3 E MAIS
$T_1 - T_2$	M_{11}	M_{12}	M_{13}
$T_2 - T_3$	M_{21}	M_{22}	M_{23}
T_3 e mais	M_{31}	M_{32}	M_{33}

O índice geral resulta da média ponderada dos índices parciais, utilizando-se como pesos o número de unidades de consumo dentro de cada célula, isto é:

$$I = \frac{\sum_{i=1}^L \sum_{j=1}^S M_{ij} I_{ij}}{\sum_{i=1}^L \sum_{j=1}^S M_{ij}}$$

sendo:

- L = número de classes de tamanho da família
- S = número de classes de renda
- M_{ij} = número de unidades de consumo da classe de tamanho da família de ordem i e da classe de renda de ordem j
- I_{ij} = índice de custo de vida da classe de tamanho da família de ordem i e da classe de renda de ordem j

A desagregação do índice permite a consideração de padrões de consumo de uma gama maior de modalidades como também propicia a participação mais equilibrada de todos os orçamentos familiares na elaboração do índice, conferindo-lhe, em razão disso, maior representatividade.

Como pode ser observado, na medida em que aumenta o número de células em decorrência da consideração de um número maior de classes de renda e/ou classes de tamanho da família, o segundo membro vai se aproximando do primeiro:

$$\frac{1}{N} \sum_{i=1}^N I_i \cong \frac{\sum_{i=1}^L \sum_{j=1}^S M_{ij} I_{ij}}{\sum_{i=1}^L \sum_{j=1}^S M_{ij}}$$

Normalmente a metodologia adotada para a elaboração de um índice de custo de vida admite um único padrão de consumo, que decorre da consideração de uma única classe de renda e de tamanho de família, isto é, a classe de renda considerada abrange algumas classes de renda e o mesmo não se pode dizer quanto à classe de tamanho da família que inclui todos os tamanhos. Daí resulta um único sistema de ponderação e, conseqüentemente, um único índice.

Por outro lado, para se determinar um único padrão de consumo os problemas de amostragem de natureza prática que surgem constituem-se em obstáculos difíceis de serem contornados, pois para que o padrão de consumo seja representativo é necessário grandes amostras que permitam a chance de aparecer na mesma a maior gama de modelos de orçamentos familiares o que, geralmente, não ocorre.

Geralmente os modelos de orçamentos familiares menos comuns ficam de fora, prejudicando a representatividade.

A idéia de se considerar classes de renda e tamanho da família permite pesquisar padrão de consumo específico referente a uma determinada célula, identificando os itens que caracterizam a referida célula.

É possível que o número global de itens venha a aumentar com a introdução do conceito de padrões de consumo específicos, mas isto só ocasionaria maior benefício quanto à representatividade do índice.

Por outro lado, identificados os itens que caracterizam um padrão de consumo específico, o levantamento sistemático dos preços correspondentes a estes itens fica facilitado, pois a variação dos preços é mínima em período curto de tempo, implicando em pequenas amostras com grande precisão.

Cumprе salientar que aumentando o número de itens, aumenta também o tamanho da amostra global relativa ao levantamento sistemático de preços. Entretanto, este esforço é altamente compensado pela maior capacidade do índice de refletir a mudança ocorrida nos preços dos bens e serviços.

Como pode ser observado, a sugestão apresentada para a elaboração do índice parte do princípio de que cada família acharia correto ter o seu índice particular e o índice geral seria formado por todos os índices particulares.

Esta nova abordagem do problema da representatividade do índice encerra uma conotação social, pois permite a participação igualitária de todos os orçamentos domésticos personalizando e, portanto, humanizando mais o índice.

Para finalizar, cumprе assinalar que quanto à mudança de base do índice geral, esta pode ser feita mudando-se as bases dos índices componentes.

A decomposição do índice, permite assim alertar as autoridades quanto às camadas da população que sofrem maior impacto nos seus orçamentos em consequência da elevação dos preços, relacionando-os, prontamente, com os itens que integram o padrão de consumo específico.

PROJETO DE PESQUISA SOBRE O MIGRANTE NORDESTINO NA TRANSAMAZÔNICA*

MARIA DE LOURDES SÁ BARRETO PIMENTEL

Analista Especializada

SUMÁRIO

- I — INTRODUÇÃO
- II — OBJETIVO
- III — JUSTIFICATIVA
- IV — HIPÓTESE DE TRABALHO
- V — METODOLOGIA
- VI — RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

I — INTRODUÇÃO

A literatura sobre Migrações Internas é vasta, e tem proliferado sobretudo nos últimos 10 anos.

A preocupação com o tema se justifica, pelo acelerado processo de urbanização que se opera nos países não desenvolvidos, o que seria melhor definido em termos de “sobreurbanização”, ou seja, crescimento acelerado da população urbana sem que haja compatível desenvolvimento da infra-estrutura econômica e social das cidades.

* Trabalho final apresentado no Curso Intensivo de Demografia, realizado em convênio PUC/CELADE Fundação Ford, de setembro a dezembro de 1973, do qual a Autora participou por indicação do IBGE.

A desenfreada corrida das populações do campo para a cidade, nos três últimos séculos, é um fenômeno característico da maior parte dos países da América Latina, cujos demógrafos, economistas e sociólogos dirigem seus estudos na tentativa de explicá-lo.

Com o objetivo de estudar e explicar o fenômeno da migração interna, os especialistas desenvolvem toda uma discussão sobre a história de vida do migrante, os motivos e condições objetivas para migrar, a racionalidade ou irracionalidade do migrante, os fatores de atração ou repulsão que operam nas áreas de origem e de destino, a dependência desses fatores em relação ao "fator pessoal" (vinculação do migrante com o ciclo vital), o caráter seletivo da migração etc.

Dado o peso e as implicações da migração rural-urbana, que têm acompanhado o processo de industrialização na América Latina, e onde o Brasil não constitui exceção, pouca importância tem sido atribuída às investigações sobre as demais correntes migratórias, e em especial sobre a migração rural-rural na qual se configura nosso objeto de estudo.

Elizaga, no seu livro "Migraciones a las Areas Metropolitanas de America Latina", justifica essa omissão, não só pelo volume dos movimentos migratórios do campo à cidade, como também pelos seus efeitos demográficos sobre a sociedade recipiente, que se traduzem, para ele, em múltiplos problemas, quais sejam: emprego produtivo da mão-de-obra, habitação, assistência médica, problemas que por sua vez influem notoriamente na marcha de todo país.

Dentro dessa perspectiva, trata-se, portanto, de examinar as conseqüências do movimento migratório e não de uma busca de explicação das causas desse movimento que, por ser um fenômeno social, está condicionado historicamente.

As causas, quando investigadas, se restringem ao nível individual, ou seja, aos motivos que propiciaram a mobilidade geográfica do indivíduo. O migrante é assim tomado como um elemento isolado, sem que se leve em conta sua representação em termos de classe social.

Ao se estudar as conseqüências do processo, procura-se quase sempre detectar problemas de mobilidade social, o que, na maioria das vezes, se faz em termos de comparação migrante e nativo.

Sendo a migração interna um fenômeno social condicionado historicamente, impossível estudá-la sem tentar examinar as condições históricas que a configuram.

Nesse sentido, ao conceber a migração como um fenômeno que acompanha o processo de industrialização, necessário se faz caracterizar em que processo de industrialização ela vem ocorrendo.

Essa proposição se torna mais evidente, ao lembrarmos que o processo de industrialização dos países não desenvolvidos difere, substancialmente, da industrialização dos países hoje ditos desenvolvidos e da industrialização dos países de economia centralizada.

Conceber a migração como apenas uma consequência da industrialização, é perder de vista as características institucionais e históricas em que essa industrialização se processou e, nesse sentido, encarar a migração como simples consequência demográfica da mudança técnica.

Ao nos determos na análise de qualquer corrente migratória proveniente de áreas rurais, não devemos nos limitar apenas em examinar as consequências desse movimento sobre as sociedades recipientes (enfoque privilegiado nos estudos de marginalidade). É preciso, antes de tudo, tentar entender as condições estruturais que lhe deram origem, procurando detectá-las não apenas a nível de região, mas também em termos nacionais, e extrapolá-las para o plano internacional.

O instrumental teórico para compreensão do fenômeno tem que ser elaborado a partir da realidade do mundo subdesenvolvido, de seus problemas concretos, e não da ótica do mundo desenvolvido, que apresenta situações bem divergentes das nossas.

A preocupação relativa ao problema da migração não se restringe apenas aos estudiosos do assunto; ela se estende também às autoridades governamentais dos países não desenvolvidos e se extrapola para cientistas e autoridades das nações dominantes.

Muitas investigações têm fornecido subsídios, ou são mesmo dirigidas, no sentido de informar os governantes para estabelecimento de políticas migratórias.

Dentro do contexto da migração rural-rural, algumas iniciativas já foram levadas a efeito objetivando dirigir os fluxos migratórios.

No Brasil, esse tipo de experiência não se restringe apenas à que está sendo desenvolvida na Transamazônica, outras iniciativas já foram exploradas, se bem que relativamente insignificantes. Todas, no entanto, visavam tão-somente adequar a população às condições econômicas vigentes, já implantadas ou em implantação.

Analisando o problema do êxodo rural e da não preocupação por parte das autoridades com a reformulação da estrutura agrária, nos declara o sociólogo Carlos Alberto Medina:

“Preferem prometer o Eldorado de alguma Terra Virgem, com esperança de que as massas humanas desanuviem o horizonte e muitos aí se precipitem.”

Tentando conciliar a necessidade de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, regiões que se caracterizam respectivamente por excesso e escassez de contingente demográfico, o Governo se decide pela Transamazônica, onde pretende desencadear um programa de colonização com o objetivo de fixar o homem na região, e dessa forma solucionar também o problema de desemprego no Nordeste.

Quanto ao problema do desemprego no Nordeste, pela análise da estrutura agrária da região, com todos os seus “vícios” que datam da

Colonização (vide Manoel Correia de Andrade — “A Terra é o Homem no Nordeste” e Maurício Vinhas — “Estrutura Agrária Brasileira”), constata-se que o desemprego é um fenômeno crônico na região, e mesmo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com todos os seus Projetos, não conseguiu resolver o problema dos nordestinos assolados periodicamente pela seca e em regime de subemprego ou desemprego.

Além do mais, não é retirando homens do Nordeste que se solucionará o problema demográfico na região; fenômeno que resulta sobretudo das condições de miséria do homem do campo.

“Essa arcaica estrutura agrária, diz Orlando Valverde, subsistiu ao êxodo em massa, durante o surto da borracha amazônica (cerca de 159.000 migrantes na transição para o século XX) bem como o surto cafeeiro e industrial do planalto paulista e norte-paranaense na década de 50.”

No que se refere à migração de nordestinos, um grupo de técnicos do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), ao analisar a situação da rodovia Belém-Brasília, nos revela:

“Parece até que, a contar do ciclo da borracha, nenhuma manifestação importante no campo da nossa economia se deu, sem que provocasse um deslocamento populacional do Nordeste para a região em que aquela manifestação ocorria (sem que esta migração representasse elemento caracterizador do processo). Não foi diferente o caso da Belém-Brasília e ao que tudo indica, deverá se repetir ao longo da Transamazônica.”

Um terceiro ponto que queremos levantar, dentro dos objetivos governamentais, em relação ao nordestino que integrará a obra de colonização da Transamazônica, diz respeito às possibilidades de fixação do migrante nordestino na área. É justamente na tentativa de responder essa indagação que propomos o presente projeto de pesquisa.

Embora contemos com um bom lastro de informações a respeito da Transamazônica, não temos nenhum estudo sistematizado em relação à problemática social da estrada e, mais especificamente, sobre o processo que envolve o migrante nordestino.

A falta de bibliografia sobre o assunto, bem como, num plano mais global, a inexistência de um referencial teórico que abranja o problema da migração entre áreas rurais, não nos desestimulam na abordagem do fenômeno. Pelo contrário, acreditamos que, na medida em que partimos para um projeto de trabalho desse tipo, caminhamos no sentido de oferecer subsídios para outros estudos que se pretendam desenvolver nessa área.

II — OBJETIVOS

Nossa pesquisa tem por objetivo o estudo das possibilidades de fixação do migrante nordestino na área de colonização da Transamazônica.

Nesse sentido, pretendemos desenvolver, numa primeira etapa, um estudo bibliográfico onde tentaremos, dentro de uma visão histórica, abordar os principais aspectos demográficos, econômicos e sociais relativos à zona de origem dos migrantes, ou seja, buscarmos uma caracterização da estrutura agrária nordestina, procurando entendê-la não apenas no plano nacional como também no internacional. A partir dessa caracterização, nos deteremos então no estudo do processo migratório que envolve as populações da área e, em particular, do fluxo migratório criado para a região da Transamazônica.

Numa segunda etapa, partiremos para o trabalho de campo, onde pretendemos nos deter em informações que nos possibilitem, através da comparação de dados sobre as condições demográficas, econômicas e sociais dos migrantes no lugar de origem e, na zona de destino, avaliar as possibilidades de fixação do migrante nesta última.

Não pretendemos abordar o tema do ponto de vista apenas quantitativo, mas também, e sobretudo, objetivamos explorar os aspectos qualitativos do fenômeno.

O volume e os componentes demográficos da população migrante nos interessam enquanto relacionados com aspectos econômicos e sociais que envolvem esse segmento da população.

O que pretendemos, na realidade, é um quadro de variáveis demográficas, econômicas e sociais, que possibilitem caracterizar a situação do migrante no momento imediatamente anterior ao ato de migrar (na zona de origem) e no momento posterior à migração (na zona de destino).

Pretendemos avaliar até que ponto o deslocamento de nordestinos para a Amazônia implica num processo de fixação do homem na região e, para tanto, será necessário analisar dois momentos distintos.

Não se trata de investigar as causas estruturais ou os motivos individuais para migrar, já que analisaremos um caso especial de migração, que poderíamos denominar “migração dirigida”, onde incentivos foram criados para atrair os migrantes.

Não faz parte do nosso estudo abordar o caráter seletivo da migração, já que nosso universo se compõe de um grupo mais ou menos homogêneo de trabalhadores nordestinos ligados a atividades primárias.

Também não se trata de um estudo comparativo entre migrantes e não migrantes, já que condições especiais foram criadas para os primeiros.

E, finalmente, queremos salientar que a preocupação com a mobilidade geográfica, para nós, só faz sentido quando relacionada com a

mobilidade econômica e social. No nosso entender, migração não implica apenas num movimento físico de um lugar geográfico para outro, ou numa mudança de residência, mas também nas alterações de condições econômicas, sociais e culturais.

O problema da mobilidade, em termos geográficos, econômicos, sociais e culturais, nos interessa na medida em que relacionado com a possibilidade de fixação ou não do migrante na área de destino ou, em nosso caso, na área que foi para ele destinada.

Conceitos Básicos

Já que o nosso objetivo é avaliar as possibilidades de fixação do migrante nordestino na área de colonização da Transamazônica, devemos esclarecer: 1) o que se entende por possibilidades de fixação; 2) por migrante nordestino; 3) por área de colonização da Transamazônica.

- 1) Por possibilidades de fixação compreendemos alterações significativas nas condições econômicas, demográficas, sociais e culturais dos migrantes. Alterações que se operariam na *zona de destino* e que se traduziriam em uma melhora significativa, em termos quantitativos e qualitativos, quando comparada às condições da *zona de origem*. Elevação da renda real do trabalhador, por exemplo, seria um indicador muito importante a considerar.

a — ZONA DE ORIGEM E ZONA DE DESTINO

Têm para nós um significado bem preciso e bem diverso das convencionalmente consideradas nas pesquisas de migração. Como zona de origem, teríamos a área rural do Nordeste, onde se desenvolvem atividades agrícolas e, como zona de destino, a área de colonização da Transamazônica que definiremos mais adiante.

- 2) O migrante nordestino seria aquele indivíduo que deixou o Nordeste atraído ou dirigido para a colonização da Transamazônica e que está desenvolvendo, nessa região, atividades agrícolas, *independente do tempo de chegada à área*. Trata-se do colono nordestino, assim denominado pelo INCRA.

Para nós, importa apenas aquele migrante que já está devidamente assentado no seu *lote* (com o título de posse do mesmo), independente de ali residir.

As características do migrante e de seus familiares nos interessam enquanto os consideramos não individualmente, mas como representantes de uma classe social. Nesse sentido, por exemplo, discriminaremos os proprietários e não proprietários na zona de origem.

a — INTERVALO DE MIGRAÇÃO

Sendo concebido como período em que se estuda a migração, o nosso intervalo seria delimitado pelo ano de implantação das obras de colonização na estrada (1970), até a realização de nosso trabalho de campo, o que prevemos para meados de 1974. Teríamos então um intervalo de 3 anos e meio.

b — LOTE

Pedaço de terra, que consta de 100 ha (500 metros de frente e 2.000 de fundos), dos quais 50 deverão ser desmatados para plantio de lavouras e 50 deverão permanecer como reserva florestal (só sendo permitido o desmatamento quando novos 50 ha forem reflorestados).

- 3) A área de colonização da Transamazônica compreende a faixa de 100 quilômetros, em ambos os lados da rodovia, desapropriada pelo INCRA (Decreto Federal dos 100 km) para a consecução da obra de colonização.

III — JUSTIFICATIVA

A escolha de nosso objeto de estudo, ao elaborarmos este Projeto de Pesquisa, baseia-se na necessidade de conhecermos, com maior objetividade, ou de uma maneira científica, a realidade do migrante nordestino face a Transamazônica.

A idéia de montarmos um Projeto de Pesquisa sobre as possibilidades de fixação do migrante nordestino na Transamazônica, partiu de uma primeira reflexão que fizemos quando da elaboração de uma monografia sobre a "Transamazônica e o Problema da Integração Social", o que ocorreu em fins de 1972.

A citada monografia, que se prestaria a avaliação final do Curso sobre Realidade Brasileira, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social (IBRADES), se desenvolveu da seguinte forma:

Numa primeira etapa, examinamos os objetivos da política governamental no plano social, na realidade brasileira como tal, na realidade Amazônica e partimos para uma caracterização da Transamazônica.

Numa segunda etapa, tentamos uma conceituação do que se poderia entender por "integração social" e, finalmente, procuramos aplicar o conceito em relação à realidade das populações envolvidas pela obra da Transamazônica.

Para efeito de análise, as populações foram divididas em duas categorias: população nativa, que seria constituída pelos caboclos e índios, e população migrante, que se comporia de colonos e operários.

Embora o trabalho tenha permanecido num nível muito mais descritivo, em virtude da falta de dados para um enfoque analítico do problema, as conclusões a que chegamos nos permitiram levantar uma série de hipóteses, entre as quais estaria a que ora norteia nosso Projeto de Pesquisa.

Antes, porém, de nos determos nessa hipótese, tentaremos tecer algumas considerações sobre a situação do colono em relação à Transamazônica.

Objetivando o desenvolvimento da Amazônia, o Governo pretende *fixar o homem nordestino às margens da Transamazônica*, proporcionando-lhe não só a possibilidade de ingressar no processo produtivo, como também a oferta de uma infra-estrutura econômica e social.

Assim sendo, planeja um tipo de colonização, a ser desenvolvido na área pelo contingente de população nordestina que, periodicamente, constitui o exército de flagelados da seca.

A primeira medida adotada para a consecução da Obra de Colonização foi a aplicação do Decreto que declara de interesse federal a faixa de 100 km em ambos os lados das rodovias federais e estabelece que só serão utilizadas as terras devolutas, isto é, sem dono ou posse documentada.

Daí, então, partiu-se para o deslocamento de colonos para a transamazônica, onde estes seriam transformados em donos de terra; assim teríamos (segundo previsão do INCRA), em dez anos, 1 milhão de famílias, cerca de 5 milhões de pessoas instaladas às margens da rodovia.

“O sonho do INCRA é que todos, dois anos depois de chegar às novas terras, sejam agricultores ricos e felizes” é o que nos revela o ex-presidente do citado órgão, José Francisco de Moura Cavalcanti, numa entrevista de 12 horas concedida à Revista Realidade.”

Numa outra entrevista, concedida ao Jornal do Brasil, Moura Cavalcanti volta a prever, agora mais concretamente, sobre a renda anual de cada colono que, para ele, dentro de um ano deve girar em torno de 12 a 15 mil cruzeiros.

Tentaremos caracterizar o mundo que foi planejado pelo INCRA para o colono da Transamazônica, para, numa etapa seguinte, analisarmos a sua realidade, hoje, nas plagas amazônicas. Aliás, queremos salientar que o colono da Transamazônica é o trabalhador mais privilegiado, pelo menos nos planos do INCRA.

Ao longo da rodovia, serão instaladas agrovilas — comunidades essencialmente residenciais, habitadas por rurícolas que se dedicam

a atividades agropastoris (a pecuária até o momento não havia sido implantada), cuja população varia de acordo com a escola a ser projetada e o número de famílias vai de 100 a 300.

As casas serão dispostas em forma de "U", tendo ao centro uma escola.

Cada agrovila deverá contar com:

- escola primária
- creche (se possível)
- jardim de infância
- posto de saúde
- armário
- bar
- farmácia
- mercearia
- clube das mães.

Cinquenta agrovilas formarão uma agrópolis — comunidade residencial onde há predominância de rurícolas, embora haja também gente não ligada a atividades primárias, por exemplo, professoras.

Depois de instaladas agrovilas e agrópolis, será projetada uma rurópolis — comunidade não só residencial, mas também destinada ao comércio e à indústria (espécie de cidade), que deverá ter uma infra-estrutura sócio-econômica capaz de atender as populações das demais comunidades. Além de escola primária, a rurópolis deverá contar com um estabelecimento de ensino secundário.

O processo de instalação do colono na área é o seguinte: depois de passar por seleção realizada de acordo com critérios do INCRA (que discutiremos mais adiante), e simultâneo exame médico, o colono deverá receber carteira de saúde e, posteriormente, seu pedaço de terra (lote), que consta de 100 ha (500 metros de frente e 2.000 de fundos), dos quais 50 deverão ser desmatados para plantio de lavouras e 50 deverão permanecer como reserva florestal (só sendo permitido o desmatamento quando novos 50 ha forem reflorestados).

O lote, no valor de Cr\$ 6.000,00, será financiado em 20 anos, com dois de carência, e não poderá ser alienado antes de corridos 5 anos, salvo com concordância expressa do INCRA. O título provisório de posse dá ao colono o direito de participar de financiamento especial do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, para desmatamento e plantação (ferramentas, sementes).

O INCRA se encarregará de dar aos colonos orientação técnica e obter, para eles, sementes, adubos, inseticidas e utensílios agrícolas, para pagamento a prazo, além do período de carência.

O colono terá uma casa de madeira com 5 cômodos, sanitário à base de fossa e um quintal, 2 hectares de áreas desmatadas. A água deverá ser colhida num igarapé, raramente a mais de 1 km da área.

Ele receberá também um salário mínimo, durante pelo menos 6 meses, e a possibilidade de emprego temporário para um outro dependente, em obras do próprio INCRA, construções de casas, por exemplo.

Terá ainda garantia de preço mínimo, nos dois primeiros anos, se não conseguir vender o que produzir. O INCRA absorverá toda mercadoria, registrando para ela o preço mínimo fixado para a cidade mais próxima.

O INCRA pretende que, dentro de 4 anos, o Projeto de Colonização de Altamira (Altamira I) esteja já funcionando por conta própria. Até lá estarão sendo cultivados 33 mil ha de terra nas mil unidades agrícolas. Altamira terá ainda este ano (1972) 3 mil famílias instaladas em 66 agrovilas.

Agora passaremos a focar a problemática vivida pelos colonos da Transamazônica:

a — O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

Os colonos, da mesma forma que o operário, não foram apenas recrutados das áreas secas do Nordeste, como apregoavam os planos de colonização. Tanto assim que, até junho de 1970, segundo dados fornecidos pela Revista Realidade, entre as centenas de famílias deslocadas para a Transamazônica, nenhuma tinha saído daquele exército de flagelados que integravam as frentes de trabalho e onde percebiam Cr\$ 2,00 por dia.

O ex-presidente do INCRA explica na citada Revista que, a princípio, o governo estava sensibilizado com o problema da seca do Nordeste, mas, depois, levando em conta os riscos da empresa agrícola na Amazônia, não poderia dar terras a desempregados permanentes, homens sem nenhuma experiência empresarial e sem a mínima experiência administrativa ou que quer que seja.

Para o recrutamento foram então estabelecidos critérios geográfico e social, tendo como base principal o fato de que os colonos deveriam possuir uma noção mínima de "capacidade empresarial".

Passou-se então a dar preferência aos camponeses miniproprietários, ou gente sem terra que, nos últimos anos, tinha recorrido a financiamentos bancários para fazer suas plantações.

O INCRA pediu então ao Banco do Brasil uma relação de pessoas que plantam sob o regime de meia parceria, foro (arrendamento) ou cambão (uso da terra a troco do trabalho gratuito) e só do Ceará recebeu 3.000 nomes.

O critério geográfico teve em vista atrair para a Amazônia o excedente de população de áreas quatro vezes superpovoadas do País.

“São áreas onde a população é vítima da *fome*, da *miséria* e da *revolta*”, explica o ex-presidente do INCRA.

- 1 — Zona da Mata do Nordeste — área de monocultura da cana, onde a densidade demográfica chega a 150 pessoas por quilômetro quadrado.
- 2 — O Agreste do Sertão Nordestino — onde há também excesso de população. As famílias detêm uma porção de terra insuficiente para seu consumo.
- 3 — O Vale do Paraíba do Sul — no Estado do Rio — região de cultura decadente de café e superpopulação nas áreas de cana-de-açúcar.
- 4 — O Norte do Paraná — onde existe um excedente de famílias que foram desbravar a região quando já não havia terra suficiente e passaram a trabalhar como meeiros.

A soma dessa gente toda vai a 1,5 milhão de famílias; o plano é instalar, numa primeira etapa, apenas 100.000.

Considerando que fossem postos em prática os critérios reformulados pelo INCRA quanto ao recrutamento de pessoal, perguntaríamos, será que a Transamazônica e os planos governamentais de colonização estariam mesmo resolvendo os problemas da miséria, da fome e da tensão social pertinentes a esse contingente de população marginalizada?

De início, podemos afirmar que os novos critérios não foram levados a sério, uma vez que populações de outras áreas não prioritárias foram deslocadas para a Transamazônica.

A Revista “O Cruzeiro” (6-9-72), por exemplo, bem como o “Jornal do Brasil” de 6-8-72, relatam a saída de colonos do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul para as obras de colonização do INCRA, na Transamazônica.

Ainda em relação à mão-de-obra utilizada para a colonização, em setembro de 1972, a Transamazônica contava com um contingente de aproximadamente, 7.000 colonos, sendo que, desse total, apenas 1.511 estavam assentados, isto é, instalados nos seus respectivos lotes.

Outro problema, a nosso ver muito grave, é o fato de se considerar na Transamazônica uma criança de nove anos como força-de-trabalho. A respeito disso, declarou-nos tranqüilamente um funcionário do INCRA: “Nós estabelecemos como teto a idade de 9 anos, porque chegamos à conclusão de que um garoto até 8 anos não tem condições de produzir muita coisa.” Para nós, a adoção dessa medida de utilizar crianças para os trabalhos de colonização, permite a continuidade, na Amazônia, de toda uma situação de miséria do Nordeste, onde uma das características é justamente a inclusão precoce do homem nos trabalhos do campo.

b — O PROBLEMA DA TERRA

Considerando como um dos objetivos principais da Transamazônica a possibilidade de, até 1980, instalar 1 milhão de famílias de colonos na região, transformando-os em donos de terra, gostaríamos de tecer algumas considerações em relação ao problema da terra, no Brasil, no Nordeste e na Amazônia.

No Brasil, segundo dados da FAO, citados pela CONTAG, existem 5.000.000 beneficiários potenciais da Reforma Agrária e, para sairmos do subdesenvolvimento, necessitaríamos que fossem assentadas, anualmente, cerca de 5% do total dessas famílias sem terra.

Utilizando os dados da FAO, e projetando-os para a realidade amazônica e para o ano de 1980, sem considerar as oscilações do potencial de beneficiários, poderíamos afirmar que, em 10 anos de colonização, na Transamazônica, estaria sendo solucionado o problema de apenas 20% das famílias sem terra.

Fala-se muito na terra sem homem na Amazônia, o que não deve, no entanto, significar terra sem dono, pois esses existem, e geralmente são grandes proprietários, estrangeiros (já bastante denunciados pela imprensa), ou mesmo brasileiros do Sul, como podemos ver pelo pronunciamento do ex-presidente do INCRA, José Francisco de Moura Cavalcanti:

“Logo que surgiu o projeto de colonização em torno de áreas de terra roxa de Altamira, o INCRA ficou perplexo ao descobrir que grandes figuras de São Paulo tinham uma propriedade conjunta de 70 lotes, de 4.356 ha cada — exatamente às margens da Estrada e nas zonas de terra roxa. O grupo havia também apresentado à SUDAM um projeto agropecuário para as terras, no valor de 6 milhões de cruzeiros. Intrigado com tanta “visão empresarial” o INCRA resolveu investigar; os títulos das 70 propriedades tinham sido remetidos através de um falso livro de Cartório do Segundo Ofício de Imóveis de São Félix do Xingu”.

c — UTILIZAÇÃO DO SOLO

Os 50 ha de que dispõe o colono para a agricultura estão sendo utilizados, sobretudo, para lavouras de subsistência: arroz, feijão, milho.

As sementes, fornecidas pelo INCRA, serão pagas com os resultados da colheita; o critério de financiamento estabelecido pelo mesmo Órgão é de acordo com a força-de-trabalho de cada colono.

A cana-de-açúcar também está sendo cultivada na região; as primeiras mudas foram trazidas de São Paulo.

Os agricultores se deparam com um problema muito sério que, aliás, tratamos quando estudamos a integração dos caboclos e a atual

situação do Município de Altamira: em virtude da falta de um mercado local para consumir toda produção, o excedente segue para Belém onde, no entanto, não tem condições de concorrência com os produtos vindos de áreas mais próximas.

As perspectivas futuras do desenvolvimento agrícola na região da Transamazônica não são muito favoráveis. A utilização do processo de queimada, levado a efeito pelo colono no ato do desmatamento dos 50 ha que ele destinará a agricultura, representa uma condenação para a lavoura.

Lembramos, por exemplo, a experiência da colonização realizada na Zona de Bragantina (Pará), que constituiu outrora o maior pólo de atração humana que a região Amazônica já teve e onde vive atualmente cerca de 12% da população paraense, que o INCRA pretende esvaziar. Todo trabalho de colonização aí desenvolvido resulta hoje em decadência total de área, fato que se atribui sobretudo à utilização do processo de queimada que permite uma primeira colheita boa, pois o solo até que se beneficia com a decomposição de matérias orgânicas. Depois vem a chuva e leva todo o humus acumulado, mas tem-se uma segunda colheita que, pelo menos, dá para pagar a semente e da terceira safra em diante não vale mais a pena.

Agora, na Transamazônica, cercado no seu mundo de 100 ha, o colono está fadado a um destino não muito feliz, utilizando-se dos mesmos processos da nossa agricultura tradicional, cultivando as mesmas lavouras de subsistência, e sendo vítima da empresa privada, cuja participação foi anunciada pelo Governo, que “prevê para 1973 a implantação de 10 mil unidades agrícolas (com vistas a exploração familiar) das quais 8 mil serão implantadas através de contratação com empresas particulares”.

No momento (1972) cogita-se, também, da implantação de uma usina de açúcar na região.

d. — O PROBLEMA DA HABITAÇÃO

A casa, um dos atrativos para o colono que se dirige para a Transamazônica, seria construída pelo INCRA. As promessas que os colonos ouvem nos seus Estados de origem são realmente muito atraentes.

“No Maranhão, por exemplo, diz-se que o colono encontrará casa mobiliada, com fogão e máquina de costura. Em São Paulo promete-se casa confortável, armação de peroba etc. . .”

Na realidade, a situação habitacional na área é seríssima e constitui atualmente um dos mais graves problemas que o colono tem que enfrentar ao se deslocar para a Transamazônica.

Vimos, quando tratávamos do problema da mão-de-obra, que em setembro de 1972, dos 7 mil colonos já transferidos para a rodovia, apenas 1.511 estavam assentados, instalados nos seus respectivos lotes.

Naquela mesma ocasião 7 agrovilas tinham sido implantadas. É bom salientar que o colono pode optar entre residir no seu lote ou na agrovila mais próxima.

Considerando que cada agrovila possui 50 casas, teríamos a disponibilidade no conjunto de agrovilas para instalação de 350 colonos que, somados aos 1.511 instalados nos lotes, não alcançariam a cifra dos 2.000, o que nos permite indagar — em que condições habitacionais estariam vivendo os outros 5.000 colonos da área?

Para os colonos a serem assentados nos lotes, o processo de aquisição de casa própria é o seguinte: logo que o colono chega à região, se hospeda (com a família) em casa de um antigo morador, que deverá desocupar dentro de uma semana para outros recém-chegados. Ao receber o lote, ele constrói uma casa provisória (tapiri — cabana com paredes de palha trançada coberta de folhas de coqueiro), para numa terceira etapa receber a casa definitiva (padronizada) do INCRA. O citado órgão fornece a madeira para construção, que o colono paga com o que ele deve retirar dos 50 ha desmatados para a agricultura.

e — PROBLEMA DEMOGRÁFICO

Parece que na região da Transamazônica está havendo um grande incentivo à natalidade, trabalho que acreditamos vem sendo desenvolvido pelo clube das mães, um dos maiores atrativos para as mulheres da região, onde mesmo as mulheres que não têm filhos ou que não estão esperando criança, comparecem às reuniões.

Essa nossa constatação parte do fato de que em Altamira, quando lá existiam apenas 2.600 colonos, o “Jornal do Brasil” de 11-3-72 nos informava:

“De repente, quase que num mesmo período 800 mulheres de colonos ficaram grávidas. E os primeiros partos previstos à partir de junho, deverão se suceder quase um após o outro, segundo diagnosticaram os médicos.”

Esse fenômeno, que não sabemos até que ponto será positivo para a região, onde em julho de 1972 a maioria da população de colonos tinha menos de 4 anos, é mencionado pelo ex-presidente do INCRA como um dos frutos do projeto de colonização.

f — O PROBLEMA DE SAÚDE

Além da esquistossomose (importada para a Transamazônica) e da malária, doença tradicional da Região Norte, um grupo de colonos de Altamira foi atacado por uma epidemia desconhecida no Brasil, e que segundo o Dr. Silveira Brito médico da Secretaria Especial de Saúde

da Região Amazônica, “trata-se de casos de discrasia sangüínea, ou seja, perturbações de coagulação da região subcutânea que talvez tenha sido transmitida por algum mosquito”.

Além de expostos a uma série de problemas relativos à saúde, os colonos contam com um atendimento muito precário neste setor. “A farmácia da agrovila só fornece de graça algodão e mercúrio-cromo. Assim mesmo quando a enfermeira não cisma de negar” — diz um colono.

Por outro lado, “é grande a carência de métodos (por salário insuficiente alguns já abandonaram a área e os que ainda permanecem já receberam convites mais atraentes) e pessoal qualificado nos postos da rodovia, como também são insuficientes os equipamentos das unidades mistas e dos hospitais, para a demanda da área” — é o que nos afirma o Ministro da Saúde, Machado Lemos. O Ministro, de volta da Transamazônica, frisou ainda a ignorância da Campanha de Erradicação da Malária e do combate a outras enfermidades. Durante sua permanência na rodovia, autorizou a aquisição de 40 camionetas para servirem de ambulâncias e transferiu Cr\$ 13 milhões para a Secretaria Especial de Saúde da Amazônia.

IV — HIPÓTESE DE TRABALHO

Nossa hipótese de trabalho é de que, “por não terem se alterado significativamente as condições demográficas, econômicas, sociais e culturais do migrante na área de destino, quando comparadas às condições da área de origem, a Transamazônica se constituirá em um novo foco de êxodo do trabalhador agrícola nordestino”. Nesse sentido, sugerimos a abordagem de alguns tópicos que serão investigados, tanto em relação à zona de origem, como em relação à zona de destino, e que poderão ser acrescidos de muitos outros com o desenvolvimento do Projeto. São eles:

- ocupação
- renda
- assistência educacional
- assistência médica
- assistência técnica
- condições de habitação
- tamanho da família
- processo de utilização do solo
- lavouras cultivadas
- crédito
- relações de trabalho
- condições de alimentação e outros.

V — METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada, a partir da fundamentação teórica e na abordagem empírica, será flexível às exigências decorrentes do desenvolvimento do Projeto.

A pesquisa obedecerá as seguintes fases:

1 — LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO:

Parte desse levantamento já foi levado a efeito quando, para formulação do nosso problema, recorremos à literatura descritiva e a algumas pesquisas realizadas no campo da migração.

Esse levantamento será complementado para fundamentação teórica exigida de acordo com o tema de trabalho e as necessidades decorrentes.

2 — PESQUISA DE CAMPO:

O trabalho de campo se desenvolverá em duas etapas:

— Inicialmente pretendemos realizar uma visita à região da Transamazônica, onde buscaremos, não somente uma atualização dos dados de que dispomos, bem como a ampliação dos mesmos, visando obter informações fundamentais para determinação do tipo e tamanho da nossa amostra e para elaboração do questionário.

— A aplicação de questionários, segunda etapa dessa fase de trabalho, será desenvolvida pela equipe de pesquisadores responsável pelo Projeto.

Como instrumento de trabalho, portanto, utilizaremos questionários, que serão aplicados apenas aos migrantes nortistas já assentados nos seus respectivos lotes.

O questionário será construído de maneira simples e objetiva, sem fugir ao campo de nossa hipótese de trabalho.

VI — RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Para realizar a presente proposta, estimamos como necessário uma equipe de pesquisadores composta por 4 elementos: 2 sociólogos e 2 estatísticos.

A equipe técnica está constituída de pessoas com atuação no campo da Demografia e que hoje compõem o quadro de técnicos do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos.

No que se refere aos recursos materiais, a pesquisa pretende contar com o apoio administrativo do CBED, onde poderão ser datilografados e mimeografados os questionários ou qualquer outro serviço que se faça necessário. O material de consumo a ser utilizado está restrito ao papel, tinta de mimeógrafo, lápis etc... A estes recursos serão somadas as despesas de passagem e estada para a pesquisa de campo.

UTILIZAÇÃO DAS TÁBUAS DE VIDA MODELO PARA SE ESTIMAR A VIDA MÉDIA DO BRASIL*

Tem-se comentado que a utilização das tábuas de vida modelo Oeste tende a subestimar a mortalidade infantil dos países em desenvolvimento, para uma dada estimativa da vida média adulta. Demeny e Shorter¹ verificaram que a mortalidade nas primeiras idades, na Turquia, era mais alta, em relação à mortalidade adulta, do que em qualquer das quatro tábuas de vida modelo de Coale e Demeny. Adlaka² confirmou esta observação, na elaboração dessas estimativas. Ele teoriza que a mortalidade infantil é mais alta na Turquia porque "(1) As tábuas de vida modelo são construídas com base, principalmente, na experiência histórica de países de fecundidade relativamente baixa; (2) Países de alta fecundidade possuem alta mortalidade infantil em realidade, esta pode ser uma das razões da alta fecundidade; portanto (3) Países em desenvolvimento e de alta fecundidade como a Turquia, devem ter mortalidade infantil mais alta do que o esperado segundo as tábuas de vida modelo".

Adlaka prossegue mostrando que as tábuas de vida para a Costa Rica, México e Chile, construídas por Arriaga a partir de dados de registros, indicam que a mortalidade entre as idades 1 e 4 (${}_1q_1$), e nos três Países, é mais alta do que a indicada pela tábua de vida modelo Oeste, ainda que a vida média aos cinco anos de idade seja semelhante. Em-

* Estudo elaborado pela equipe técnica do Centro Brasileiro de Estudos Demográficos do IBGE.

¹ DEMENY, Paul & SHORTER, Frederic C. *Estimating Turkish Mortality, Fertility, and Age Structure: Application of some New Techniques*. Istambul, Universidade de Istambul, Faculdade de Economia, 1968. n.º 218. Transcrito de: DEMOGRAPHY, Washington, v. 9, n. 4, nov. 1972, p. 601.

² ADLAKA, Arjun. Model life tables: an empirical test of their applicability to less developed countries. *Demography*, Washington, D.C., 9 (4): 589-601, nov. 1972, tab.

bora as discrepâncias sejam menores do que as mostradas na Turquia, Adlaka afirma que “o modelo Oeste pode também ser inapropriado para se estimar a mortalidade infantil e a mortalidade nas primeiras idades dos países da América Latina”.

Ainda que as informações disponíveis indiquem que a mortalidade infantil no Brasil também deva ser mais alta do que a indicada pela tábua de vida modelo Oeste com uma vida média adulta semelhante, recomenda-se uma reconsideração de vários aspectos da metodologia.

A estimativa corrente da vida média ao nascer, do Brasil, para o período 1960/70, publicada pelo CBED, foi obtida utilizando-se o método de sobrevivência censitária descrito no Manual IV da ONU.³ Esta técnica dá ênfase à mortalidade adulta, especialmente das idades de 40 anos e mais, conforme é mostrado no diagrama ao lado.

O diagrama representa a sobrevivência das coortes entre 1960 e 1970, acumuladas nas idades 0 e mais, 5 e mais, 10 e mais etc... O paralelograma determinado pelos pontos 40 e 85 e mais, em 1960, e pelos pontos 50 e 95 e mais, em 1970, representa a passagem, entre 1960 e 1970 da coorte de 40 anos e mais, em 1960. Somando-se à esta coorte o estreito paralelograma imediatamente acima, a coorte é expandida passando a representar a de 35 anos e mais, em 1960.

As flechas verticais representam os grupos de idade incluídos no método da ONU. A vida média, segundo este método, é a mediana dos primeiros nove grupos.

Como demonstra o diagrama, a mortalidade pela coorte mais velha, de idade 40 e mais em 1960, está representada nove vezes neste procedimento, conforme é mostrado pelo número de flechas que passa pelo paralelograma. A coorte 35 – 40 em 1960 está representada oito vezes, a coorte 30 – 35 sete vezes, e assim por diante.

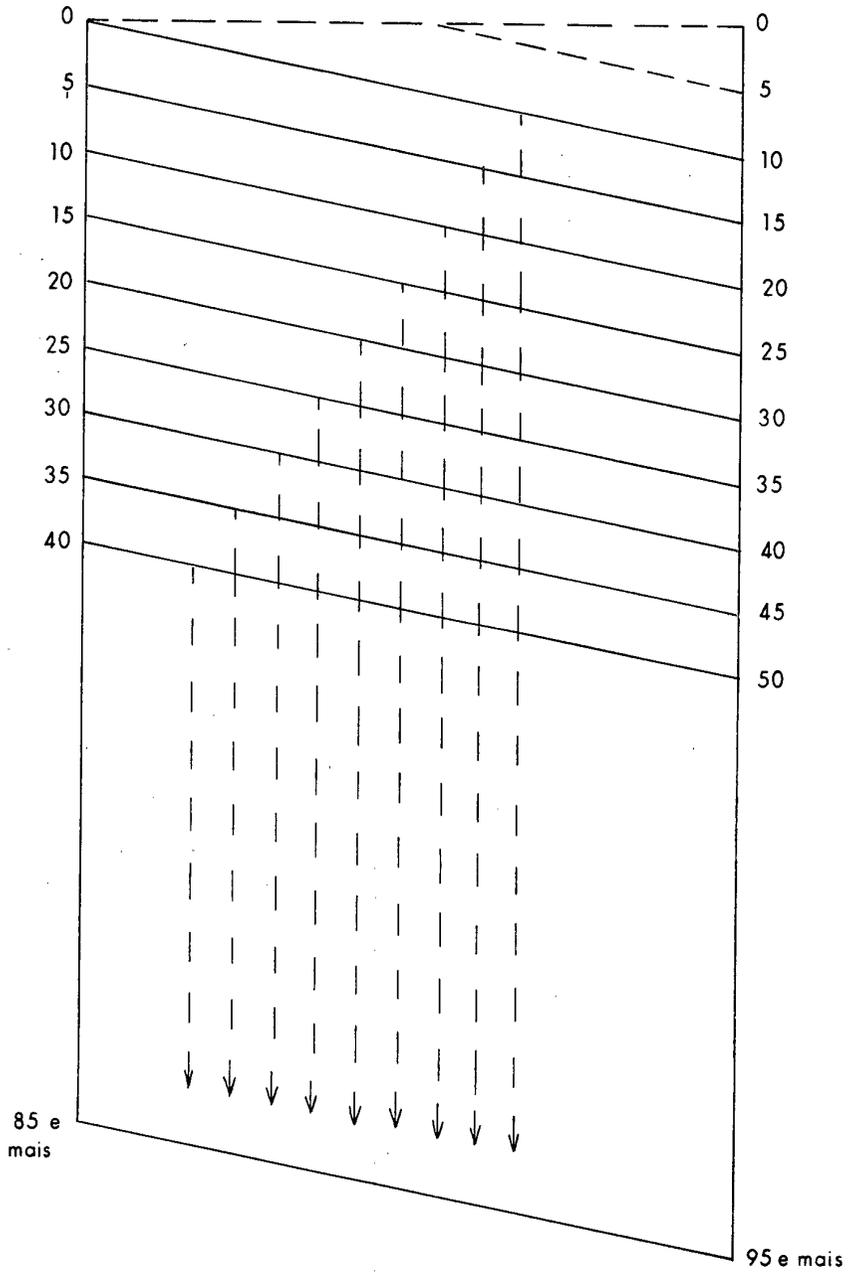
A coorte 0 – 5 em 1960 está representada somente uma vez, e o triângulo tracejado no alto do diagrama mostra que a experiência da coorte 0 – 10, em 1970, formada pelos sobreviventes dos nascimentos ocorridos durante a década, não está representada de forma alguma. Em termos de valores da tábua de vida, quase nenhum peso é dado à mortalidade entre um e cinco anos de idade.

Pela mesma razão, a parcela mais jovem da tábua de vida modelo usada, praticamente não entra nos cálculos. Em resumo, o método da ONU estima a mortalidade das pessoas de aproximadamente cinco anos e mais, e utiliza somente esta parte da tábua de vida modelo. Durante o processo, o peso atribuído cresce com as idades, até 40 anos.

³ CASSINELLI, Robert Robichez. *Estimativas para o Brasil, da vida média ao nascer durante o período 1960/70 a partir de razões de sobrevivência inter-censitárias*. Rio de Janeiro, CBED, 1971, 18p., mimeogr.

Idade
em 1960

Idade
em 1970



A Comissão Econômica e Social da ONU executou uma revisão do uso da tábua de vida modelo em 1972.⁴ A primeira recomendação da Comissão é a seguinte:

Recomendação 1. As projeções devem ser feitas utilizando as tábuas de vida modelo. Em lugares onde a informação fidedigna e atualizada estiver à disposição para populações nacionais de tamanho significativo, que mostrem padrões de mortalidade bastante diferentes daqueles incorporados à família das tábuas de vida modelo utilizadas, a tábua inicial deve ser uma tábua de vida modelo modificada. Além disso, recomenda-se que:

- a) *as tábuas de vida modelo utilizadas devem pertencer à família Oeste das "Tábuas de Vida Modelo Regionais".*

No Caso do Brasil, os dados do Censo de 1970 sobre crianças sobreviventes certamente podem ser qualificados como "informação fidedigna... que mostrem padrões de mortalidade bastante diferentes daqueles incorporados à família das tábuas de vida modelo utilizadas...".

Isto sugere que seja construída uma tábua de vida para o Brasil utilizando-se, para a mortalidade infantil, os valores calculados a partir dos dados sobre crianças sobreviventes, em 1970, e para a mortalidade adulta recomenda-se o método de sobrevivência censitária, usando-se as tábuas de vida modelo Oeste.

Este procedimento, baseado nos resultados preliminares do Censo, reduzirá a vida média ao nascer em aproximadamente dois anos. A utilização dos resultados definitivos do Censo pode provocar uma queda ainda maior, já que as razões de sobrevivência nas primeiras idades dos resultados definitivos, são um pouco mais baixas do que as dos resultados preliminares.

Esta nova estimativa não indica, necessariamente, uma mudança na tendência da mortalidade do Brasil ao longo do tempo, porque espera-se que este novo procedimento metodológico reduza todas as estimativas anteriores de vida média ao nascer, no Brasil e em outros países em desenvolvimento.

Observe-se que a ONU recomenda o uso das tábuas de vida modelo Oeste provavelmente porque as tábuas Leste e Sul, que apresentam uma mortalidade infantil relativamente alta, baseiam-se em poucas tábuas de vida bastante antigas.

As razões apresentadas por Adlaka para explicar o fenômeno da mortalidade infantil relativamente alta, não são muito convincentes. Uma outra explicação para o fenômeno é que uma campanha de vacinação em massa para adultos, realizada de tempos em tempos, oferece uma projeção substancial contra as doenças epidêmicas, diminuindo

⁴ UNITED NATIONS, Population Commission. *Report of the Ad Hoc Committee of Experts on Methods of Revising United Nations Model Life Table*. Genova, 1972. 20 p. (E/CN.9/273).

do a mortalidade adulta, enquanto que a prevenção para a saúde infantil requer um programa contínuo, que cuide da mãe e da criança, já que a cada momento nascem mais crianças. Nas áreas rurais do Brasil, tal cuidado é deficiente. O progresso é lento, a não ser que seja efetuado um programa vigoroso e dispendioso. Outro fator que tende a aumentar a mortalidade infantil, mais do que a adulta, é a subnutrição existente em vários países em desenvolvimento.

Tendo em vista as considerações levantadas nesta nota, o recálculo da vida média ao nascer para o período 1960/1970, utilizando os resultados definitivos do Censo, requer uma adequação da metodologia. O método de sobrevivência censitária da ONU deve ser utilizado para determinar a esperança de vida dos adultos, e os dados sobre crianças sobreviventes no censo de 1970, devem determinar a mortalidade das idades mais jovens. Se o tempo assim permitir, a esperança de vida de períodos anteriores será recalculada pelo CBED utilizando-se métodos semelhantes.

Após ter elaborado as modificações da metodologia descritas nesta nota, chegou às nossas mãos uma aplicação prévia do mesmo princípio. O Sr. Jerry Huguet do "Bureau of the Census" dos Estados Unidos, na publicação "*Demographic Estimates based on the 1970 Population Census of Brazil*", estimou a esperança de vida ao nascer em 1970 em 57,19 para os homens e em 60,94 para as mulheres. Estas estimativas, mais baixas do que as do CBED⁵, baseiam-se numa tábua de vida na qual q_0 e ${}_1q_1$ foram determinadas através dos dados censitários, sobre crianças sobreviventes, e os valores de ${}_5q_x$, para as idades de cinco anos e mais, foram deduzidas das tábuas de vida modelo Oeste, utilizando-se o método de análise da população estável conforme descrito no Manual IV da ONU.

⁵ Ver chamada 3.

RESUMO

Esta nota critica a utilização "in totum" das tábuas de vida modelo para se estimar a vida média ao nascer no Brasil, por ser a mortalidade no Brasil, nas primeiras idades, relativamente mais alta do que a das tábuas de vida modelo.

A nota sugere uma metodologia que introduz uma estimativa da mortalidade nas primeiras idades independente das tábuas de vida modelo, de modo a aproximá-las do padrão brasileiro.

ABSTRACT

This note criticizes the use of model life tables *in toto* to estimate life expectancy at birth for Brazil, because child mortality in Brazil is relatively higher than that indicated by model life tables.

A methodology is proposed which introduces an estimate of child mortality independent of the model life tables, in order to approximate more closely the Brazilian experience.

TÁBUAS DE MORTALIDADE DE ALGUNS MUNICÍPIOS DA CAPITAL E A INFLUÊNCIA SOBRE AS MESMAS DOS ÓBITOS DE NÃO RESIDENTES REGISTRADOS NESSAS CAPITAIS*

LUIZ ARMANDO DE MEDEIROS FRIAS

Analista Especializado

I — INTRODUÇÃO

A existência de possíveis distorções introduzidas nos níveis de mortalidade quando são utilizados os dados de Registro Civil, devida ao fato de os óbitos serem registrados segundo local de ocorrência e não de residência, é plenamente conhecida. Entretanto, apesar de solicitada esta informação na legislação do Registro Civil, os dados especificando o local de residência só são disponíveis a partir de 1972. Este inconveniente possivelmente impossibilitou a mensuração da magnitude do problema, embora detectado.

Este trabalho objetiva avaliar as distorções introduzidas nas tábuas de mortalidade de alguns municípios da capital, onde possivelmente uma melhor infra-estrutura médico-sanitária funcionaria como elemento polarizador, acarretando um acréscimo no número de óbitos em hospitais. É conveniente salientar também o aspecto de que grande par-

* O autor agradece a colaboração de Jorge de Rezende e Eduardo Olimpio Mota Fialho, Técnicos de Estatística do CBED, quando da elaboração das tabelas e gráficos aqui apresentados e nos cálculos necessários ao desenvolvimento do trabalho.

cela da mão-de-obra participante no trabalho de algumas capitais desloca-se de municípios vizinhos, permanecendo grande parte de seu dia neste local e obviamente exposta ao risco de morrer.

Uma série de tábuas de mortalidade está sendo preparada para municípios de capital e este trabalho é parte do seu desenvolvimento, onde seus resultados seriam considerados como preliminares desta tarefa maior.

II — MATERIAL

Foram utilizadas as informações sobre óbitos registrados, segundo sexo e grupos de idade, no período 1969 a 1971, fornecidas pela Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística do Ministério da Saúde, dados compilados dos informes remetidos pelas Secretarias de Saúde estaduais.

Os dados sobre a população residente são os resultados definitivos do VIII Censo Demográfico do Brasil, realizado em 1.º de setembro de 1970, publicados pelo IBGE.

As informações sobre óbitos registrados em 1972 foram obtidas por levantamento realizado no Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, em questionários do Registro Civil, apurando-se estes óbitos segundo local de ocorrência e residência.

Os óbitos registrados no período 1969 a 1971 não sofreram qualquer ajuste ou modificação, sendo utilizados na íntegra. O mesmo procedimento foi seguido nas informações referentes à população residente, sendo ignoradas quaisquer possíveis subenumerações conhecidas.

As informações obtidas pelo levantamento realizado no Centro sofreram um ajuste gráfico, com intuito de suavizar eventuais flutuações anuais, já que seria considerada a hipótese de constância da proporção de óbitos de não residentes no período 1969 a 1972, mas não seriam consideradas possíveis alterações na estrutura por idade.

TABELA 1

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO SEXO E IDADE

Municípios de Maceió, Niterói e Curitiba

1-9-1970

GRUPOS DE IDADE (ANOS)	MACEIÓ		NITERÓI		CURITIBA	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTAL.....	123 542	140 128	152 320	171 926	294 286	314 740
Menor de 1.....	4 238	4 053	3 133	3 088	7 553	7 471
1 — 4.....	16 098	15 872	12 889	12 801	30 062	30 145
5 — 9.....	18 116	18 218	17 978	17 466	38 502	38 023
10 — 14.....	15 610	16 585	16 421	18 072	33 434	34 792
15 — 19.....	14 128	17 410	15 674	20 286	30 867	35 654
20 — 24.....	11 805	13 988	14 553	17 253	28 475	32 198
25 — 29.....	8 453	10 336	11 688	13 407	23 387	25 803
30 — 34.....	6 725	8 386	10 778	12 082	20 992	22 207
35 — 39.....	5 831	7 727	10 305	11 398	19 033	20 129
40 — 49.....	10 042	11 956	16 917	18 808	29 537	30 800
50 — 59.....	6 608	7 809	11 365	12 940	17 614	19 493
60 — 69.....	3 901	4 705	6 700	8 312	9 745	11 361
70 e mais.....	1 884	2 948	3 548	5 609	4 522	6 082
Idade Ignorada.....	103	135	371	404	563	577

FONTE: Departamento de Censos — IBGE.

TABELA 2

ÓBITOS REGISTRADOS, SEGUNDO SEXO E IDADE

Municípios de Maceió, Niterói e Curitiba
1969/1971

GRUPOS DE IDADE (ANOS)	MACEIÓ						NITERÓI						CURITIBA					
	1969		1970		1971		1969		1970		1971		1969		1970		1971	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
TOTAL...	1 940	1 749	2 401	2 132	2 382	2 018	1 903	1 503	1 868	1 468	2 177	1 617	3 634	2 629	3 965	2 809	4 226	2 977
Menos de 1..	678	567	1 030	809	1 080	766	385	280	335	272	456	349	844	711	1 027	764	1 075	909
1 - 4.....	188	196	250	258	208	188	90	102	75	78	100	89	182	189	213	196	233	211
5 - 14.....	70	66	67	61	92	76	41	43	55	35	59	46	94	67	138	76	100	94
15 - 24.....	101	77	100	79	109	100	83	62	75	56	92	69	160	114	187	103	209	91
25 - 34.....	143	108	120	112	123	100	97	61	118	62	122	71	230	164	364	214	148	59
35 - 44.....	146	124	135	125	122	136	172	102	151	101	182	114	342	192	395	237	375	181
45 - 54.....	145	126	176	118	160	138	189	123	205	128	269	133	458	246	488	263	432	225
55 - 64.....	169	138	183	148	173	135	303	189	287	176	314	153	501	298	512	346	567	265
65 - 74.....	171	130	177	153	183	149	312	223	327	249	312	236	507	285	424	361	495	313
75 e mais....	*132	*214	153	274	126	225	215	314	228	306	258	334	308	352	203	245	385	362
Idade Ignorada	3	3	1	1	6	5	16	4	12	5	18	3	8	8	14	4	207	267

FONTE: Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde.

* Dados estimados.

TABELA 3

ÓBITOS REGISTRADOS, SEGUNDO SEXO, GRUPOS DE IDADE
E LUGAR DE RESIDÊNCIAMunicípios de Maceió, Niterói e Curitiba
1972

GRUPOS DE IDADE (ANOS)	MACEIÓ						NITERÓI						CURITIBA					
	Residentes		Não Residentes		Total		Residentes		Não Residentes		Total		Residentes		Não Residentes		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
TOTAL.....	1 735	1 501	198	109	1 933	1 610	1 253	1 004	367	262	1 620	1 266	3 673	2 580	543	283	4 216	2 863
Menos de 1..	654	576	24	16	678	532	219	200	93	77	312	277	897	680	69	43	966	723
1 - 4.....	144	132	4	9	148	141	40	53	17	37	57	90	143	148	13	14	156	162
5 - 9.....	22	23	2	2	24	25	10	11	9	10	19	21	64	50	15	5	72	55
10 - 14.....	19	12	2	3	21	15	12	13	6	3	18	16	61	38	10	5	71	43
15 - 19.....	24	23	4	5	28	28	21	16	10	13	31	29	69	47	17	13	86	60
20 - 24.....	54	43	18	9	72	52	34	18	9	6	43	24	92	64	21	19	113	83
25 - 29.....	38	31	15	5	53	36	29	12	12	13	41	25	103	61	24	20	127	81
30 - 34.....	47	29	16	9	63	38	40	19	14	8	54	27	120	69	31	17	151	86
35 - 39.....	49	31	9	6	58	37	46	33	21	8	67	41	156	96	43	20	199	116
40 - 44.....	45	42	15	8	60	50	73	34	31	7	104	41	180	102	40	12	220	114
45 - 49.....	57	43	10	2	67	45	55	45	28	17	83	62	203	110	47	12	250	122
50 - 54.....	63	70	13	9	76	79	65	45	14	7	79	52	234	110	47	14	281	124
55 - 59.....	53	30	10	7	63	37	94	48	22	11	116	59	239	119	30	13	269	132
60 - 64.....	85	66	6	3	91	69	121	45	24	10	145	55	289	164	39	17	328	181
65 - 69.....	65	54	10	2	75	56	91	70	13	6	104	76	239	163	28	18	267	181
70 - 74.....	(1)189	(1)245	(1)17	(1)7	(1)206	(1)252	102	93	18	9	120	102	235	162	23	15	258	177
75 e mais....	195	246	20	19	215	265	313	364	34	22	347	388
Idade Ignorada	127	111	23	7	150	118	6	3	6	1	12	4	36	33	12	4	48	37

FONTE: Levantamento realizado no Registro Civil.

1 Óbitos de 70 anos e mais.

III — MÉTODO

Como objetivamente desejamos mostrar a problemática acarretada pelo registro de óbitos de pessoas não residentes nos municípios de capital, a metodologia completa empregada na construção das tábuas será objeto de um posterior trabalho onde, detalhadamente, os passos seguidos serão evidenciados. Contudo, resumidamente, apresentamos alguns aspectos do procedimento adotado.

Estimou-se a população residente em 1-7-70 a partir da população residente apurada no Censo de 1-9-70, sob a hipótese de crescimento geométrico na década 60/70, mantendo-se a estrutura por sexo e idade da população residente observada no Censo.

Utilizou-se a média aritmética do período 1969 a 1971, como informação representativa do número de óbitos.

Os óbitos de alguns grupos etários da população, por serem primitivamente grupos decenais, foram subdivididos em grupos quinquenais por interpolação quadrática e interpolação parabólica do 2.º grau.

As taxas centrais de mortalidade serviram como base para o cálculo das probabilidades de morte, obtidas pela relação proposta pelo Prof. João L. Madeira.² As demais funções da tábua não requerem explicações adicionais, excetuando-se o número de anos vividos ${}_nL_x$, que foi calculado por procedimentos diversos a saber:

- a) para os dois grupos iniciais da tábua utilizou-se a hipótese de ser a função de sobrevivência hiperbólica, com a seguinte expressão analítica $l_x = \frac{ax + b}{x + c}$, onde x , idade considerada, sendo os valores de ${}_nL_x$, obtidos por integração definida nos intervalos em questão;

- b) para o grupo final da tábua (70 e mais) utilizou-se a relação

$${}_nL_x = \frac{{}_n d_x}{{}_n m_x}$$

- c) para os grupos intermediários utilizou-se interpolação linear onde ${}_nL_x = \frac{(l_x + n + l)}{2}$, face às irregularidades dos ${}_n m_x$ referidas em V.

IV — RESULTADOS

São apresentadas as tábuas de vida para ambos os sexos, segundo grupos de idade. Cada município da capital apresenta um conjunto de tábuas, onde são utilizados os óbitos totais registrados e os óbitos de pessoas residentes, perfazendo um total de quatro tábuas para cada localidade.

² MADEIRA, João Lyra. Nota sobre a determinação das probabilidades de morte ${}_n q_x$ a partir das taxas de ${}_n m_x$. *B. demogr. CBED*, Rio de Janeiro, 1 (3): 8-11, jan./mar. 1971, tab.

TABELA 4

TÁBUA DE MORTALIDADE DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ
— 1969/1971

Residentes + Não Residentes

A — Sexo Masculino

IDADE x	nM_x	nQ_x	l_x	d_x	nL_x	nT_x	\bar{e}_x
0.....	0,22118108	0,20581407	100 000	20 581	83 770	4 514 425	45,14
1.....	0,01367713	0,03334214	79 419	2 648	309 932	4 430 655	55,79
5.....	0,00230632	0,01146511	76 771	880	381 657	4 120 723	53,68
10.....	0,00225361	0,01120927	75 891	851	377 330	3 739 066	49,27
15.....	0,00345424	0,01713039	75 040	1 285	371 989	3 361 736	44,80
20.....	0,00469168	0,02320609	73 755	1 712	364 497	2 989 747	40,54
25.....	0,00744371	0,03656660	72 043	2 634	353 632	2 625 250	36,44
30.....	0,00993562	0,04848908	69 409	3 366	338 632	2 271 618	32,73
35.....	0,01127439	0,05484677	66 043	3 622	321 162	1 932 986	29,27
40.....	0,01292755	0,06267028	62 421	3 912	302 325	1 611 824	25,82
45.....	0,01683048	0,08086947	58 509	4 732	280 715	1 309 499	22,38
50.....	0,02261261	0,10713396	53 777	5 761	254 483	1 028 784	19,13
55.....	0,02872413	0,13426054	48 016	6 447	223 963	774 301	16,13
60.....	0,03950171	0,18022147	41 569	7 492	189 117	550 338	13,24
65.....	0,05716688	0,24861296	34 077	8 472	149 205	361 221	10,60
70 e mais.....	0,12076923	1,00000000	25 605	—	212 016	212 016	8,28

B — Sexo Feminino

IDADE x	nM_x	nQ_x	l_x	d_x	nL_x	nT_x	\bar{e}_x
0.....	0,17712369	0,16666181	100 000	16 666	87 537	5 122 053	51,22
1.....	0,01359358	0,03780952	83 334	3 151	324 210	5 034 516	60,41
5.....	0,00211128	0,01049938	80 183	842	398 811	4 710 306	58,74
10.....	0,00179434	0,00893331	79 341	709	394 934	4 311 495	54,34
15.....	0,00232899	0,01158113	78 632	910	390 886	3 916 561	49,81
20.....	0,00324987	0,01612712	77 722	1 254	385 475	3 525 675	45,36
25.....	0,00494107	0,02441805	76 468	1 867	377 674	3 140 200	41,07
30.....	0,00673469	0,03313086	74 601	2 472	366 827	2 762 526	37,03
35.....	0,00820456	0,04022155	72 129	2 901	353 395	2 395 699	33,21
40.....	0,01015961	0,04955689	69 228	3 431	337 565	2 042 304	29,50
45.....	0,01162117	0,05651604	65 797	3 718	319 692	1 704 739	25,91
50.....	0,01490182	0,07193292	62 079	4 466	299 231	1 385 047	22,31
55.....	0,02024795	0,09648197	57 613	5 558	274 171	1 085 816	18,85
60.....	0,02616035	0,12303273	52 055	6 405	244 263	811 645	15,59
65.....	0,03666837	0,16751647	45 650	7 637	209 132	567 382	12,42
70 e mais.....	0,10607923	1,00000000	38 003	—	358 250	358 250	9,42

TABELA 5

TÁBUA DE MORTALIDADE DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ
— 1969/1971

Residentes

A — Sexo Masculino

IDADE x	n^{m}_x	n^q_x	l_x	d_x	nL_x	nT_x	\bar{e}_x
0.....	0,21876901	0,20378193	100 000	20 378	83 230	4 747 189	47,47
1.....	0,01267826	0,02989123	79 622	2 380	311 514	4 663 959	58,58
5.....	0,00205346	0,01021524	77 242	789	384 236	4 352 445	56,35
10.....	0,00216718	0,01077606	76 453	824	380 203	3 968 209	51,90
15.....	0,00188569	0,00939055	75 629	710	376 368	3 588 006	47,44
20.....	0,00451258	0,02232072	74 919	1 672	370 412	3 211 638	42,87
25.....	0,00580584	0,02862751	73 247	2 097	360 989	2 841 226	38,79
30.....	0,00729790	0,03585974	71 150	2 552	349 369	2 480 237	34,86
35.....	0,00947505	0,04628449	68 598	3 175	335 053	2 130 868	31,06
40.....	0,01024459	0,04999448	65 423	3 271	318 938	1 795 815	27,45
45.....	0,01375569	0,06659213	62 152	4 139	300 414	1 476 877	23,76
50.....	0,01933661	0,09230822	58 013	5 355	276 679	1 176 463	20,28
55.....	0,02395862	0,11339031	52 658	5 971	248 364	899 784	17,09
60.....	0,03807990	0,17422912	46 687	8 134	213 101	651 420	13,95
65.....	0,05355110	0,23490517	38 553	9 056	170 125	438 319	11,37
70 e mais.....	0,10998397	1,00000000	29 497	—	268 194	268 194	9,09

B — Sexo Feminino

IDADE x	n^{m}_x	n^q_x	l_x	d_x	nL_x	nT_x	\bar{e}_x
0.....	0,17388227	0,16381787	100 000	16 382	87 400	5 367 207	53,67
1.....	0,01135790	0,03038819	83 618	2 541	327 073	5 279 807	63,14
5.....	0,00188419	0,00937519	81 077	760	403 487	4 952 734	61,09
10.....	0,00153029	0,00762135	80 317	612	400 057	4 549 247	56,64
15.....	0,00126915	0,00632879	79 705	504	397 265	4 149 190	52,06
20.....	0,00324673	0,01611049	79 201	1 276	392 814	3 751 925	47,37
25.....	0,00467907	0,02312378	77 925	1 802	385 119	3 359 111	43,11
30.....	0,00467707	0,02312324	76 123	1 760	376 214	2 973 992	39,07
35.....	0,00575114	0,02838038	74 363	2 111	366 537	2 597 778	34,93
40.....	0,00957694	0,04675800	72 252	3 378	352 815	2 231 241	30,88
45.....	0,00966617	0,04724758	68 874	3 254	336 234	1 878 426	27,27
50.....	0,01379533	0,06672922	65 620	4 379	317 152	1 542 192	23,50
55.....	0,01701284	0,08176571	61 241	5 007	293 687	1 225 040	20,00
60.....	0,02523354	0,11891069	56 234	6 687	264 451	931 353	16,56
65.....	0,03480553	0,15972633	49 547	7 914	227 950	666 902	13,46
70 e mais.....	0,09484631	1,00000000	41 633	—	438 952	438 952	10,54

TABELA 6

TÁBUA DE MORTALIDADE DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
— 1969/1971

Residentes + Não Residentes

A — Sexo Masculino

IDADE x	n ^m _x	n ^q _x	l _x	d _x	n ^L _x	n ^T _x	\bar{e}_x
0.....	0,12631360	0,12144856	100 000	12 145	90 280	5 377 504	53,77
1.....	0,00691817	0,01583260	87 855	1 391	347 343	5 287 224	60,18
5.....	0,00122839	0,00612438	86 464	529	430 998	4 939 881	57,13
10.....	0,00183150	0,00911768	85 935	784	427 715	4 508 883	52,47
15.....	0,00243955	0,01212680	85 151	1 033	423 175	4 081 168	47,93
20.....	0,00315307	0,01564849	84 118	1 316	417 302	3 657 993	43,49
25.....	0,00439269	0,02173466	82 802	1 800	409 512	3 240 691	39,14
30.....	0,00575760	0,02839604	81 002	2 300	399 263	2 831 179	34,95
35.....	0,00757953	0,03722196	78 702	2 929	386 189	2 431 916	30,90
40.....	0,01012828	0,04943343	75 773	3 746	369 501	2 045 727	27,00
45.....	0,01313841	0,06370486	72 027	4 588	348 665	1 676 226	23,27
50.....	0,01897383	0,09079737	67 439	6 123	321 886	1 327 561	19,69
55.....	0,02894873	0,13522005	61 316	8 291	285 850	1 005 675	16,40
60.....	0,03929995	0,17948500	53 025	9 517	241 329	719 825	13,58
65.....	0,05905957	0,25569013	43 508	11 125	189 728	478 496	11,00
70 e mais.....	0,11214185	1,00000000	32 383	—	288 768	288 768	8,92

B — Sexo Feminino

IDADE x	n ^m _x	n ^q _x	l _x	d _x	n ^L _x	n ^T _x	\bar{e}_x
0.....	0,09779474	0,09440497	100 000	9 440	92 961	6 277 429	62,77
1.....	0,00744159	0,02011925	90 560	1 322	356 966	6 184 468	68,29
5.....	0,00103840	0,00517904	88 738	460	442 541	5 827 502	65,67
10.....	0,00129542	0,00645661	88 278	570	439 967	5 384 961	61,00
15.....	0,00147178	0,00733304	87 708	643	436 935	4 944 994	56,38
20.....	0,00190075	0,00945990	87 065	823	433 268	4 508 059	51,78
25.....	0,00222181	0,01105034	86 242	953	428 826	4 074 791	47,25
30.....	0,00291535	0,01447785	85 289	1 235	423 356	3 645 965	42,75
35.....	0,00431085	0,02133403	84 054	1 793	415 786	3 222 609	38,34
40.....	0,00567358	0,02798184	82 261	2 302	405 549	2 806 823	34,12
45.....	0,00687493	0,03382254	79 959	2 704	393 033	2 401 274	30,03
50.....	0,00961874	0,04702139	77 255	3 633	377 191	2 008 241	25,99
55.....	0,01375927	0,06661108	73 622	4 904	355 849	1 631 050	22,15
60.....	0,01945591	0,09304600	68 718	6 394	327 604	1 275 201	18,56
65.....	0,03158844	0,14610086	62 324	9 106	288 630	947 597	15,20
70 e mais.....	0,08075974	1,00000000	53 218	—	658 967	658 967	12,38

TABELA 7

TÁBUA DE MORTALIDADE DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
— 1969/1971

Residentes

A — Sexo Masculino

IDADE x	$n^{M}x$	$n^{Q}x$	l_x	d_x	nL_x	nT_x	\bar{e}_x
0.....	0,09112960	0,08859041	100 000	8 859	92 774	5 958 444	59,58
1.....	0,00404636	0,00951273	91 141	867	362 016	5 865 670	64,36
5.....	0,00070313	0,00351005	90 274	317	450 579	5 503 654	60,97
10.....	0,00123138	0,00613828	89 957	552	448 407	5 053 075	56,17
15.....	0,00135090	0,00673429	89 405	602	445 521	4 604 668	51,50
20.....	0,00265225	0,01317588	88 803	1 170	441 091	4 159 147	46,84
25.....	0,00308200	0,01529876	87 633	1 341	434 814	3 718 056	42,43
30.....	0,00438750	0,02170011	86 292	1 872	426 781	3 283 242	38,05
35.....	0,00455686	0,02254663	84 420	1 903	417 341	2 856 461	33,84
40.....	0,00729736	0,03586294	82 517	2 960	405 184	2 439 120	29,56
45.....	0,01000255	0,04885897	79 557	3 887	388 068	2 033 936	25,57
50.....	0,01468517	0,07094620	75 670	5 368	364 929	1 645 868	21,75
55.....	0,02107711	0,10041276	70 302	7 059	333 860	1 280 939	18,22
60.....	0,03359741	0,15556542	63 243	9 839	291 616	947 079	14,98
65.....	0,05343949	0,23447809	53 404	12 522	235 715	655 463	12,27
70 e mais.....	0,09753603	1,00000000	40 882	—	419 148	419 748	10,27

B — Sexo Feminino

IDADE x	$n^{M}x$	$n^{Q}x$	l_x	d_x	nL_x	nT_x	\bar{e}_x
0.....	0,06900942	0,06743795	100 000	6 744	94 922	6 771 041	67,71
1.....	0,00441059	0,01303937	93 256	1 216	369 497	6 676 119	71,59
5.....	0,00070375	0,00351270	92 040	323	459 392	6 306 622	68,49
10.....	0,00080388	0,00401163	91 717	368	457 664	5 847 230	63,75
15.....	0,00100425	0,00506873	91 349	458	455 600	5 389 566	59,00
20.....	0,00103376	0,00515585	90 891	469	453 285	4 933 966	54,28
25.....	0,00122869	0,00612646	90 422	554	450 728	4 480 681	49,55
30.....	0,00221494	0,01101673	89 868	990	446 868	4 029 953	44,84
35.....	0,00301786	0,01498594	88 878	1 332	441 063	3 583 085	40,31
40.....	0,00512754	0,02531440	87 546	2 216	432 193	3 142 022	35,89
45.....	0,00537888	0,02555490	85 330	2 266	420 988	2 709 829	31,76
50.....	0,00742544	0,03649333	83 064	3 031	407 744	2 288 841	27,56
55.....	0,01133644	0,05519734	80 033	4 418	389 122	1 881 097	23,50
60.....	0,01627476	0,07834026	75 615	5 923	363 269	1 491 975	19,73
65.....	0,02358615	0,11124240	69 692	7 753	329 078	1 128 706	16,20
70 e mais.....	0,07745978	1,00000000	61 939	—	799 628	799 628	12,91

TABELA 8

TÁBUA DE MORTALIDADE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
— 1969/1971

Residentes + Não Residentes

A — Sexo Masculino

IDADE x	n ^m x	n ^q x	l _x	d _x	nL _x	nTx	e _x
0.....	0,13355561	0,12234289	100 000	12 234	90 776	5 121 349	51,21
1.....	0,00715181	0,02490713	87 766	2 186	344 722	5 030 573	57,32
5.....	0,00122718	0,00611862	85 580	524	426 590	4 685 851	54,75
10.....	0,00198650	0,00988613	85 056	841	423 179	4 259 261	50,08
15.....	0,00279948	0,01390417	84 215	1 171	418 149	3 836 082	45,55
20.....	0,00365038	0,01809450	83 044	1 502	411 465	3 417 933	41,16
25.....	0,00492226	0,02432550	81 542	1 984	402 750	3 006 468	36,87
30.....	0,00661772	0,03257710	79 558	2 592	391 311	2 603 718	32,73
35.....	0,00928715	0,04542570	76 966	3 496	376 091	2 212 407	28,75
40.....	0,01261446	0,06121553	73 470	4 497	356 106	1 836 316	24,99
45.....	0,01689595	0,08121307	68 973	5 602	330 859	1 480 210	21,46
50.....	0,02448255	0,11563232	63 371	7 328	298 536	1 149 351	18,14
55.....	0,03559340	0,16387833	56 043	9 184	257 256	850 815	15,18
60.....	0,05210709	0,22951884	46 859	10 760	207 396	593 558	12,67
65.....	0,05527426	0,24146876	36 099	8 717	158 702	386 163	10,70
70 e mais.....	0,12038093	1,00000000	27 382	—	227 461	227 461	8,31

B — Sexo Feminino

IDADE x	n ^m x	n ^q x	l _x	d _x	nL _x	nTx	e _x
0.....	0,11081704	0,10291388	100 000	10 291	92 401	6 039 717	60,40
1.....	0,00686627	0,02364311	89 709	2 121	352 710	5 947 316	65,30
5.....	0,00100124	0,00499419	87 588	437	436 848	5 594 606	63,87
10.....	0,00127132	0,00633671	87 151	552	434 374	5 157 758	59,18
15.....	0,00137816	0,00686815	86 599	595	431 506	4 723 384	54,54
20.....	0,00179577	0,00894134	86 004	769	428 097	4 291 878	49,90
25.....	0,00268671	0,01334852	85 235	1 138	423 330	3 863 781	45,33
30.....	0,00371178	0,01839581	84 097	1 547	416 618	3 440 451	40,91
35.....	0,00494170	0,02442066	82 550	2 016	407 711	3 023 833	36,63
40.....	0,00667724	0,03285838	80 534	2 646	396 055	2 616 122	32,48
45.....	0,00865763	0,04241620	77 888	3 304	381 180	2 220 067	28,50
50.....	0,01222038	0,05938491	74 584	4 429	361 848	1 838 887	24,66
55.....	0,01791972	0,08592919	70 155	6 028	335 704	1 477 039	21,05
60.....	0,02595311	0,12197206	64 127	7 822	301 079	1 141 335	17,80
65.....	0,03237332	0,14944533	56 305	8 415	260 487	840 256	14,92
70 e mais.....	0,08260185	1,00000000	47 890	—	579 769	579 769	12,11

TABELA 9

TABUA DE MORTALIDADE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
— 1969/1971

Residentes

A — Sexo Masculino

IDADE x	n^m_x	n^q_x	l_x	d_x	nL_x	nT_x	\bar{e}_x
0.....	0,12582155	0,11582536	100 000	11 583	91 762	5 367 127	53,67
1.....	0,00666935	0,02327607	88 417	2 058	344 914	5 275 365	59,66
5.....	0,00105609	0,00526759	86 359	455	430 658	4 930 451	57,09
10.....	0,00166566	0,00829503	85 904	713	427 739	4 496 793	52,38
15.....	0,00209594	0,01042887	85 191	888	423 737	4 072 054	47,80
20.....	0,00322168	0,01562265	84 303	1 347	418 147	3 648 317	43,28
25.....	0,00376114	0,01864245	82 956	1 546	410 912	3 230 170	38,94
30.....	0,00578283	0,02851175	81 410	2 321	401 243	2 819 258	34,63
35.....	0,00686494	0,03378664	79 089	2 672	388 760	2 418 015	30,57
40.....	0,01094936	0,05332239	76 417	4 075	371 893	2 029 255	26,56
45.....	0,01336623	0,06481009	72 342	4 688	349 985	1 657 362	22,91
50.....	0,02133173	0,10147905	67 654	6 865	321 101	1 307 377	19,32
55.....	0,03070117	0,14305501	60 789	8 696	282 198	986 276	16,22
60.....	0,04779432	0,21297589	52 093	11 094	232 722	704 078	13,52
65.....	0,05333777	0,23408865	40 999	9 597	180 997	471 356	11,50
70 e mais.....	0,10814881	1,00000000	31 402	—	290 359	290 359	9,25

B — Sexo Feminino

IDADE x	n^m_x	n^q_x	l_x	d_x	nL_x	nT_x	\bar{e}_x
0.....	0,10096939	0,09437443	100 000	9 437	93 024	6 333 117	63,33
1.....	0,00609203	0,02132217	90 563	1 931	356 673	6 240 093	68,90
5.....	0,00102773	0,00512528	88 632	454	442 024	5 883 420	66,38
10.....	0,00094386	0,00470813	88 178	415	439 850	5 441 396	61,71
15.....	0,00091877	0,00458411	87 763	403	437 807	5 001 546	56,99
20.....	0,00144350	0,00719291	87 360	628	435 230	4 563 739	52,24
25.....	0,00192258	0,00991669	86 732	860	431 509	4 128 509	47,60
30.....	0,00296607	0,01472578	85 872	1 265	426 197	3 697 000	43,05
35.....	0,00388130	0,01923158	84 607	1 627	418 968	3 270 803	38,66
40.....	0,00576200	0,02841904	82 980	2 358	409 005	2 851 835	34,37
45.....	0,00776801	0,03812919	80 622	3 074	395 424	2 442 830	30,30
50.....	0,01026560	0,05009018	77 548	3 884	378 028	2 047 406	26,40
55.....	0,01349941	0,06549810	73 664	4 825	356 255	1 669 378	22,66
60.....	0,02564317	0,12049130	68 839	8 295	323 457	1 313 123	19,08
65.....	0,02914885	0,13562126	60 544	8 211	282 192	989 666	16,35
70 e mais.....	0,07397151	1,00000000	52 333	—	707 474	707 474	13,52

V — COMENTÁRIOS

Sendo as taxas centrais de mortalidade obtidas pelo quociente dos óbitos registrados, pela população residente, relaciona-se informações de duas fontes diversas. Este relacionamento, caso as fontes apresentem imperfeições, acarreta distorções oriundas de uma ou outra fonte, ou de ambas. Como as tábuas de mortalidade são função dessas taxas, estas alterações refletem-se na estrutura da tábua. O problema requer a formulação de hipóteses na tentativa de explicar parcialmente as imperfeições encontradas. Entretanto, convém notar que uma tábua de vida é um modelo estocástico representativo de um fenômeno aleatório. Assim sendo, grande parte de sua flutuação é intrínseca ao seu caráter. Não será objeto de considerações no momento a estrutura das tábuas em si; entretanto, oportunamente, serão comentadas.

A Tabela 10, resumidamente, apresenta os indicadores mais utilizados para medir e comparar os padrões de mortalidade.

Ficou constatado e de algum modo mensurado o fenômeno da "importação de óbitos". Como era esperado; não houve uniformidade das proporções de óbitos de não residentes no total de óbitos entre os municípios da capital, ocorrendo o mesmo fato com relação ao sexo. A maior proporção de óbitos registrados de não residentes ocorre em Niterói, coincidindo com o melhor padrão de mortalidade, expresso por menores taxas brutas de mortalidade e maiores esperanças de vida ao nascer. Em seqüência teríamos Curitiba e Maceió com menores proporções de óbitos de não residentes e níveis mais baixos de mortalidade. Este fato de certa forma é condizente com as hipóteses referidas na parte introdutória do trabalho, onde à melhor infra-estrutura médico-sanitária associávamos uma maior procura aos serviços por parte de pessoas não residentes. A forte proximidade de um grande centro, como a Guanabara, poderia explicar parcialmente as melhores condições em Niterói.

Baseando-se, ainda, na observação da Tabela 10, nota-se alguma associação inversa entre a proporção de óbitos de pessoas não residentes e as reduções havidas nas taxas brutas de mortalidade. Fenômeno contrário ocorre, obviamente, entre aquelas proporções e os ganhos na

TABELA 10

INDICADORES		MACEÍO			NITERÓI			CURITIBA		
		H	M	$\Delta = H - M$	H	M	$\Delta = H - M$	H	M	$\Delta = H - M$
% de óbitos registrados	R	91,91	90,69	+1,22	76,91	79,89	-2,98	88,80	87,66	+1,14
	NR	8,09	9,31	-1,22	23,09	20,11	+2,98	11,20	12,34	-1,14
Taxa bruta de Mortalidade TBM ‰.....	T	18,29	14,14	4,15	13,08	8,94	4,14	13,52	8,99	4,53
	R	16,82	12,82	4,00	10,06	7,14	2,92	12,04	7,88	4,16
Vida média ao nascer e_0	$\Delta = T - R$	1,47	1,32	0,15	3,02	1,80	1,22	1,48	1,11	0,37
	T	45,14	51,22	-6,08	53,77	62,77	-9,00	51,21	60,40	-9,19
	R	47,47	53,67	-6,20	59,58	67,71	-8,13	53,87	63,33	-9,66
	$\Delta = T - R$	-2,33	-2,45	+0,12	-5,81	-4,94	-0,87	-2,46	-2,93	+0,47

R = RESIDENTES

NR = NÃO RESIDENTES

T = TOTAL

vida média ao nascer. Vale salientar o fato de que, quando computada uma proporção de 23% de óbitos de não residentes masculinos, em Niterói, acarretou uma redução na vida média de quase 9 anos.

Outro enfoque permitido pela observação da Tabela 10 é a acentuada sobre-mortalidade masculina, característica brasileira, encontrada em diversos trabalhos anteriores. O fenômeno no Município de Curitiba é bem acentuado, encontrando-se uma diferença de 9,66 anos. Em Niterói esta mesma diferença é 8,13 anos e em Maceió, 6,20 anos. Parece existir uma tendência a aumentar esta discrepância quando melhoram os padrões de mortalidade. As taxas brutas de mortalidade refletem a mesma característica, entretanto, como são influenciadas pela estrutura etária da população, não se mostram tão sensíveis como a esperança de vida, exigindo uma prévia padronização.

A explicação do fenômeno é difícil e complexa. Acreditamos que, além do envolvimento das características biológicas, uma gama de fatores psico-sociais se faz presente.

Os diversos padrões de mortalidade apresentados nas três capitais não serão discutidos neste presente trabalho porque acreditamos na necessidade de completar as tábuas dos outros municípios para uma melhor visão global do sistema.

Em recente publicação do Centro,³ são feitas referências à inadequação das tábuas modelo da ONU, aplicadas a países em desenvolvimento. Este fato será analisado neste trabalho como uma contribuição e prosseguimento dos estudos já referidos anteriormente (ref. 3).

Serão utilizadas as tábuas de mortalidade construídas com os óbitos de pessoas residentes nos municípios da capital, comparadas com as respectivas tábuas modelo, encontradas pela fixação da mesma vida média ao nascer (Tabela 11).

Serão construídas oportunamente tábuas de mortalidade para áreas metropolitanas, onde dentro das quais existe uma sensível "emigração de óbitos" para o município mais importante ou que ofereça melhores condições, aumentando a sua mortalidade. A consideração da área metropolitana diluiria estas distorções e provavelmente teríamos um padrão de mortalidade mais próximo da realidade.

TABELA 11

INDICADORES	MACEIÓ		NITERÓI		CURITIBA	
	H	M	H	M	H	M
Vida média ao nascer.....	47,47	53,67	59,58	67,71	53,58	63,33
Tábua Modelo Oeste-Nível.....	13,15	14,47	18,31	20,08	15,76	18,33

Graficamente, comparamos o número de sobreviventes das tábuas de residentes nos municípios das capitais e as tábuas modelo de igual vida média (obtidas por interpolação linear) para cada sexo, separadamente.

³ BOLETIM DEMOGRÁFICO CBED, Rio de Janeiro, v. 4, abr./jun. 1974, n. 4, p. 4-9.

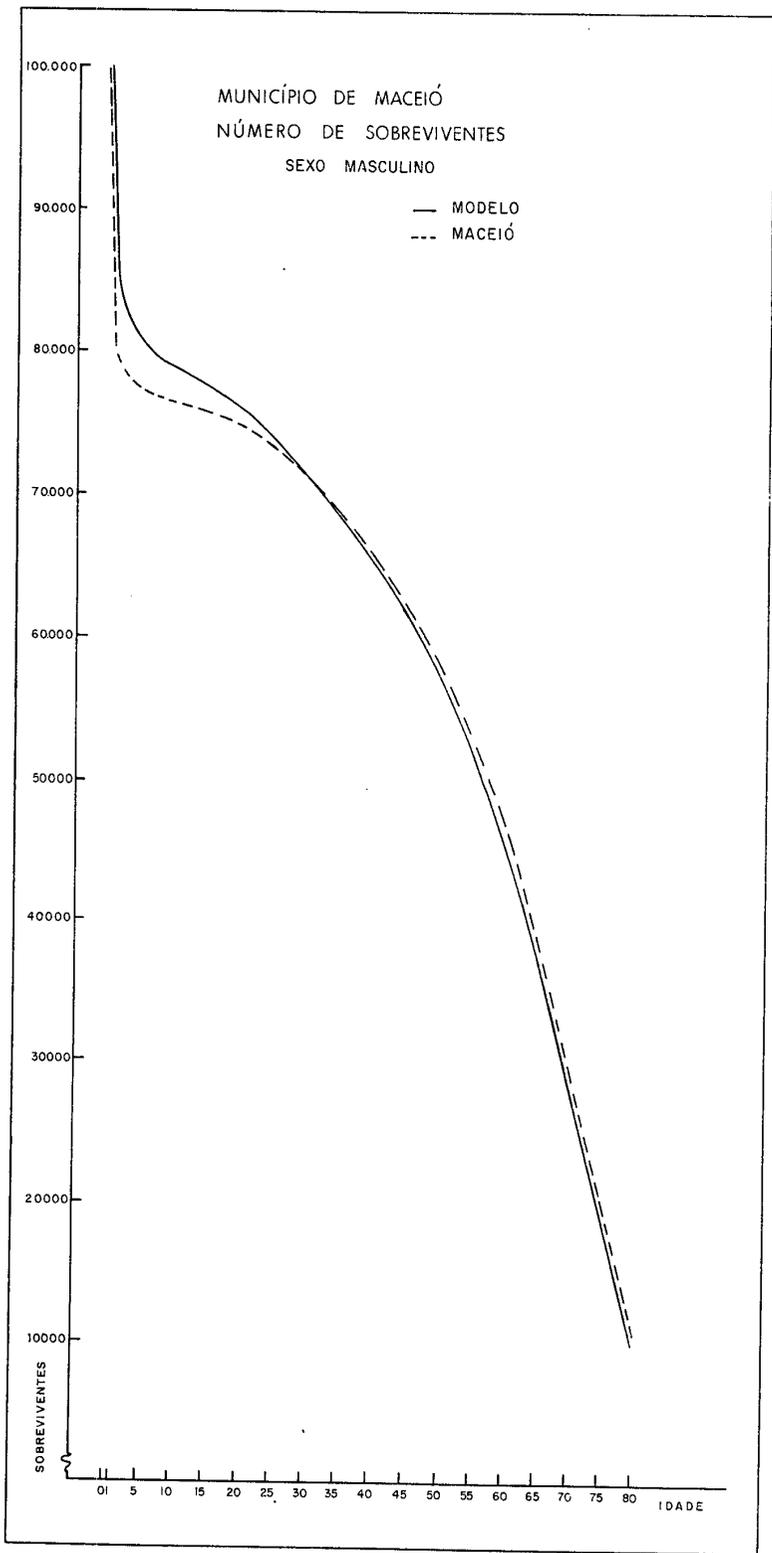


Gráfico 1

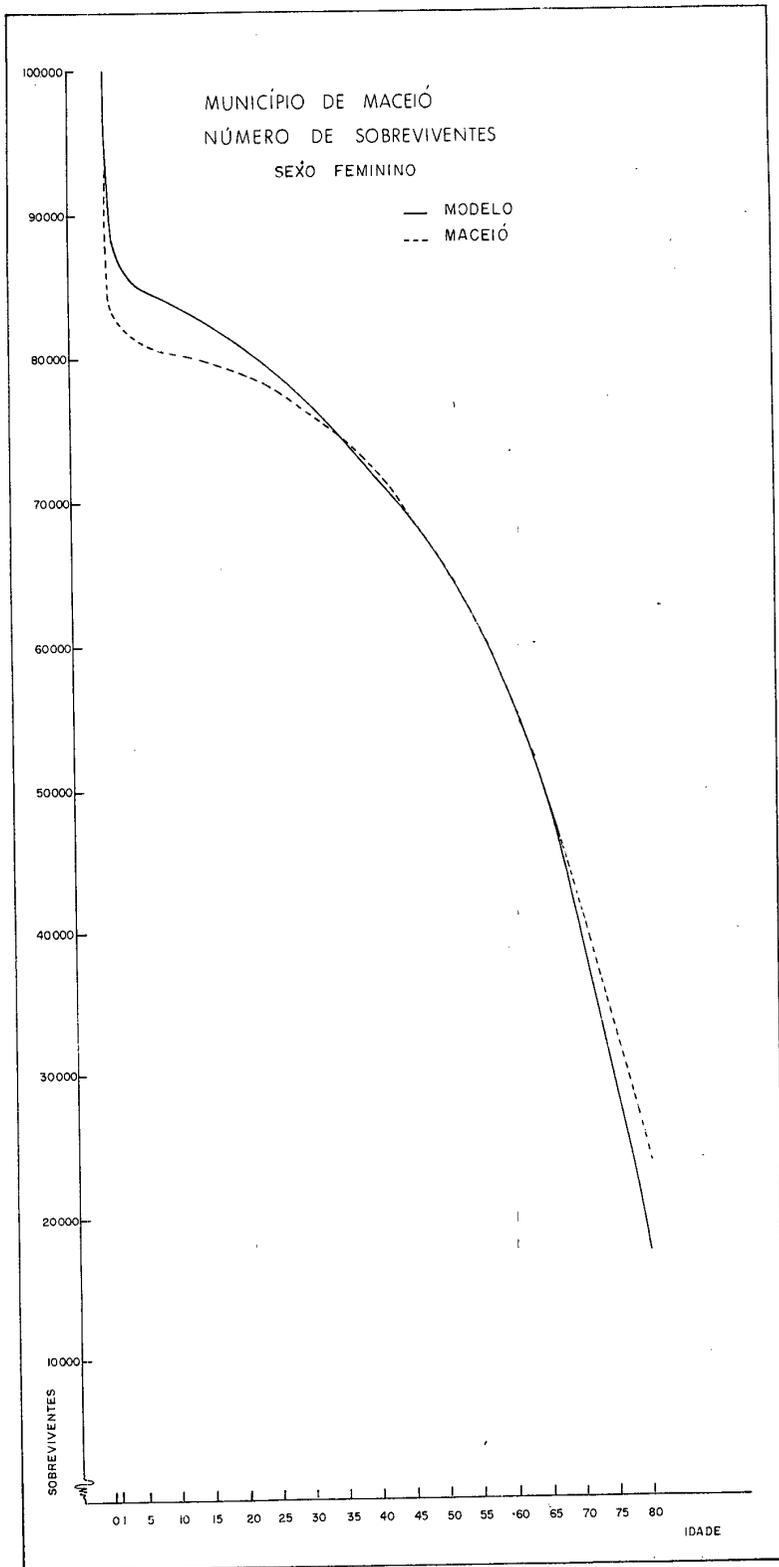


Gráfico 2

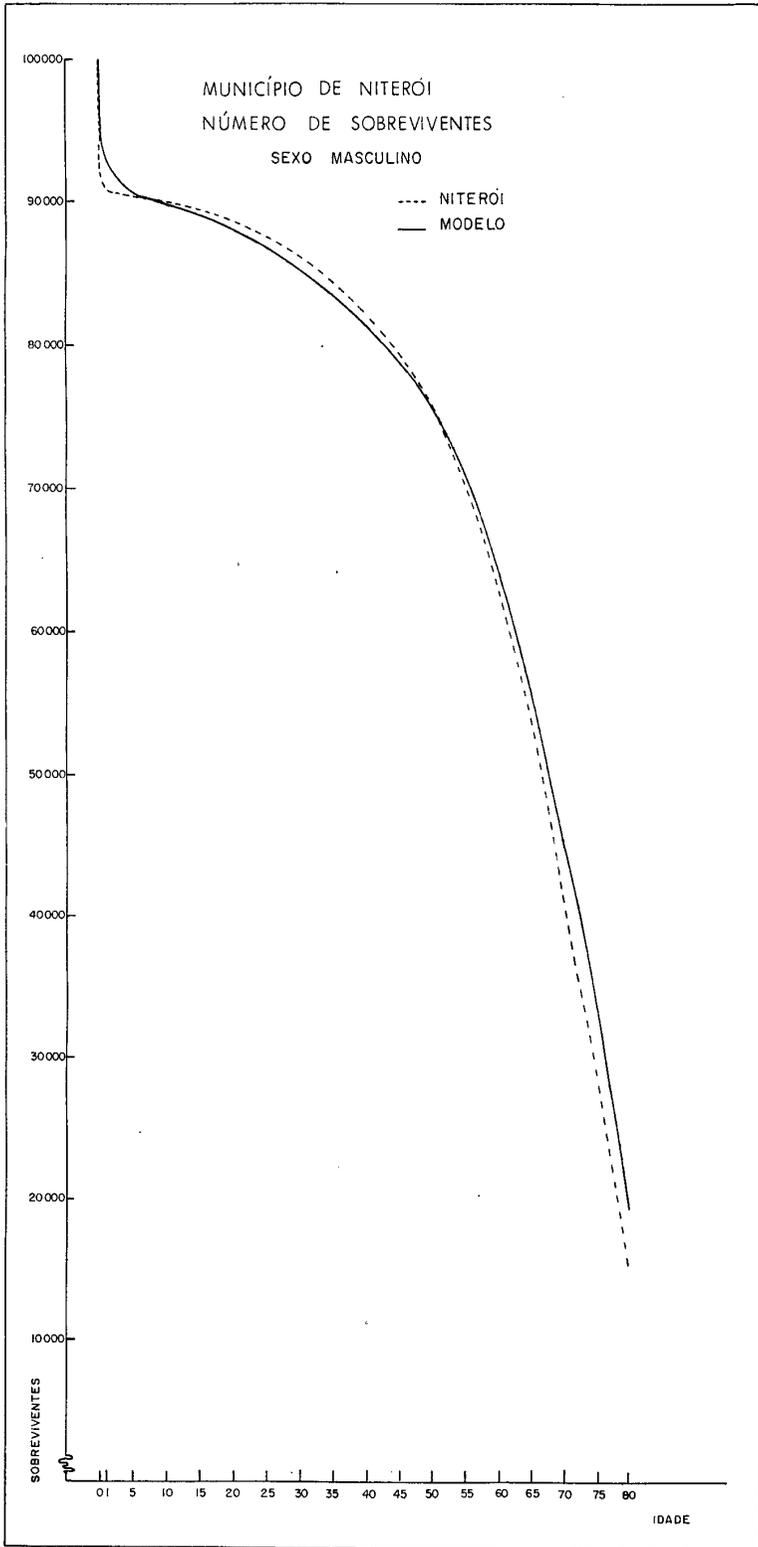


Gráfico 3

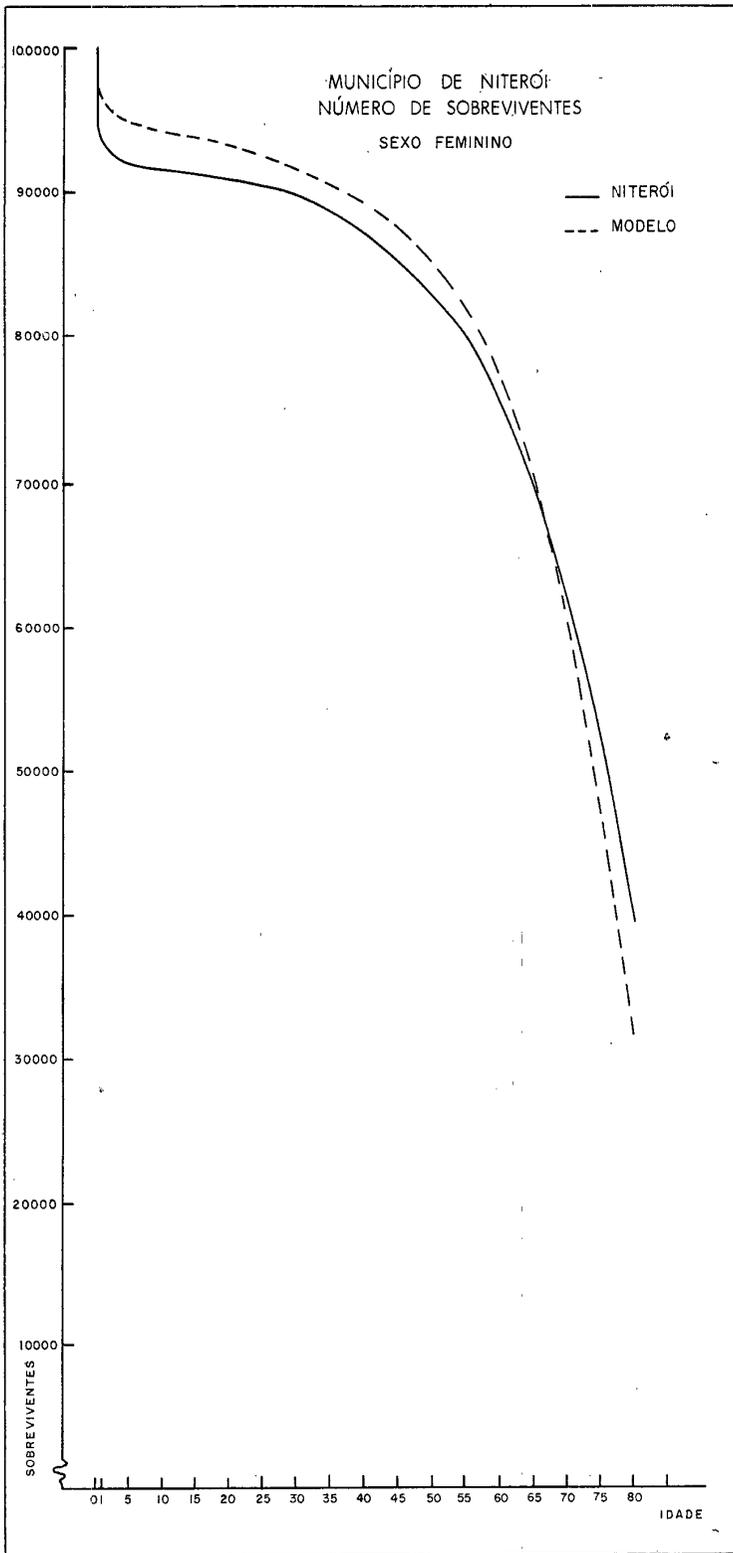


Gráfico 4

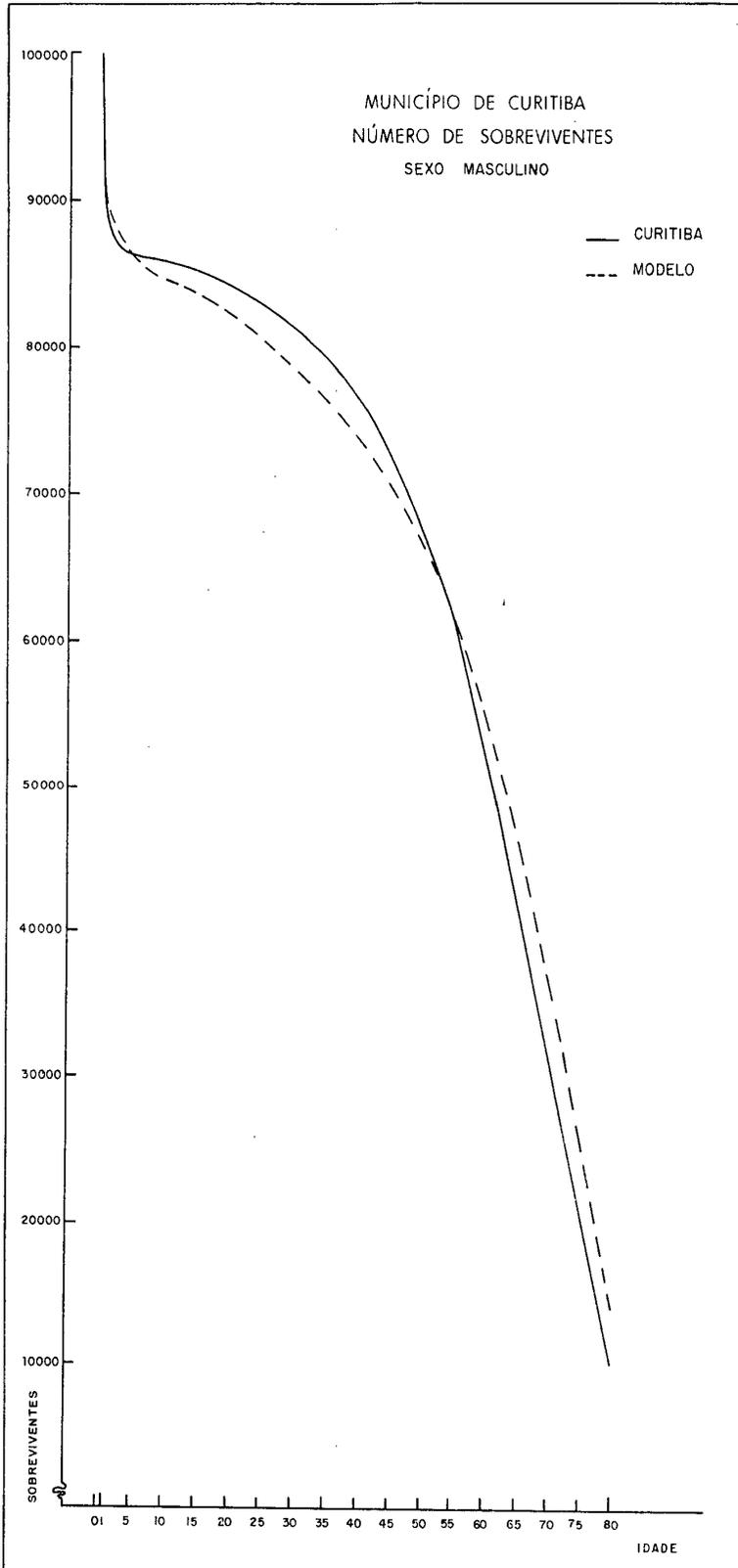


Gráfico 5

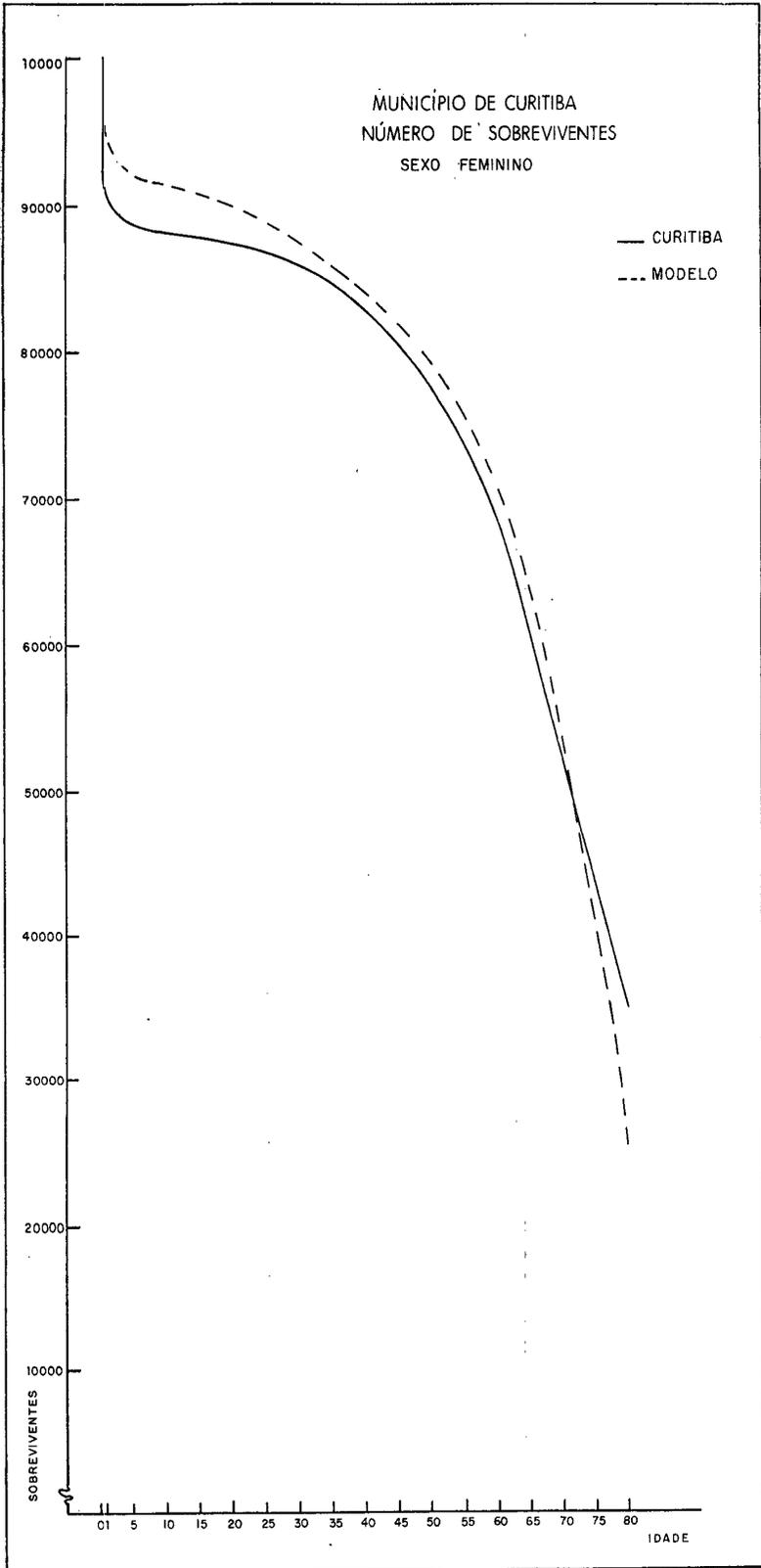


Gráfico 6

A maior mortalidade nas primeiras idades é uma constante nas tábuas dos municípios apresentados. Este aspecto é mais flagrante quando menores os níveis da mortalidade, sendo menos acentuado quando estes níveis tendem a se elevar. A explicação deste fato parece residir na metodologia empregada pelos autores na confecção das tábuas modelo.

Quando da construção das mesmas foi adotado um grande número de tábuas de sobrevivência de diversas épocas e de diversas regiões, que apresentavam padrões diferenciados de mortalidade. Entretanto, logicamente, os países mais desenvolvidos tinham disponível maior número de informações. Este aspecto decretou, de alguma forma, uma estrutura de mortalidade em parte condizente com países em melhores condições do que os em desenvolvimento, refletindo-se o fato nas tábuas modelo, em face desta maior ponderação. A condição acima acarretou os menores níveis de mortalidade encontrados nas tábuas modelo nas primeiras idades, para as quais os países menos favorecidos apresentam uma alta incidência de óbitos, comparativamente com os mais desenvolvidos.

Foram calculadas as vidas médias temporárias, no período compreendido entre a idade inicial e as idades em que o número de sobreviventes, nas tábuas de residentes nos municípios da capital e as respectivas tábuas modelo se igualavam pela primeira vez, com o intuito de demonstrar os ganhos que poderiam ser obtidos se a assistência materno-infantil atingisse melhores padrões.

A Tabela 12 mostra os resultados encontrados através deste procedimento.

TABELA 12

MUNICÍPIOS	IDADE DO 1.º ENCONTRO DAS CURVAS DE SOBREVIVENTES k		VIDA MÉDIA TEMPORÁRIA DE 0 a k					
			Tábua Modelo		Residentes		%	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Maceió.....	28,95	34,82	22,55	28,53	21,96	27,70	97,38	97,09
Niterói.....	7,54	—	7,32	—	7,28	—	99,45	—
Curitiba.....	4,04	—	3,60	—	3,50	—	97,22	—

A utilização do conceito de vida média temporária avalia em números o fenômeno já graficamente demonstrado.

A forte mortalidade na primeira infância é, na sua grande maioria, causada por fatores exógenos, principalmente as doenças infecciosas e parasitárias, salientando-se as de veiculação hídrica, associadas

que estão ao fator desnutrição, outra característica do infante nos países em desenvolvimento. Acreditamos, pois, que maiores ganhos na vida média ao nascer seriam obtidos pela redução dos óbitos nas primeiras idades, do que pelas reduções oriundas do número de óbitos nas idades adultas, no estágio atual.

VI — CONCLUSÕES

Os óbitos de pessoas não residentes no local de ocorrência marcam a estrutura e magnitude do problema. Os padrões de mortalidade são deturpados duplamente. As regiões que oferecem condições de melhor atendimento apresentam, indevidamente, piores níveis de mortalidade, em contraposição às regiões menos favorecidas, que transformam-se em “exportadores de óbitos”, apresentando conseqüentemente melhores padrões na mortalidade.

Necessário então se faz, quando não disponíveis as informações de óbitos segundo local de residência, ponderar os resultados encontrados. Enfatizamos a mensuração dos padrões de mortalidade nas regiões metropolitanas — fruto da presença de pólo mais desenvolvido — como um possível procedimento atenuador das distorções introduzidas ao estudar-se isoladamente cada localidade.

As mesmas diferenças encontradas anteriormente nos padrões de mortalidade, segundo o sexo, são aqui também definidas.

Quanto à comparação de nossos resultados com as tábuas modelo da ONU, acreditamos ser razoável salientar o cuidado no seu emprego devido as diferenças, também já referidas em trabalhos anteriores, que foram aqui novamente evidenciadas.

RESUMO

Tábuas de mortalidade para alguns municípios da capital, onde é enfocada a influência dos óbitos de pessoas não residentes, registrados no local de ocorrência e demonstração das distorções introduzidas nas referidas tábuas.

Avalia a diferença da mortalidade entre os sexos e procura comparar, também, seus resultados com as tábuas modelo da ONU.

ABSTRACT

Life tables of some "municípios" of capital cities focussing the deaths of non-resident population, recorded on the place of the event, and demonstration of deviations introduced in the respective tables.

Evaluation of the difference of mortality between sexes and comparative approach, too, of the results with model tables of the UNO.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE POPULAÇÃO — REUNIÕES PREPARATÓRIAS

A Conferência Mundial de População, programada para o próximo mês de agosto, em Bucareste, Romênia, tem levado os países que da mesma participarão, a uma série de reuniões e encontros preparatórios, objetivando um perfeito entrosamento de pontos de vista quanto as teses a serem defendidas perante aquela Conferência.

Assim, é que em abril, a CEPAL realizará importante Reunião em Costa Rica, onde será debatida, principalmente, a posição dos países latino-americanos frente à Conferência de Bucareste.

A ONU, por sua vez, antecipando a Reunião programada para Costa Rica, promoveu importantes Simpósios no Cairo, Honolulu, Estocolmo e Amsterdã, nos quais foram tratados temas como "População e Desenvolvimento", "População e Família", "População e Meio-Ambiente" e "População e

Direitos Humanos". Desses encontros, que reuniram as Comissões Econômicas Regionais da ONU, resultarão os subsídios necessários à Conferência de Bucareste.

Dentre os principais resultados obtidos nas reuniões promovidas pela ONU — que estabeleceu 1974 como o Ano da Demografia — consta a do Cairo — de que é tarefa do Terceiro Mundo, ajudado pela comunidade internacional, promover a boa utilização dos recursos em benefício da maioria, objetivando a redução da desigualdade entre os homens.

A Conferência de Bucareste, consistirá de um encontro entre governos para a discussão do problema mundial de população, calçada em documentos previamente preparados por grupos de trabalho integrados por peritos e representantes nacionais.

PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação Mundial, que começou a ser estudado em setembro do ano passado, resume-se nos seguintes itens:

a) Uma estratégia internacional para promover o desenvolvimento econômico e social do mundo e para cuidar do seu bem-estar;

b) Definir objetivos e políticas, o papel dos governos nacionais e a cooperação internacional para a concretização desses propósitos;

c) Estimular o aumento da capacidade nacional de cada governo para enfrentar os problemas da população, através do entendimento das relações entre os fatores demográficos e sociais que influem no desenvolvimento e, também, pelo estímulo ao estabelecimento de serviços como estatística, pes-

quisa, informação, educação e treinamento;

d) Espera o Plano que a taxa de crescimento populacional dos países subdesenvolvidos não ultrapasse 2% em 1985. Recomenda que esses países se esforcem para que atinjam a estabilização populacional o mais depressa possível;

e) Recomenda, também, esforços para reduzir a urbanização excessiva, mediante a criação da rede de cidades médias em torno de oportunidades rurais, a serem descobertas pelos estudos de planejamento.

Assim, a Conferência de Bucareste espera poder firmar um consenso internacional de que a responsabilidade pelo problema populacional, embora específica de cada nação, interessa a todos de um modo geral.

PRESENÇA DO BRASIL

A delegação brasileira à Conferência Mundial da População será chefiada pelo Embaixador Miguel Osório de Almeida, assessor especial do Ministro das Relações Exteriores. Referido Embaixador seguirá na primeira quinzena de abril para Costa Rica, onde, com a respectiva delegação brasileira, participará do encontro prepara-

tório de nações latino-americanas que ali se realizará, e de outros, também preparatórios que serão promovidos na Ásia, África e Europa.

O Embaixador Miguel Osório deverá apresentar resumidamente os pontos de vista do Governo com relação ao problema do crescimento da população mundial.

CALENDÁRIO DAS REUNIÕES INTERNACIONAIS DE ESTATÍSTICA

Divulgamos a seguir, o Calendário das Reuniões dos Organismos Internacionais de Estatística, extraído da Revista do Instituto Internacional de Estatística, volume 41, n.º 3, dezembro de 1973.

DATAS	LOCAL	REUNIÃO
1974 7-10 janeiro	Rio de Janeiro	<p>International Association for Research in Income and Wealth</p> <p>2.^a Conferência Regional Latino-Americana</p> <p><i>Informações:</i> Mrs. Nancy D. Ruggles, Secretary, IARIW, Box 2020, Yale Station, New Haven, Conn. 05620, USA</p>
janeiro (tentativa)	Addis Ababa	<p>Conferência de Demógrafos Africanos</p> <p>2.^a Sessão</p> <p><i>Informações:</i> Dr. R. K. Som, Chief, Population Programme Centre, United Nations Economic Commission for Africa, P. O. Box 3001, Addis Ababa</p>
fevereiro (tentativa)	Washington D.C.	<p>I Sessão do Subcomitê de Estatísticas de Finanças Públicas e de Instituições Financeiras da COINS</p> <p><i>Informações:</i> Inter-American Statistical Institute, c/o General Secretariat of the Organization of American States, Washington DC 20006</p>

DATAS	LOCAL	REUNIÃO
março (tentativa)	Beirut	<p>U.N. Econ. and Soc. Office in Beirut</p> <p>*Reunião Privada de Agências de Programas Demográficos.</p> <p><i>Informações:</i> U.N. Econ. and Soc. Office in Beirut, Population Unit, P. O. Box 4656, Beirut, Lebanon</p>
22-26 abril	Vienna	<p>6.^a Conferência Internacional de Técnicas de Insumo-Produto</p> <p><i>Informações:</i> A. Brody, Program Planning Committee, Institute of Economics, München 7, Budapest V, Hungary</p>
15-17 maio	Zurich	<p>International Association of Municipal Statisticians</p> <p>9.^a Reunião Geral</p> <p><i>Informações:</i> E. Lunenbeg, Permanent Office, 2, Oostduinlaan, The Hague, Netherlands</p>
3-14 junho	Paris	<p>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</p> <p>*Reunião de Especialistas Governamentais da Classificação Internacional de Padrão de Educação (ISCED)</p> <p><i>Informações:</i> Director, Office of Statistics, Communication Sector, UNESCO, Place de Fontenoy, Paris 7.^e, France</p>

* Reuniões fechadas.

DATAS	LOCAL	REUNIÃO
27-28 junho	Helsinki	<p>European Organization for Quality Control</p> <p>18.^a Conferência Anual</p> <p><i>Informações:</i> E.O.Q.C., P.O. Box 1976, Rotterdam 3005, Netherlands</p>
24-28 junho (tentativa)	Geneva	<p>U.N. Economic Commission for Europe</p> <p>*22.^a Sessão da Conferência de Estatísticos Europeus</p> <p><i>Informações:</i> U.N — E.C.E., Statistical Division, Palais des Nations, CH-1211, Geneva, 10, Switzerland</p>
julho (tentativa)	Budapest	<p>U.N. Econ. and Soc. Office in Beirut — Hungarian Government</p> <p>*Seminário Regional de Técnicas de Levantamentos Demográficos por Amostragem</p> <p><i>Informações:</i> U.N. Econ. and Soc. Office in Beirut, Population Unit, P. O. Box 4656, Beirut, Lebanon</p>
julho	Washington D.C.	<p>Inter-American Statistical Institute</p> <p>VII Sessão do Subcomitê para Estatísticas Agrícolas da COINS (tópico principal: Estatística da Pesca)</p> <p><i>Informações:</i> Inter-American Statistical Institute, c/o General Secretariat of the Organization of American States,</p>

* Reuniões fechadas.

DATAS	LOCAL	REUNIÃO
		Washington D.C. 20006. Food and Agricultural Organization of the United Nations, Vie delle Terme di Caracalla, 00100 — Rome, Italy
19-30 agosto	Bucharest	United Nations Conferência Mundial de População <i>Informações:</i> United Nations, Population Division, New York, N.Y. 10017, USA
21-28 agosto	Vancouver	17.º Congresso Internacional de Matemáticos
25-30 agosto (tentativa)	Bucharest	The Biometric Society 8.ª Conferência Internacional de Biometria
26-29 agosto	St. Louis, Missouri	American Statistical Association 134.ª Reunião Anual <i>Informações:</i> ASA, 806-15th Street N. W., Suite 640, Washington, D.C. 20005, USA
agosto	Edmonton, Canada	Institute of Mathematical Statistics 37.ª Reunião Anual <i>Informações:</i> L. Katz, Ex. Sec. Statistical Laboratory, Michigan State University, East Lansing, Mich. 48823, USA
setembro	Geneva	Food and Agriculture Organization of the United Nations Sessão Plenária do Grupo de Estudo. Experiências com o

DATAS	LOCAL	REUNIÃO
		<p>Censo Agrícola Mundial de 1970 e preparação do Programa do Censo Agrícola Mundial de 1980.</p> <p><i>Informações:</i> Food and Agriculture Organization of the United Nations. Via delle Terme di Caracalla, 00100 — Rome, Italy</p>
7-18 outubro	Geneva	<p>United Nations</p> <p>*18.^a Sessão da Comissão de Estatística</p> <p><i>Informações:</i> Director, U.N. Statistical Office, New York, N.Y. 10017, USA</p>
16-18 outubro	San Juan	<p>The Institute of Management Sciences</p> <p>21.^a Reunião Internacional</p> <p><i>Informações:</i> TIMS, 146 Westminster Street, Providence, RI, 02903, USA</p>
novembro (tentativa)	Washington D.C.	<p>Inter-American Statistical Institute</p> <p>III Sessão do Subcomitê das Estatísticas de Transportes e Comunicações da COINS (principal tópico: Estatísticas de Comunicações)</p> <p><i>Informações:</i> Inter-American Statistical Institute, c/o General Secretariat of the Organization of American States, Washington D.C. 20006</p>

* Reuniões fechadas.

DATAS	LOCAL	REUNIÃO
28-30 dezembro	San Francisco	The Econometric Society Reunião Americana
1975		
Indeterminado	indeterminado	The Economic Society Congresso Mundial de 1975 <i>Informações:</i> M. Nerlove, Dept. of Economics, Univ. of Chicago, 1126 East 59th Street, Chicago, Ill., 60637, USA
25-28 agosto	Atlanta, Georgia	American Statistical Association 135. ^a Reunião Anual <i>Informações:</i> ASA, 806-15th Street, N.W., Washington D.C. 20005, USA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS VARIABILIDADES NOS SISTEMAS HIDROLÓGICOS E RECURSOS HIDRÁULICOS *

O Simpósio, realizado em Tucson, Arizona, de 11 a 14 de dezembro de 1972, foi motivado pela conscientização de que as deficiências de nossas informações sobre os sistemas ambientais, freqüentemente comprometem a qualidade de nossas inferências, nossos prognósticos e modelos direcionais (administrativos), e de nossas políticas e decisões sobre assuntos ambientais. Uma concentração direta sobre as várias dimensões das

variabilidades pareceria conveniente.

Conseqüentemente, um endosso inicial para o Simpósio foi obtido da International Association of Hydrological Sciences e dez grupos adicionais: American Geophysical Union, U. S. Geological Survey, International Association for Statistics in the Physical Sciences, U. S. National Weather Service (Office of Hydrology), U. S. Army Corps of Engineers

* Extraído de *International Statistical Review*. Haia, v. 41, n.º 2, ago. 1973. Tradução de Luzia Maria O. F. da Costa

(Hydrologic Engineering Center), American Society of Civil Engineers (Hydraulics Division), American Meteorological Society, International Association for Hydraulic Research, American Water Resources Association, e a International Water Resources Association. O U.S. National Science Foundation supriu parte do financiamento para conduzir o encontro, incluindo uma parte do dinheiro da viagem para 28 estudantes graduados nos Estados Unidos e Canadá. O encontro foi coordenado também com o International Symposium on Planning of Water Resources, realizado na semana anterior (de 4 a 8 de dezembro de 1972) na Cidade do México, e organizado pelo Ministério dos Recursos Hidráulicos do Governo Mexicano.

O Simpósio sobre Variabilidades realizado de 11 a 14 de dezembro de 1972, em Tucson, Arizona, contou com 200 participantes de 19 países. Os 69 documentos aceitos para o Simpósio foram estudados por 16 relatores principais, dois para cada um dos 8 assuntos seguintes do Simpósio:

1. Escolha Modelo e Validação
2. Modelos Estocásticos e Estatísticos
3. Variabilidades em Modelos Determinísticos
4. Dados para Planejamento de Trabalho Reticular
5. Variabilidades na Administração de Represas e Lagos
6. Importância dos Dados para Inferência e Preparo da Decisão

7. Variabilidade Estratégica
8. Análise dos Riscos no Planejamento e Previsão

Baseados neste esquema, os relatores estimularam discussões consideráveis.

Como complementação aos assuntos tratados, foram realizadas duas conferências. Os professores Jerzy Neyman e Elizabeth Scott da Universidade da Califórnia (Berkeley), discutiram questões estatísticas sobre estimação das experiências nas modificações do tempo. A ênfase estava na necessidade da aleatorização de sua execução; eles apresentaram resultados estatísticos dos efeitos positivos e negativos da semeadura em direção ao vento; efeitos negativos ao sul do Arizona e efeitos positivos ao sul dos Alpes Europeus. Na segunda conferência, feita pelo Professor C. Allin Cornell do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, sobre "Análise de Primeira Ordem e Parâmetro de Variabilidade", processos de minimização e métodos simples foram apresentados para estimar as variabilidades de primeira ordem (lineares) nas análises hidrológicas e padronizadas, e nos planejamentos de equações para projetos de recursos hidráulicos. Os resultados são aproximados e não se aplicam necessariamente à variabilidades excessivas, porém eles constituem um tratamento não teórico de uma classe de variabilidades.

As sessões foram organizadas para transformarem assuntos referentes às variabilidades tecnológicas em dados, modelos, parâmetros e planejamento de equações usados em estudos hidrológicos

(ambos determinísticos e estocásticos) e deslocar-se no sentido das variabilidades sócio-econômicas (estratégicas).

Isto não é para se concluir que as variabilidades estratégicas dominam em todos os casos. Havia considerável interesse acerca da função subjetiva no uso dos dados e construção de modelos, e sobre a necessidade de uma consideração mais formal dos males sócio-econômicos associados a erros de depreciação e de avaliação excessiva. Os métodos Bayesian entraram no diálogo freqüentemente. Parece, segundo o Simpósio, que há maior interesse com referência à responsabilidade social da parte do cientista e do engenheiro na apresentação de suas descobertas para

os usuários (sociedades de um modo geral, planejadores, preparadores de decisões, legisladores). Tal orientação é digna de estímulo, assim como merece um tratamento mais formal das variabilidades nos sistemas hidrológicos e de reservas hidráulicas, e, certamente, na vasta extensão das esferas de ação dos sistemas de meio-ambiente.

A publicação "The Symposium Proceedings", em 3 volumes (ao preço total de 22 dólares), inclui todos os documentos, conferências, principais relatórios e discussões, e pode ser adquirido no Department of Hydrology and Water Resources, c/o Symposium on Uncertainties, University of Arizona, Tucson, Arizona 85721.

Tucson, Arizona, USA, C. C. Kisiel.

IBGE, O GRANDE BANCO DE DADOS *

O IBGE de hoje resultou de inúmeras mutações, que lhe deram maior flexibilidade e dinamismo, no sentido de acompanhar o acelerado ritmo de desenvolvimento do País, no que respeita às atividades de planejamento econômico.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem passado por constantes processos de reformulação e modernização estrutural, que assinalam significativos progressos em seus métodos de trabalho, sem alterarem, no entanto, o objetivo básico que orientou a entidade desde sua criação, ou seja, “assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica, necessários ao conhecimento da realidade física e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional”.

Como ressaltou seu Presidente, Isaac Kerstenetzky, em recente discurso, o IBGE não é, e nunca deve ser entendido, simplesmente como um órgão coletor, sistematizador e divulgador de dados primários. Suas atribuições vão muito adiante e têm caráter científico, com as implicações acadêmicas daí decorrentes, relacionadas a pesquisas de toda ordem, inclusive de cunho pioneiro e experimental. Para tanto, busca ligações com Universidades e outros centros de estudos especializados, para aperfeiçoar seus métodos e processos de

* Transcrito de *Planejamento e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 1, n.º 9, mar. 1974.

análise e interpretação dos fenômenos sócio-econômicos. O Brasil de hoje dispõe de um novo IBGE, que está se aparelhando para aten-

der à demanda quantitativa e qualitativa da estatística para o País, tanto a nível nacional, como regional, estadual e local.

INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS

As mudanças havidas na Instituição não se limitam apenas à velocidade operacional conseguida com a implantação do setor de informática e o emprego em larga escala de processos de computação eletrônica, mas, também, significaram uma elevação no nível de suas atribuições, sofisticando suas pesquisas. O novo IBGE difere do tradicional sob vários aspectos. Ocorreram inovações estruturais que lhe asseguraram uma maior flexibilidade e dinamismo, ao lado de uma nova etapa de comunicação com os usuários, que passam a participar mais efetivamente na elaboração dos seus programas de trabalho. Além disso, tem havido um crescente aprimoramento na formação de pessoal técnico qualificado, visando reforçar as equipes especializadas do sistema estatístico, condição básica de progresso individual e conseqüente elevação nos degraus hierárquicos.

A Lei n.º 5.878, de 11 de maio de 1973, introduziu estas e mais outras importantes reformulações nos vários setores do Instituto, já que a institucionalização original há muito deixara de compatibilizar-se com as peculiaridades e exigências dos novos tempos e, assim, vinha dificultando a efetivação de medidas e iniciativas capazes de colocar a entidade em condições de atender à crescente demanda de

informações estatísticas e geográfico-cartográficas, não só em conseqüência da expansão das atividades produtivas em geral, como também da implantação no País de mentalidade de planejamento, em todos os níveis e setores, cada vez mais acentuada.

De acordo com a nova legislação, o IBGE passa a atuar principalmente nas seguintes áreas de competência:

I — Estatísticas primárias (contínuas e censitárias);

II — Estatísticas derivadas (indicadores econômicos e sociais, sistemas de contabilidade social e outros sistemas de estatísticas derivadas);

III — Pesquisas, análises e estudos estatísticos, demográficos, geográficos, geodésicos e cartográficos;

IV — Levantamentos geodésicos e topográficos, mapeamento e outras atividades cartográficas;

V — Sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais, com referência à sua ocorrência, distribuição e freqüência.

A orientação básica da nova estrutura consistiu na modernização orgânica da Instituição, com o funcionamento integrado de todos os seus órgãos, com apoio em métodos de informática. A atuação do IBGE se exerce mediante a produ-

ção direta de informações e a ordenação, a orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas dos sistemas estatísticos e cartográficos nacionais. Para o cumprimento de suas atribuições, foi instituído o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, cuja elaboração será de sua responsabilidade, e que incorporará o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, instituído em 1968.

Para a formação e aperfeiçoamento de pessoal, a Lei previu a manutenção de cursos de graduação e treinamento de profissionais e especialistas nas atividades correspondentes à sua área de atuação. Por outro lado, o IBGE deverá promover reuniões nacionais, com a participação de produtores e usuários de informações, com vistas à discussão de programas de trabalho e de assuntos técnicos ligados ao seu campo de atividade. Esse contato entre produtores e usuários já tinha sido previsto pela

legislação que reformulou o Instituto em 1967, em cuja vigência foram realizadas duas Conferências Nacionais de Estatística e de Geografia, em 1968 e 72, com o objetivo de ajustar os programas da Instituição às necessidades de planejamento na área governamental e no âmbito da iniciativa privada.

Do ponto de vista da organização administrativa, a nova legislação redistribuiu as atribuições do Instituto por Diretorias — Diretoria Técnica, Diretoria de Administração e Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, subordinadas a uma Diretoria Geral, diretamente ligada à Presidência do IBGE. A orientação básica da nova estrutura reside na modernização orgânica da Instituição, numa separação nítida entre as atividades técnicas e as administrativas e, sobretudo, no funcionamento integrado de todos os órgãos com apoio em métodos de informática.

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

O IBGE atua em várias áreas específicas, desempenhando, em cada uma delas, diferentes funções. Seu campo de atividade pode ser dividido em nove setores, conforme registrado num estudo publicado pela Diretoria Técnica daquela Instituição: 1 — Coleta de Informações; 2 — Estatísticas Censitárias; 3 — Estatísticas Contínuas; 4 — Estatísticas Derivadas; 5 — Pesquisas, Análises e Estudos Geográficos; 6 — Atividades Geodésicas e Cartográficas; 7 —

Recursos Naturais; 8 — Informática; 9 — Divulgação e Informações.

Que tipo de atuação tem o Instituto em cada um desses setores? É justamente o que procuramos explicar a seguir, através de uma abordagem geral dos aspectos caracterizadores das realizações em cada área. A Rede-de-Coleta de informações é constituída por um órgão de Coordenação Geral, Delegacias Estaduais e Agências Regionais de Estatística,

localizadas nas Capitais das Unidades da Federação e Agências de Coleta sediadas nos Municípios. O trabalho desenvolvido por estas unidades serve de base às atividades ligadas à elaboração das estatísticas nacionais, pois elas colhem, sistematicamente, informações dos inquéritos realizados pelo IBGE e dos levantamentos de responsabilidade dos órgãos estatísticos da administração federal.

Além desses inquéritos, de execução obrigatória para cumprimento do Plano Nacional de Estatísticas Básicas, realiza ainda levantamentos especiais, solicitados por órgãos governamentais, visando à cobertura de outros aspectos de interesse da política do Governo. A Rede-de-Coleta vem passando por gradativas reformulações de estrutura para atender à necessidade, cada vez mais acentuada, de melhoria da qualidade das informações estatísticas.

O setor de Estatísticas Censitárias, como bem diz o nome, é responsável pela realização de censos, que se dividem nas seguintes categorias: a — demográfico; b — predial; c — agropecuário; d — industrial, comercial e serviços. Em 1.º de setembro de 1970, foi realizado o Censo Demográfico, como parte do VIII Recenseamento Geral, cuja divulgação dos resultados foi efetuada através de três séries de publicações: Sinopses Preliminares, Tabulações Avançadas e Resultados Definitivos. A apresentação desses resultados, menos de três meses após o início da apuração dos dados do levantamento, constitui verdadeiro recorde nos censos brasileiros e fica muito próxima dos melhores desempenhos inter-

nacionais. Contribuiu para o êxito assinalado a implantação do processo de edição direta dos resultados finais, por computadores, que veio substituir o método tradicional de preparação datilográfica das tabelas para confecção dos originais para impressão.

A coleta das informações do Censo Predial foi realizada simultaneamente com o Censo Demográfico, abrangendo as principais características das unidades prediais. Seus resultados encontram-se em fase final de processamento e deverão ser divulgados até o final do ano corrente. O Censo Agropecuário, pela primeira vez, teve as mesmas referências cronológicas dos demais Censos Econômicos — o ano de 1970 e a data de 31 de dezembro daquele ano, tendo a respectiva coleta de informações dissociada da do Censo Demográfico. O Recenseamento Geral de 1970 incluiu, nos seus levantamentos, a pesquisa das seguintes atividades: mineração, manufatura, comércio de mercadorias, comércio de imóveis, mercado de crédito, seguros e capitalização, serviço de alojamento e alimentação, serviços pessoais, serviços comerciais e serviços de diversões.

No campo das Estatísticas Contínuas, o IBGE desenvolve suas atividades no sentido de garantir uma continuidade aos levantamentos regulares já em execução, ao mesmo tempo que procura dinamizar áreas consideradas prioritárias, nas quais se incluem as estatísticas industriais, as pesquisas domiciliares por amostragem e as estatísticas agropecuárias. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

constitui amplo levantamento de caráter sócio-econômico realizado através de investigação, junto a domicílios selecionados por amostragem probabilística, de dados referentes às principais características da população e da habitação e de informações sobre mão-de-obra, migrações, fecundidade, rendimento familiar e outros aspectos. A pesquisa acompanha mudanças que se verificam em determinado espaço de tempo, fazendo, para isso, repetidas visitas aos domicílios selecionados.

Uma das pesquisas mais ambiciosas que o IBGE está preparando é a que pretende fazer um levantamento profundo da situação em que se encontra o orçamento

familiar brasileiro. Tal pesquisa deverá abranger 150 mil domicílios, para se conhecer em profundidade como se distribui a renda no País, quais são os padrões de consumo e como se produz. A idéia é construir um quadro completo e detalhado que retrate a realidade econômico-social do País. Será esta a primeira pesquisa do gênero realizada em âmbito nacional. Serão executados também, em prosseguimento à série que já vem sendo divulgada, levantamentos referentes às características básicas da população e da habitação, às migrações e à fecundidade, bem como levantamentos relativos à mão-de-obra, abrangendo informações sobre força-de-trabalho, emprego e desemprego.

ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS

Para atender às crescentes necessidades de planejamento do Governo no setor, as estatísticas agropecuárias orientam suas atividades no sentido de aprimorar e ampliar suas informações, com a implantação progressiva de levantamentos efetuados com utilização de métodos de amostragem probabilística, a nível de produtor, simultaneamente com o aperfeiçoamento dos inquéritos tradicionais. A execução deste projeto foi prevista com base em um esquema de implantação por etapas, sendo as pesquisas estendidas sucessivamente às diversas grandes regiões geográficas. Caberá ainda ao IBGE, no campo das estatísticas agropecuárias, a apuração de pesquisas anteriormente realizadas pelo Ministério da Agricultura,

referentes ao levantamento de estimativas de produção agrícola a nível de municípios, abrangendo informações sobre área colhida, quantidade produzida e valor da produção de 50 culturas agrícolas.

No que diz respeito às estatísticas industriais, comerciais e de serviços, consta de seu programa de trabalho 15 pesquisas já em execução, e a implantação de dois novos levantamentos, projetados para ampliação das informações sobre as atividades comerciais e de serviços. São os seguintes os assuntos abordados pela pesquisa: a — indústrias de mineração, beneficiamento e transformação; b — inquérito trimestral sobre indústria de transformação; c — inquérito industrial mensal; d — abate de

animais; e — produção de carnes e derivados; f — indústria de construção; g — preços de materiais de construção; h — preços dos principais materiais de construção e mão-de-obra nas empresas de construção; i — preços de gêneros alimentícios; j — preços de artigos de vestuário; k — comércio interestadual; l — empresas de transporte rodoviário; m — veículos licenciados; n — meios de hospedagem; o — empresas telefônicas.

Dentro do campo das estatísticas derivadas, o IBGE está elaborando uma Matriz de Relações Intersetoriais de Produção, para a economia brasileira, relacionada ao ano de 1970, tendo como base uma classificação setorial já definida em caráter preliminar. O Censo de 1970 proporcionou resultados que servirão de ponto de partida para esse trabalho, sem dúvida alguma de importância fundamental para o estabelecimento de programações realistas no campo do desenvolvimento nacional. Este é um estudo pioneiro no Brasil, levando-se em consideração a amplitude e a extensão em que está sendo elaborado e deverá abranger cerca de 100 setores, dos quais se destacam os da indústria de transformação, com detalhamento em torno de 85 grupos e os de “serviços”, com, aproximadamente, 15 grupos distintos. Serão usados, para a Matriz, dados censitários resultantes das estatísticas contínuas e informações provenientes de outras fontes oficiais.

O IBGE pretende, ainda, utilizar os instrumentos de pesquisa disponíveis — em especial o Censo de 1970 e a Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios — para elaborar alguns indicadores sociais, incluindo temas relativos a aspectos demográficos, de saúde, de alimentação, habitação, educação, emprego e desemprego, lazer e distribuição de renda. Ainda como parte integrante das estatísticas derivadas, o Instituto procurará elaborar pesquisas determinantes de indicadores econômicos, englobando as seguintes atividades:

- Reestruturação dos índices anuais da “produção real” e de preços, relativos ao setor primário da economia (agricultura, silvicultura, pecuária e pesca), e atualização das séries disponíveis;

- Atualização das séries de indicadores da “produção real”, relativas à indústria de transformação;

- Indicadores mensais; indicadores para períodos acumulados e atualização das séries de índices da “produção real”, relativas à indústria de eletricidade;

- Elaboração de índices do comércio exterior, com atualização dos índices de “quantum” e dos valores médios unitários, expressos em cruzeiros e em dólares. Estruturação das séries de indicadores do comércio exterior (relação de intercâmbio e capacidade brasileira de importar);

- Elaboração de índices do comércio interestadual de cabotagem, com atualização das séries de índices de “quantum” e dos valores médios unitários.

Dentro de outro setor de atividades do IBGE, relacionado a pesquisas, análises e estudos geográficos, a programação prevê,

além do prosseguimento das atividades já em andamento, a execução de novas pesquisas, visando o conhecimento dos processos agrários, urbano e industrial do País, com a posterior preparação de uma documentação científica diversificada que, utilizando a mais moderna metodologia, servirá de subsídio para orientação da política de desenvolvimento do Brasil. No campo da cartografia, o Instituto, como órgão integrante

do Sistema Cartográfico Nacional, contribui com uma grande e importante parcela no levantamento e produção de documentos cartográficos básicos, indispensáveis ao planejamento setorial de órgãos federais e da iniciativa privada. A demanda de dados cartográficos tem aumentado substancialmente, através de solicitações dessas entidades ao IBGE, movidas pela imposição do desenvolvimento do País.

RECURSOS NATURAIS

A sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais, ou seja, sua ocorrência, distribuição e frequência, constitui mais uma tarefa a cargo do Instituto, conforme disposto na legislação atual. Os campos a serem considerados como objetos de estudo dizem respeito a: meteorologia e clima, paisagem e relevo, geologia e solos, hidrologia e drenagem, florestas e outros recursos vegetais, fauna, poluição. A atuação nesta área já integrava o campo de desempenhos do IBGE, sofrendo, agora, um processo de ampliação. A programação estabelecida considera a implantação gradativa das seguintes etapas de trabalho: estudos para atualização e fixação de princípios normalizadores aplicáveis aos recursos naturais; cadastramento de instituições atuantes no campo das pesquisas, análises e tecnologia dos recursos naturais; elaboração de programas para coleta direta e indireta de dados; elaboração de projetos para preparação de publicações específicas.

A área de informática, por sua

vez, se encarrega de gerar e manter, sistematicamente, arquivos de dados organizados com coerência, coordenação e objetividade, para que propiciem o atendimento às necessidades de informações para planejamento e direção, adequadas em tempo, acessibilidade, atualidade, disponibilidade e nível de agregação. Este tipo de atividade tem um especial significado, sendo indispensável ao seu desenvolvimento o estabelecimento de sistemas derivados, que têm por objetivo aplicações mais complexas, como "planos censitários", "sistemas gerenciais", "sistemas de logística", "planejamento sócio-econômico", "contabilidade social" e outros. Este setor de atuação também se encarrega de prover a conclusão das apurações do Recenseamento Geral de 1970, efetuar o processamento de dados das estatísticas e do orçamento da União e dos Estados, créditos adicionais e consolidação das contas do Setor Público, além de realizar trabalhos especiais de processamento de informações de interesse do Governo.

PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO

O IBGE mantém um extenso programa de divulgação, atualmente acrescido das publicações relativas aos resultados obtidos no Recenseamento Geral de 1970, destacando-se entre elas: Anuário Estatístico do Brasil, Sinopse Estatística do Brasil, Séries Estatísticas Retrospectivas, Boletim Geográfico, Revista Brasileira de Geografia, Revista Brasileira de Estatística e Boletim Estatístico.

O programa abrange ainda outras publicações como: Monografias Municipais, Sinopses Estaduais, Atlas, Cartas Geográficas, Mapas Temáticos, Obras Didáticas de Geografia, Obras Metodológicas de Estatística, Resultados de Pesquisas Industriais, Comerciais e sobre Serviços, Resultados das Pesquisas Domiciliares, Resultados sobre Inquéritos de Preços, Volumes de Análise de Dados Estatís-

ticos, Cálculos de Índices e Estudos Geográficos e Demográficos.

Devido ao intenso desenvolvimento econômico que tem caracterizado o nosso País, torna-se cada vez mais acelerado o ritmo de transformações derivadas deste processo, o que gera a necessidade de censos menos espaçados, pois o prazo normal de dez anos não é suficiente para o acompanhamento eficiente dessas mudanças. Diante disso, outro censo econômico será realizado em 1975, sendo que seus resultados poderão ser divulgados no ano seguinte. Sem dúvida alguma, o IBGE muito tem feito para acompanhar o ritmo de desenvolvimento do Brasil, num esforço constante de aperfeiçoamento técnico e profissional, efetuando trabalhos do mais alto gabarito, tanto na precisão científica, como na objetividade dos dados.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A primeira tentativa de racionalizar as estatísticas brasileiras foi levada a termo no ano de 1931, no setor educacional, quando firmou-se um convênio multilateral entre a União e as Unidades Federadas que procurou fixar algumas diretrizes e normas sistematizadoras para os levantamentos. Mas havia necessidade de se criar um órgão para coordenar e orientar as pesquisas estatísticas, dando-lhes unidade de ação. Foi, então, constituída uma comissão interministerial para elaborar um an-

teprojeto de lei relativo à instituição de um Sistema Nacional de Órgãos Estatísticos.

Assim, o Instituto Nacional de Estatística foi criado pelo Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, entidade de natureza federativa que deveria cuidar da promoção, execução e orientação técnica de um levantamento regular de todas as estatísticas nacionais, dentro de um regime racionalizado, com bases uniformes. O mesmo Decreto previu a celebração de uma Convenção Nacional de Estatística,

aprovada e ratificada em 1936, ano que marcou o início da atuação do Instituto Nacional de Estatística e a constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) surgiu em 1938, com a reunião do Conselho Nacional de Geografia ao Conselho Nacional de Estatística.

A extensa rede de coleta de que foi dotado o Instituto — uma inspetoria regional de estatística em cada Unidade da Federação e agências municipais de estatística na maioria dos municípios brasileiros — permitiu-lhe executar diretamente levantamentos e inquéritos, e exercer funções de coordenação e sistematização nas informações provenientes de outros órgãos, significando novos rumos para a estatística brasileira. Em 2 de março de 1960, foi integrado ao IBGE o Serviço Nacional de Recenseamento, através do Decreto n.º 47.813. Mas o Instituto precisava sofrer um processo de reformulação, principalmente em termos administrativos, para acompanhar a demanda sempre crescente de dados estatísticos, originada pela evolução natural do País, e conseqüente desenvolvimento tecnológico e industrial.

Intensificou-se a necessidade de informações estatístico-geográficas, e, conseqüentemente, tornou-se imprescindível um aperfeiçoamento dos levantamentos tradicionais, ao lado da implantação de novas pesquisas. Certas dificuldades, geradas por uma série de fatores, vinham prejudicando o desenvolvimento satisfatório das atividades desempenhadas pelo Instituto, destacando-se entre elas a

carência de dados que pudessem atender à crescente demanda dos consumidores. Tais problemas eram resultantes da própria estrutura do sistema, que não dispunha de suficiente flexibilidade capaz de assegurar-lhe o necessário dinamismo. Por outro lado, não havia uma participação concreta dos usuários na elaboração dos programas de trabalho do Instituto, gerando uma inadequação das estatísticas às necessidades dos consumidores.

Esta situação era agravada pela carência de pessoal técnico qualificado para reforçar as equipes especializadas nacionais, permitindo maior utilização de novas técnicas para obtenção de melhores informações estatísticas. Diante disso, impunha-se a reformulação do sistema estatístico-geográfico nacional, visando obter-se um aumento na produção de informações e o aprimoramento dos métodos e processos usados. Para tanto, o IBGE foi reorganizado sob a forma de Fundação, de acordo com as disposições estabelecidas no Decreto-lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral, mas com autonomia administrativa e financeira. Foi estabelecido que os levantamentos a serem realizados constariam do Plano Nacional de Estatística, compreendendo as estatísticas necessárias ao conhecimento da realidade nacional nos seus aspectos principais, e assegurou-se aos levantamentos um caráter de obrigatoriedade no que se refere à prestação de informações por parte das pessoas físicas e jurídicas.

Foram realizados estudos, ainda, para a elaboração de um plano prioritário, o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, abrangendo o conjunto de levantamentos considerados indispensáveis ao planejamento econômico-social e à segurança nacional. Apesar de toda a reformulação por que passou, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística manteve sua condição de órgão centralizador do sistema estatístico nacional e do sistema geográfico-cartográfico nacional, ficando assim constituído:

- a — Conselho Diretor
- b — Presidência
- c — Órgãos autônomos:

Instituto Brasileiro de Estatística (ex-Conselho Nacional de Estatística);

Instituto Brasileiro de Geografia (ex-Conselho Nacional de Geografia);

Instituto Brasileiro de Informática e

Escola Nacional de Ciências Estatísticas;

d — Conselho Fiscal

Transformada em Fundação, a estrutura da entidade sofreu modificações substanciais, persistindo, no entanto, a autonomia dos órgãos que a formavam, cada um desempenhando seus serviços técnicos e administrativos próprios. Em 1971, atendendo às necessidades de implantação de processos modernos de computação eletrônica, ao lado da formação de um Banco de Dados para a área governamental, foi criado, no IBGE, o Instituto Brasileiro de Informática. Neste mesmo ano foi criada a Rede Nacional de Agências de Coleta; em substituição às antigas Agências Municipais de Estatística, foram instituídas 820 Agências de Coleta. Classificadas, de acordo com o volume e a importância do respectivo trabalho e as condições sócio-econômicas dos municípios integrantes. A Coordenação Geral da Rede-de-Coleta (COGERE) centraliza e coordena todas as atividades da rede-de-coleta do IBGE.

NOVOS ENCARGOS

Dentre a série de reestruturações sofridas pelo IBGE, desde 1967, destaca-se a Lei n.º 5.878, de 11 de maio de 1973, por conceder à Instituição a estrutura que ela necessitava para tornar possível a realização de seus objetivos e finalidades primordiais, ultimamente bastante ampliados pela inclusão de novos encargos. Esta

nova estrutura vem agindo de maneira a proporcionar uma adaptação mais apropriada e racional do IBGE ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, do qual constitui parte integrante, além de instrumento da mais alta importância, já que serve de base para todas as informações sócio-econômicas indispensáveis na for-

mulação dos planos e projetos governamentais.

Os esforços despendidos pela administração do IBGE, no sentido de acompanhar o acelerado ritmo de desenvolvimento do nosso País, não têm sido inúteis, sendo a atuação do Instituto considera-

da de importância fundamental para as atividades de planejamento econômico; e seus compromissos, decorrentes de responsabilidades antigas, agora acrescidas sensivelmente por um volume maior de atribuições trazidas pela nova lei, são também de grande significado para o Governo e a Nação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA E A POPULAÇÃO NO MUNDO *

ALFRED SAUVY

Os acontecimentos demográficos, sociais, ou mesmo políticos ocorrentes na França ou em outras partes do mundo, estão, às vezes, direta ou indiretamente ligados aos fenômenos demográficos.

Em decorrência da sua lentidão e do seu volume, as variações populacionais possuem um poder subestimado e, via de regra, fogem a observação contínua.

PREOCUPAÇÕES ACERCA DOS RECURSOS DO PLANETA

As publicações dos relatórios do Massachusetts I. T., do Clube de Roma,¹ da *Commission Americaine sur la population et l'avenir de l'Humanité*,² e finalmente a carta do Sr. Mansholt, tiveram alguma repercussão em muitos países sem provocar, contudo, modificações das políticas econômicas, nem mes-

mo intenções ou atitudes perante os grandes problemas. Em diversos países as declarações sobre “a essência da vida”, ou, ainda, sobre “o sucesso nacional bruto” não traduziram, até agora, nenhuma inflexão nas orientações; a pressão das diversas categorias sociais continua, aliás, a exercer-se com a

* Artigo extraído de *Population. Revue de l'Institut National d'études Démographiques*. Paris, v. 27, n. 4-5, jul./out. 1972. Tradução de Augusta Baptista de Magalhães.

¹ *The limits to grow*. A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind — A Potomac associated book published by Universe books, 381 Park Avenue South, N.Y. O relatório foi publicado em francês, na obra *Halte à la croissance* (Fayard).

² *Population and the American Future*. New American Library. Times Mirror.

mesma intensidade no domínio quantitativo. A expansão econômica continua sendo a preocupação de todos os governos do mundo.

Na escala mundial esta questão acha-se, no momento, fortemente impregnada de afetividade, mesmo em pontos técnicos, especialmente nos Estados Unidos, o que demonstra a necessidade de uma grande maturação.

Os dados mais objetivos muitas vezes carecem de precisão,

principalmente nos prazos dos eventos esperados, e no ritmo das evoluções arriscadas. A evolução demográfica é a única que oferece previsões — cuja margem permanece bastante estreita, mas ainda subsistem grandes lacunas. Por outra parte, os cálculos sobre as carências no mundo de recursos naturais, água e ar, particularmente, até agora não colocaram em evidência a grande concorrência que pode surgir, um dia, entre os homens e as máquinas.

AS PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS

Quando, nos anos 50, o Secretariado das Nações Unidas (Divisão da População) empreendeu cálculos de estimativas para o conjunto da população do mundo, tal iniciativa causou surpresa, não só pela sua audácia técnica e, de certo modo, política, mas pela sua data final. Em alguns países já haviam sido feitos cálculos abrangendo e mesmo ultrapassando o ano 2000, mas pareciam exagerados. Esse ano, escolhido pelo fenômeno clássico da atração dos números redondos, permaneceu, depois, o ponto de mira, de modo que após ter determinado um alongamento do horizonte, esta escolha provoca, atualmente, uma limitação do campo. Na 16.^a Sessão da Comissão de População das Nações Unidas, em Genebra, em novembro de 1971, manifestaram-se fortes oposições contra cálculos que ultrapassassem aquela data.

O *Boletim Mensal de Estatística* (Bulletin Mensuel de Statistique) fez sua publicação em abril de

1971. Era a primeira vez que, apesar das múltiplas declarações feitas às Nações Unidas acerca da importância do problema da população do mundo, as tabelas especiais do *Bulletin Mensuel* eram dedicadas a uma questão demográfica. Mas foram publicados apenas os resultados da hipótese “média” referentes à fecundidade, sem indicações sobre o método empregado. Enquanto no *Annuaire Démographique des Nations—Unies* não foi publicado nenhum resultado dos cálculos das estimativas.

De acordo com a pior das hipóteses a população das regiões “mais desenvolvidas” deveriam passar de 2.522 milhões em 1970, a 4.523 no ano 2000, resultado bastante distante do “crescimento nulo” recomendado por diversos grupos nos Estados Unidos, mais para a população, que para a economia. Este resultado é ainda moderado pela presença da China, devendo ocorrer a duplicação da população, mesmo na pior hipótese

para o conjunto das outras regiões. É pouco provável que as novas perspectivas a serem estabelecidas de acordo com os recenseamentos de população efetuados em 1970-1971, modifiquem sensivelmente os resultados anteriores.

O artigo de J. Bourgeois-Pichet e de Si-Ahmed Taleb, publicado em *Population* mostrou, a exemplo do México, que mesmo fora da muito escassa probabilidade de uma interrupção do crescimento da população no ano 2000, uma tal interrupção traria perturbações profundas e de longa duração³ sobre a distribuição por idades. Uma população jovem possui um considerável potencial de aumento su-

bestimado pela opinião, e até por pessoas esclarecidas, porém pouco familiarizadas com o mecanismo das variações da composição por idade. Só grandes aumentos de mortalidade seriam capazes de provocar, no prazo de uma geração, uma interrupção no crescimento das populações pouco desenvolvidas.

Estas populações estão, naturalmente, excluídas de todas as hipóteses utilizadas nas perspectivas.

Embora esta questão demográfica seja a mais clara de todas as que são apresentadas pelo crescimento, é ainda bem pouco conhecida.

DESEMPREGO NA FRANÇA E NA EUROPA

Embora permanecendo muito inferior aos níveis dos anos 30, o número de pessoas classificadas como “desempregadas”, tende a aumentar nos países da Europa, e resiste às políticas denominadas, desde a guerra, de “pleno emprego”.

Para a França, a grande maioria da opinião, e até dos relatórios de organizações oficiais, atribuem o aumento de desemprego a considerações quantitativas, especialmente ao aumento da população em idade ou estado de trabalho. Esta opinião, que parece considerar o número dos empregos como um dado real, reveste-se, às vezes, de um parecer pessimista sobre o papel do aumento da produtividade.

As experiências desenvolvidas no mundo desde há 20 anos, e particularmente na Europa, mostraram, entretanto, que o fenômeno quantitativo não desempenhava um papel insignificante — e muitas vezes mesmo em sentido inverso — a julgar pelo aumento do número de empregos além das previsões, observado, notadamente na Alemanha Federal, na Suíça, nos Países-Baixos e no Japão. O recurso a 1.600.000 trabalhadores estrangeiros bastaria para mostrar que não se trata de um fenômeno quantitativo. Mas, apesar do progresso das estatísticas, faltam muitos dados para julgar as condições de um perfeito ajustamento.

³ Uma taxa de crescimento nula para os países em via de desenvolvimento no ano 2000. Sonho ou realidade? *Population*. Revue de l'Institut National d'Etudes Démographiques. Paris, v. 25, n. 5, set./out. 1970.

AS PRÁTICAS ANTICONCEPCIONAIS

Há quinze anos, quando da difusão da pílula esterilizante, descoberta por Pincus, parecia que este primeiro medicamento seria prontamente substituído por produtos cada vez mais aperfeiçoados. Com efeito, só é totalmente eficaz, quando tomada regularmente de acordo com um calendário preciso.

Com referência ao Stérilet, lançado em 1962, parecia ser a técnica mais apropriada às populações pouco evoluídas, aos casais mal alojados, pouco instruídos, pelo fato de não exigir nenhum esforço, nenhuma tensão uma vez efetuada a inserção.

Entretanto, nenhuma destas novas técnicas correspondeu plenamente ao que delas se esperava. Em relação ao Stérilet, o insucesso, principalmente na Índia, é explicado devido não só a um certo número de fracassos, como a algumas complicações.

No tocante aos esterilizantes trata-se mais de um atraso nos progressos previstos: já alguns anos parecia que os esterilizantes de longa duração estavam prestes a sur-

gir, principalmente sob a forma de cápsulas subcutâneas. Também por diversas ocasiões foi anunciada a venda de esterilizantes masculinos.

Entretanto, estes métodos novos, e praticamente mais eficientes, demoram a se apresentar. Esta situação parece emanar essencialmente de um maior rigor, principalmente nos Estados Unidos, dos serviços de controle liberando produtos novos. Os dramas da talidomide contribuíram para este estado de espírito.

Esta não realização de progressos esperados muito contribuiu, sem dúvida, para a extensão legal dos abortos provocados, enquanto, pelo contrário, as ações de propaganda em favor dos anticoncepcionais apontavam-nos como substitutos do aborto.

Os dados estatísticos sobre o aborto legal, são cada vez mais numerosos; a União Soviética, entretanto, mostrou-se sempre discreta com respeito a esta questão. Em seu artigo sobre a população soviética, o Sr. R. Pressat oferece uma interessante avaliação.

O EXCESSO DE MORTALIDADE MASCULINA

Neste mesmo artigo figuram dados sobre o grande excesso da mortalidade masculina na União Soviética, e até sobre seu aumento, na faixa da idade acima de 20 anos. O excesso de mortalidade masculina é, aliás, um fenômeno

clássico já assinalado por Moheau em 1778; mas aumentou desde a guerra nos países evoluídos, sem que as razões tenham sido bem determinadas, principalmente por separação das causas biológicas ou sociológicas.

A FECUNDIDADE NA EUROPA OCIDENTAL

Depois da guerra, registrou-se em todos os países da Europa Ocidental, um aumento de natalidade, o que deu origem a numerosas análises, nas quais intervieram, a idade do casamento, a descendência final da família, a evolução dessa descendência, e as probabilidades do aumento da família. As Srtas. France Marchal e Odile Rabut, apresentam uma análise sobre as avaliações recentes, que coloca em evidência diferenças perceptíveis entre os países, particularmente entre a França e a Alemanha Federal. Por isto, é igualmente incerto considerar ainda a Europa Ocidental como a região mais homogênea do mundo do ponto de vista demográfico, já

que a fecundidade e a natalidade diminuem igualmente, em diversas regiões pouco desenvolvidas.

Estes estudos relativos à fecundidade, assim como os que se acham em curso, particularmente o que foi realizado pelo Sr. Bourgeois-Pichat sobre a França e a Inglaterra, confirmam o quanto é difícil julgar, segundo os resultados de apenas um ano, a fecundidade de uma população evoluída, na qual a descendência final de uma família é apenas superior a 2. Ondulações denominadas às vezes, cíclicas ou conjunturais, obrigam a abranger um período de vários anos. Esta observação não visa retirar toda significação aos resultados de um ano, mas evitar interpretações por demais apressadas.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA SOBRE RENDA

A presente bibliografia reúne obras, parte de obras, artigos de periódicos e de jornais, sendo elaborada com base nas publicações e documentos existentes no Centro de Documentação e Informação Estatística — CENDIE. O trabalho de compilação esteve a cargo de Hesperia Zuma de Rosso, Chefe do Setor de Bibliografia do CENDIE, com a colaboração de Natália Alves Ferreira Ramos, Nice de Toledo Gomes e Clarice Negreiros de Vasconcelos Pessoa.

RENDA

crescimento

BACHA, Edmar L. A entrada de capitais estrangeiros e a taxa de crescimento do produto: uma nota complementar. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 1 (3): 103-13, 1971, tab.

Nota complementar ao trabalho do mesmo Autor: "Uma nota sobre a entrada de capitais estrangeiros e as taxas de crescimento do produto", publicado na *Revista de Teoria e Pesquisa Econômica*,

São Paulo, 1 (2): 7-13, 1970. O objetivo desta nota é o "de explorar a contribuição do capital estrangeiro às taxas de crescimento da renda territorial e da renda dos nacionais no contexto de um modelo de dois hiatos unissetorial".

MOLEON, Ary. Ensaio diz que PNB não constitui medida final. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1973. Diretor Econômico, p. 5.

O planejador Samir Amin, Diretor do Instituto Africano de De-

envolvimento e Planejamento, com sede em Dakar, julga rigorosamente a doutrina "o desenvolvimento e crescimento econômico", combatendo a teoria geral do economista norte-americano Walt Rostow, na qual afirma ser o PNB a medida final. Análise do ensaio de Amin.

crescimento — Brasil

3

CAVALCANTI, Clóvis. Uma avaliação das estimativas de renda e produto do Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 2 (2): 381-97, dez. 1972, tab.

Dados de renda e produto agregado do Brasil, como indicadores do nível de atividade econômica. A acuidade das informações de produto e renda no contexto da investigação econômica. A renda do Nordeste e os padrões de desempenho da economia nordestina, segundo a Fundação Getúlio Vargas e a SUDENE. Nordeste: produto interno bruto e líquido a custo de fatores, preços correntes, 1965/68; relação entre o PIL e PIB, preços correntes, 1965/68; índices do PIB real (preços de 1968) e do PIL real (preços de 1969), 1960/68, taxas setoriais de crescimento do PIB e PIL reais a custo de fatores, 1960/68.

4

CHENERY acha compatível crescer e distribuir. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1973, 1. cad., p. 20.

Palestra do Ministro Reis Veloso, proferida no seminário do

vigéssimo primeiro aniversário do BNDE, na qual ressalta o interesse do Governo em prestigiar a empresa privada brasileira, no intuito de estimular o crescimento e a melhoria dos padrões de produção. Assuntos abordados durante o seminário. Apreciação global da economia brasileira pelo Prof. Hollis Chenery, Vice-Presidente do Banco Mundial para a Política do Desenvolvimento.

5

FGV divulga dados dando conta de que o PIB foi maior 10,4% em 1972. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1973.

Dados percentuais fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, do crescimento do produto interno bruto brasileiro em 1972, com base nos dados disponíveis no final desse ano; taxas em relação à agricultura, indústria de transformação, transporte, comunicação e comércio.

6

FONSECA, Herculano Borges da. Novas perspectivas da economia brasileira. *Carta Mensal CNC*, Rio de Janeiro, 15 (174): 21-33, set. 1969, tab.

Analisa a obra de Mário Henrique Simonsen, "Brasil 2001" onde, com base nas projeções e nas tabelas contidas na obra de Kahn e Wiener, "Ano 2000", elabora quadros da renda *per capita* do Brasil, comparada com a de alguns outros países importantes, com resultados desalentadores para o Brasil. Dados da produção industrial, do

sistema de transporte e comunicações e das exportações brasileiras revelam, porém, que o país está ingressando na era industrial e atingindo o "status" de economia de mercado integrado de consumidores, favorável ao desenvolvimento. Tabelas sobre a renda *per capita* por países, 1965 e ano 2000; taxa de crescimento do produto real, segundo o produto total, população e renda; projeção da população e produto nacional bruto, por países, 1965 e ano 2000.

7

A IRRIGAÇÃO e a elevação do nível de renda. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, 81 (5): I-VIII, maio 1973, il. Encarte especial.

A irrigação como agente do desenvolvimento nacional, integrada ao Plano de Integração Nacional (PIN) e ao PROTERRA. Programa Plurianual de Irrigação (PPI), seu âmbito de ação e incentivo à elevação da renda da população rural; dados ilustrativos desse crescimento econômico. Projetos de agricultura irrigada, suas perspectivas e benefícios decorrentes.

8

LANGONI, Carlos Geraldo. As fontes do crescimento econômico brasileiro. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 2 (4): 3-34, 1972, tab.

Apresentação de um modelo teórico que permita separar e identificar a contribuição dos diferentes fatores para o crescimento

do produto real no Brasil. Contribuição do capital físico e do capital humano. Sumário das fontes de crescimento.

9

LEFF, Nathaniel H. Estimativa da renda provável no Brasil no século XIX com base nos dados sobre a moeda. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26 (2): 45-61, abr./jun. 1972, tab.

Análise quantitativa da história econômica brasileira no século XIX. Metodologia empregada na obtenção de um conjunto de estimativas da taxa de crescimento da renda real do Brasil naquele século. Origem histórica da disparidade da renda atual entre o Brasil e os países desenvolvidos. Evidência do desenvolvimento da renda no Brasil em 1822-1913, devido às exportações. Estoques globais da moeda brasileira nominal e deflacionada, 1822/1913.

10

PERES, José Resende. A participação da agricultura no PNB. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1973.

Comentário a respeito da posição inferior da Agricultura em relação aos índices do produto nacional bruto em 1972. Resposta às críticas feitas por economistas de formação esquerdista à estrutura agrária e ao Ministério da Agricultura. Explanação das medidas tomadas pelo Governo, em prol do desenvolvimento da agricultura brasileira.

85

11

SIMONSEN, Mário Henrique. Renda cresce irregular e população também. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 1972.

Palestra proferida no Conselho Interamericano de Comércio e Produção (CICYP), analisando o crescimento da renda no país, ressaltando a explosão populacional como fator de agravamento de distribuição. Enfatiza a precariedade das estatísticas que se baseiam apenas em dados disponíveis como os censos de 1960 e 1970. Aumento da concentração de rendas de 1960 a 1970; índices comparativos com os outros países. Medidas a serem tomadas em benefício de todos os segmentos da população brasileira.

12

VELLOSO no Ciap: renda já chega a 580 dólares. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 nov. 1973.

Palestra proferida em Washington, no Ciap, pelo Ministro Reis Velloso, salientando alguns dos pontos básicos que definem o atual estágio da economia brasileira, indicando a taxa de crescimento do PIB e da renda brasileira. Aspectos relevantes do quadro de transformação por que passa o país; perspectivas e problemas que se abrem no próximo estágio econômico.

13

VELLOSO: PNB supera a previsão e passa este ano de US\$ 55 bilhões. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1973. Diretor Econômico, p. 3.

Visita de delegados representantes de 11 países africanos a convite dos Ministros do Planejamento e da Agricultura, como parte do Programa de Cooperação Técnica do Brasil ao exterior e da política de aproximação com a África, do Ministério das Relações Exteriores. Exposição do Ministro Reis Velloso, em função dessa visita, na qual ressalta a importância do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, recém-lançado pelo Governo, no incremento e crescimento do PNB. Dados percentuais dessa evolução econômica e benefícios acarretados em prol da agricultura.

14

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Uma opção para o aumento da renda. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1973.

Palestra do Ministro Velloso durante a aula inaugural do curso de pós-graduação de Economia da Universidade de Brasília, na qual ressalta a importância de uma visão voltada para a dinâmica da integração entre crescimento e distribuição de renda e abertura de oportunidade. Previsão, para 1980, de dramático aumento na renda do País.

15

WIEGERINCK, Ian. Produtividade alicerce crescimento brasileiro. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 1973, p. 66.

Análise do crescimento do PNB brasileiro em relação a países estrangeiros, enfatizando a Holanda. Dados percentuais desse con-

fronto e fatores determinantes da produtividade de um sistema econômico.

distribuição

16

CHENERY defende melhor distribuição de renda. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1973, p. 3.

Declarações do cientista social Hollis Chenery, Vice-Presidente do Banco Mundial, sobre distribuição de renda. Pronunciamento do Ministro Reis Velloso, sobre o que está sendo realizado no Brasil, a respeito do assunto.

17

FIGUEROA, Adolfo. Distribuição da renda, estrutura da demanda e emprego. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 2 (2): 227-56, dez. 1972, gráf.

Estudo objetivando examinar a influência da distribuição da renda sobre a estrutura da demanda de bens finais e os problemas de desemprego e sub-emprego urbano em países menos desenvolvidos. Sistemática da relação funcional entre a estrutura da demanda e a distribuição de renda. Modelo de demanda derivada de mão-de-obra; o sistema de Leontief. Apêndices.

18

MÃO-DE-OBRA e renda em discussão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jul. 1973. Economia, p. 24.

Notícia sobre o seminário patrocinado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e o National Bureau of Economic Research (23/26 jul. 1973) cujo principal objetivo foi estudar as relações entre desenvolvimento econômico, absorção de mão-de-obra e distribuição de renda na América Latina.

19

MENOR renda no campo agrava má distribuição de riquezas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1973, 1. cad., p. 38.

A importância do setor agrícola na política econômico-financeira de um país em vias de desenvolvimento, na opinião do cientista social francês Jean Bénard.

distribuição — Brasil

20

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti, de. Desigualdades regionais de renda no Brasil: um prognóstico. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-BRASIL/CEE, Brasília, 1972. Brasília, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1972. v. 3.

21

BRASIL. Instituto de Planejamento Econômico e Social. A distribuição funcional da renda. In: *Aspectos econômicos e demográficos da mão-de-obra no Brasil (1940/1964)*. Rio de Janeiro, 1969. 174 p., il. p. 143-74, tab., gráf.

Aspectos da remuneração do trabalhador brasileiro. Participação da mão-de-obra na formação

da renda interna do país, analisa-
da em termos reais, para o setor
urbano. Salários e produtividade
marginal. Encargos sociais e custo
total da mão-de-obra. Panorama
global da distribuição salarial.

22

BULHÕES, Octávio Gouvea de.
Distribuição da renda no Bra-
sil. *Folha de São Paulo*, São
Paulo, 31 jan. 1971, 2 cad., p.
27.

Comentários sobre a relação
entre os salários e os lucros das
empresas, a participação dos em-
pregados nos lucros e o Fundo de
Suplementação Salarial.

23

CABISTANI, Wanderlei Barros. A
face oculta da distribuição da
renda. *Diário de Notícias*, Por-
to Alegre, 12 set. 1973, tab.

Na opinião de estudiosos do as-
sunto, como Julien Chacel, Dire-
tor de Pesquisas do Instituto Bra-
sileiro de Economia, e do Prof. Má-
rio Henrique Simonsen, o Brasil
não dispõe de indicadores adequa-
dos para determinar o grau de dis-
tribuição da renda nacional. Críti-
ca desfavorável aos dados disponí-
veis dos Censos de 1960 e 1970, ava-
liação dos resultados obtidos e per-
centagens e números ilustrativos
dos mesmos. Mercado interno —
venda de 10 eletrodomésticos, por
artigo e milhares de unidades
vendidas, 1968/71.

24

DELFIM: incentivos superam aju-
da externa. *Correio da Manhã*,
Rio de Janeiro, 13 jul. 1972.
Diretor Econômico, p. 5.

Trechos de palestra proferida
pelo Senhor Ministro da Fazenda
na Escola Superior de Guerra, on-
de é abordado o tema da distribui-
ção de renda no Brasil. Citando o
Censo de 1960, Delfim Netto diz
que as disparidades regionais de
renda têm agora menor peso no
cômputo da renda global do que
em 1960 e que, na faixa de menor
escolaridade a distribuição é me-
lhor. Responde às críticas de Mc-
namara.

25

DELFIM: nível de vida do povo foi
melhorado. *Jornal do Com-
ércio*, Rio de Janeiro, 13 jul.
1972, 1. cad., p. 3.

Resumo da conferência profe-
rida pelo Ministro da Fazenda, Se-
nhor Delfim Netto, para alunos e
estagiários da Escola Superior de
Guerra, na qual analisa e comenta
a problemática da distribuição de
renda do país, enfatizando que a
mesma não é boa, e criticando os
índices usados para aferir a sua
concentração. Conclui ressaltando
a necessidade de se produzir dura-
mente, sem pessimismo, conscien-
tes de que somente a longo prazo
pode-se atingir a meta desejada.

26

DISTRIBUIÇÃO. *Jornal do Brasil*,
Rio da Janeiro, 15 jun. 1973,
1. cad., p. 10.

Nota sobre o lançamento do
livro do professor Langoni, "Distri-
buição da renda e desenvolvimento
econômico do Brasil", com pre-
fácio do Ministro Delfim Netto.

27
DISTRIBUIÇÃO da renda e desenvolvimento econômico. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 27 (9): 51-60, set. 1973, tab., gráf.

Controvérsia em torno da distribuição de renda no Brasil, em função dos dados censitários de 1960 e 1970. Comparação da distribuição de renda, curva de Lorenz, setores primário e urbano; comparações por setor, região, sexo, educação, idade e percentual de participação na PEA, na renda, renda média, relativa, Gini, variância dos logs e Theil, 1960/70. Causas do aumento da desigualdade na distribuição de renda e hipótese da aceleração do crescimento econômico que predominou de 1967/70. Evolução do salário-mínimo real na GB, 1960/62. Efeitos redistributivos da política salarial de 1964/67. A importância da seleção de políticas que corrijam as distorções observadas na distribuição de renda.

28
DISTRIBUIÇÃO da renda, tema polêmico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1972. Diretor Econômico, p. 79, tab.

Resumo das diversas estimativas existentes sobre a distribuição de renda no Brasil, segundo percentagem da população, dados do censo demográfico e do imposto de renda, 1960/70; distribuição de renda segundo percentagem da população remunerada e de renda, coeficiente de Gini por região, coeficiente de Gini e da distribuição

do rendimento bruto total e por cédulas do total de contribuintes, 1968.

29
DISTRIBUIÇÃO de renda provoca críticas à política econômica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1972, 1. cad., p. 63.

Comentários sobre os reflexos da política econômica do Governo brasileiro na distribuição de renda, através de entrevistas fornecidas ao *Jornal do Brasil* pelos economistas e sociólogos Afonso Celso Pastore, Diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, Paulo Singer e Francisco de Oliveira, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e Valter Barelili, Diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

30
DISTRIBUIR a renda. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1973.

A distribuição de renda como o aspecto social mais grave, ressaltado pelos nossos índices de desenvolvimento. Dados percentuais e análise da situação do país em relação ao problema.

31
DISTRIBUIR a renda, o tema deste debate. *Diário Comércio & Indústria*, São Paulo, 25 set. 1973.

Aspectos da conferência dos Painéis Internacionais sobre Desenvolvimento Sócio-Econômico,

promovidos pelo BNDE, proferida pelo cientista social sueco Gunnar Myrdal, da qual participaram os economistas Afonso Pastore, Carlos Langoni e Genival Santos, através de debates em torno do controverso tema da distribuição da renda brasileira.

32

DUARTE, João Carlos. *Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970*. Piracicaba, 1971. 85 p., il. Bibliografia.

Características da distribuição da renda recebida pela população economicamente ativa de dez anos e mais, agrupada em estratos de renda de intervalo determinado, segundo as Regiões e os setores de produção. Metodologia aplicada e discussão dos resultados alcançados, 1960 e 1970.

33

ECONOMISTA confirma que renda está concentrada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 de jul. 1973, p. 3.

Análise sucinta dos estudos sobre o crescimento da população brasileira e conseqüente concentração da renda, realizados pelos economistas Rodolfo Hoffmann e João Carlos Duarte e apresentados na XXV Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

34

EDUCAÇÃO é o melhor caminho para distribuição de renda. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 jul. 1972. Economia e Finanças, p. 5, tab., gráf.

Síntese de palestra sobre distribuição da renda nacional pronunciada pelo Ministro Delfim Netto, na Escola Superior de Guerra. Respondendo a perguntas o Ministro discorreu sobre controle da natalidade, Bolsa de Valores e desenvolvimento regional.

35

GALVÊAS mostra efeitos da distribuição de renda. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1973, p. 24.

Comentário ao Relatório do Banco Central, relativo ao exercício de 1972, no qual é feita uma análise profunda dos aspectos econômicos e financeiros da economia nacional. No capítulo referente à distribuição de renda, segundo o relatório, os resultados obtidos pelo programa de distribuição equitativa da renda nacional são excelentes.

36

GEISEL pode examinar distribuição de renda. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1973.

Os novos rumos que o Gen. Geisel pretende imprimir no comando da administração, objetivando maior concentração nos aspectos sociais e em particular na distribuição da renda brasileira. Analistas parlamentares focalizam o assunto, sugerindo modificações imperiosas em torno do problema. A posição e situação do MDB no panorama político brasileiro.

37

GONTIJO, Ricardo. Distribuição de renda: vai dar pano para manga. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1973, 1. cad., p. 2.

Análise sucinta da conferência proferida pelo economista norte-americano Hollis Chenery, do Banco Mundial, da qual participaram e opinaram outros nomes ilustres, por ocasião do seminário comemorativo dos 21 anos de atividades do BNDE, realizado na Fundação Getúlio Vargas.

38

HERMANS, Wilhelmus Godefri-
dus. O Plano de Integração
Social. *Revista de Informação
Legislativa*, Brasília, 8 (30):
137-48, abr./jun. 1971. Biblio-
grafia.

Estudo para elucidação do PIS
— Plano de Integração Social. O
problema de emprego, desemprego,
a situação salarial do Brasil e a
influência do PIS nestas áreas.
Duas tendências gerais do PIS:
participação global na renda na-
cional e estímulo à poupança dos
empregados.

39

HOFFMANN, Rodolfo. *Considera-
ções sobre a evolução recente
da renda no Brasil*. 2. versão,
corrigida. Piracicaba, 1973. 29
p. tab., gráf. Bibliografia (Sé-
rie Pesquisa, 19).

Análise sumária das causas do
processo de aumento da concentra-
ção da distribuição da renda no
Brasil em geral e, particularmen-
te, entre empregados da indústria e
do setor de comércio e serviços. A
Curva de Pareto e a interpretação
das leis econômico-sociais. Valor do
salário-mínimo real médio na GB,
1952/72. Índices de concentração
da renda entre assalariados do se-

tor urbano. Variação do valor real
do salário-mínimo em SP e na GB,
1966/72. Índice de Gini, suas mo-
dificações, redundâncias, Índice
de Theil da concentração da
renda, salário médio e distribui-
ção da renda recebida como salá-
rio, entre empregados na indústria,
comércio e serviços no Brasil, ...
1967/71. Grau de concentração da
renda do trabalho entre operários
e empregados administrativos das
indústrias de transformação,
1966/70.

40

— . *Contribuição à análise da
distribuição da renda e da pos-
se da terra no Brasil*. Piraci-
caba, 1971. 161 p.

Tese apresentada à Escola Su-
perior de Agricultura Luiz de
Queiroz, da Universidade de São
Paulo, sobre distribuição da renda
no Brasil.

41

HOFFMANN, Rodolfo & DUARTE,
João Carlos. A distribuição da
renda no Brasil. *Revista de
Administração de Empresas*,
Rio de Janeiro, 12 (2): 46-66,
abr./jun. 1972, tab., gráf.
Bibliografia.

Métodos para medir o grau de
concentração da distribuição da
renda, visando fornecer subsídios
para a análise da distribuição da
renda no Brasil. Estimativas dos
índices de concentração da renda,
1970; distribuição 1960 e 1970.
Processo de concentração e distri-
buição da renda. Rendas totais e
médias, por setores e regiões, 1960
e 1970; índices de concentração de
renda em 1970.

IBGE vai mostrar com base em estatísticas os índices de distribuição das rendas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1973, p. 27.

A Fundação IBGE se propõe a fornecer, até fins do 1.º semestre de 1974, informações exatas sobre a distribuição de renda no país, mediante a implantação de três novos projetos estatísticos. Objetivos desse novo sistema de análise das informações, que permitirá uma avaliação segura do processo de industrialização brasileira.

KINGSTON, Jorge & KINGSTON, Lúcia Silva. A distribuição da renda no Brasil, 1960-70. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26 (4): 241-56, out./dez. 1972, tab., gráf.

Aplicando os resultados dos Censos de 1960 e 1970 à Teoria de Pareto, é feita uma análise da distribuição da renda no Brasil. Tabelas: distribuição da renda anual da população economicamente ativa nos setores urbano e rural e total do país, 1960 e 1970; razões de concentração p e renda média no Brasil, 1960 e 1970; e nos dois setores, 1970; rendas de pessoas físicas, segundo as classes (Cr\$), renda (Cr\$ 1.000) e o número de contribuintes (1.000), dados variáveis 1960/70; índices de concentração, baseados no imposto de renda, dados variáveis 1960/70; índices de concentração nos Estados Unidos, médias quinquenais baseadas no imposto de renda, dados variáveis, 1914/48; índice de inte-

gração e diferenciação dos setores rural e urbano, 1970 e índice de integração e diferenciação dos "pobres" e "ricos", 1970.

KUNTZ, Rolf. Distribuição da renda. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 29 jul. 1972.

Concentração da renda brasileira no período 1960/70. Índice de Gini dessa concentração no decênio. Tabela de distribuição da renda nesse período, com percentagem da população com 10 ou mais anos de idade que recebe renda, percentagem da renda total recebida e variação da renda real média de cada Estado na década. Avaliação estatística detalhada dessa situação econômica. Análise da variação dos salários mínimo, médio e mediano; tabela de indústria de transformação no Brasil, 1955/1969, enfatizando o deslocamento do salário mediano em relação ao salário médio. Evolução do processo de concentração da renda, a partir de 1950.

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973. 315 p., il.

Análise do comportamento da distribuição da renda no Brasil, objetivando estimar a magnitude e as características das mudanças nos perfis de renda entre 1960 e 1970, por regiões e setores, explicar as causas para as mudanças observadas durante a década, e, a partir desta análise, estabelecer o vínculo

teórico e empírico entre desenvolvimento econômico e distribuição. Visão de conjunto de todo o trabalho e conclusões fundamentais.

46

— . Distribuição da renda no Brasil: o fato e o mito. *Diário de Brasília*, Brasília, 10 dez. 1972, 3. cad., p. 5.

Análise do comportamento da distribuição da renda entre 1960/70, baseada nos dados dos censos demográficos de 1960 e 1970; limitações no uso desses dados. Tabela comparativa das estimativas da distribuição de renda e da taxa de crescimento da matrícula, segundo o nível de ensino.

47

— . Renda melhora com transição do desenvolvimento. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 nov. 1972. p. 48.

Análise da distribuição de renda no país; limitação dos dados obtidos através dos censos demográficos de 1960 e 1970. Comparação da distribuição de renda segundo percentagem da população, da renda e renda média, e matrícula segundo o nível de ensino. Tabelas de percentagem na PEA, nas áreas de atividade, sexo e educação, na renda, na renda média e índice de concentração de Gini, e taxas de variação.

48

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre o debate da distribuição da renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 13 (3): 47-61, set. 1973.

Resenha bibliográfica estrita do trabalho "Brazilian size distribution of income", do Prof. Fishlow. Discussão crítica de aspectos comuns à produção intelectual de autores voltados para a política econômica imediata. Limitações temáticas da distribuição de renda. Comparação entre os censos de 1960 e 1970, causas do aumento da desigualdade da distribuição de renda e breve análise das mesmas. O feiticismo na medição da renda.

49

MÉDICI faz correção cair e fala em distribuir renda. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 set. 1972, 1. cad., p. 15.

Texto integral da exposição lida pelo Presidente Médici perante o Conselho Monetário Nacional, reunido no Palácio do Planalto, a 14 set. 1972. Aborda os temas da correção monetária, distribuição de rendas e Programa de Integração Social.

50

MEDIR renda é tarefa difícil: no autoconsumo o problema maior. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1972. Diretor Econômico, p. 57.

Dificuldades na análise do comportamento da distribuição de renda no país; fatores que superestimam ou subestimam essa avaliação, conduzindo a resultados artificiais.

51

MENOR renda no campo agrava má distribuição de riquezas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1973. Economia, p. 38, gráf.

93

Considerações do Professor Jean Bénard, sobre as alterações que poderiam ser introduzidas na política econômico-financeira de um país em vias de desenvolvimento, para melhorar as condições de distribuição da renda, principalmente no setor agrícola. Gráfico da pirâmide da distribuição de renda no Brasil, 1970.

52

MINISTRO Delfim Netto falou na ESG sobre distribuição de renda. *Boletim Informativo do SERFHAU*, Rio de Janeiro, 6 (54): 30-3; set. 1972.

Palestra pronunciada na Escola Superior de Guerra, comentando a distribuição de renda no Brasil, na qual é feita uma análise crítica dos índices utilizados para aferir a concentração de renda. A importância dos dados baseados nos Censos Demográficos e algumas restrições aos mesmos. Modificação qualitativa na população brasileira em função dos recursos do PROTERRA, PRODOESTE, ... PROVALE e PIS.

53

PADRÃO de vida não melhorou por igual para todos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1972. 1. cad., p. 41.

Entrevista fornecida por Luís R. Rossi, Presidente do Sindicato da Indústria de Auto-Peças, Paulo Singer, doutorando em Universidade norte-americana, Celso Lafer, doutorando em Ciências Políticas e Rodolfo Hoffman, doutorando de Ciências Sociais Aplicadas, na qual fazem uma análise da distri-

buição de renda no país, em função do desenvolvimento econômico.

54

PINTO, Luís Carlos Guedes. *Contribuição ao estudo da distribuição da renda no Brasil*. Piracicaba, 1972. 181 p., tab., gráf. Bibliografia.

Tese apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor. Citações relevantes sobre o tempo. Análise das informações relativas às declarações de rendimento, e aos salários pagos nas indústrias de transformação. Metodologia da mensuração do grau de desigualdade de distribuição de renda, segundo os índices de Gini, P. Theil e a redundância, curvas de Pareto e Lorenz, e das declarações de rendimento das pessoas físicas entregues ao Ministério da Fazenda. Tabelas e gráficos relativos a essas análises. Apêndices.

55

PRODUZIR bens para todos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1973, 1. cad., p. 2.

Depoimento do cientista social romeno Nicholas Georgescu Roegen, no qual analisa o problema da distribuição da renda brasileira em confronto com países estrangeiros, ressaltando que a concentração das riquezas não é condição básica para o desenvolvimento.

RAMOS, Carvalheira. Distribuição da renda. *Diário Comércio & Indústria*, São Paulo, 28 ago. 1973.

Os tributos diretos e indiretos, suas características e objetivos. Aspectos da Política Tributária utilizada no Brasil, implicando a distribuição da renda nacional, a que está vinculado o bem-estar social.

57

RENDA é tema de conferência. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 set. 1973, p. 50.

Aspectos da conferência do Secretário-Geral do Ministério do Planejamento Henrique Flanzer, realizada no Centro de Tecnologia da UFRJ, sobre o controverso tema da distribuição de renda no Brasil. O propósito brasileiro de estimular a vinda de capital estrangeiro para o país, desde que atenda aos objetivos de desenvolvimento nacional.

58

ROSSETTI, José Paschoal. PIS, apenas um primeiro passo. *Indústria e Desenvolvimento*, São Paulo, 3 (12): 26-8, dez. 1970, tab.

Apreciação sobre o Programa de Integração Social (PIS). Dados sobre a disparidade na repartição da renda nacional e repartição familiar da renda do Brasil, segundo as Regiões.

SEMPLE, R. K. & GAUTHIER, H. L. Uma análise das desigualdades de crescimento da renda no Brasil, segundo os conceitos da Teoria da Informação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 33 (4): 109-17, out./dez. 1971, tab. Bibliografia.

Análise focalizando a mensuração das diferenças inter-regionais de renda, e o exame de hipóteses relacionadas com as tendências dessas diferenças no tempo. Investiga as tendências das diferenças globais no crescimento da renda nacional. Tabelas sobre a desigualdade de crescimento da renda total entre os Estados do Brasil e porcentagem da desigualdade total, 1939/66.

60

SIMONSEN, Mário Henrique. Discussão a distribuição da renda. Leia este livro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1973. Suplemento Livro, p. 5.

Apreciação sobre o livro *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, de Carlos Geraldo Langoni.

61

—. Renda cresce irregular e população também. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 1972, p. 60-2.

Texto integral de palestra pronunciada na reunião do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, CICYP, realizada no Rio.

Aborda o tema da planificação familiar e analisa o problema da concentração de renda.

62

VELLOSO: Brasil duplicará renda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jan. 1972, p. 3.

Comenta as informações prestadas aos repórteres políticos pelo Ministro do Planejamento sobre o crescimento do produto interno bruto, e redistribuição da renda nacional. Fatores apontados pelo IPEA como responsáveis pela ocorrência de desníveis entre as diversas regiões brasileiras. Algumas metas do Governo para 1972.

63

VELLOSO: renda "per capita" dobra em dois anos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1973.

Metas do Governo para 1974. Dívida externa e investimentos estrangeiros no país. Redistribuição da renda nacional.

64

VELLOSO analisa o modelo brasileiro na Escola Superior de Guerra. Fazemos uma revolução econômica e social. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 jul. 1973.

Balço da atuação econômico-financeira do Governo. Caracterização da experiência brasileira realizada através da definição de quatro pontos essenciais: criar uma economia moderna; eliminar desníveis regionais; acelerar distri-

buição de renda; definir a política externa.

65

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Desenvolvimento e grandeza do Brasil: as experiências econômica e social da revolução. *Planejamento & Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1 (1): 4-10, jul. 1973, tab.

Balço da obra econômico-social do Governo nos últimos anos. Quatro pontos essenciais que definem a atual experiência brasileira: a criação de uma economia moderna, de mercado; a ocupação econômica do universo brasileiro; o reconhecimento de que o crescimento acelerado não conduz, necessariamente, à distribuição de renda e à expansão de emprego desejadas; orientação, racional e pragmática, de nacionalismo positivo. A estratégia em curso objetiva, na década, um aumento de 100% na renda média dos brasileiros, com tendência a que todas as categorias se beneficiem de amplo aumento da renda real, embora algumas em maior proporção que outras.

66

— . Entre a produção e a distribuição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1972. Revista econômica 1971/72, p. 58.

Aborda o problema da distribuição de renda no Brasil e as inovações em matéria da justiça social realizadas pelo Governo. O PND e a revolução social.

HADDAD, Paulo Roberto & SCHWARTZMAN, Jacques. *Teoria dos pólos de desenvolvimento: um estudo de caso*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1972. 73 f., il. (Monografia, 7).

Pesquisa realizada na cidade de Itabirito (MG) em 1971, com a finalidade de estudar uma comunidade, do ponto de vista econômico. O trabalho está dividido em 3 partes: 1) alguns traços da evolução econômica da cidade e suas características principais; 2) análise do impacto da firma motriz, efeitos de dispersão, tecnologia e distribuição de renda (interações de renda, renda gerada pela demanda setorial autônoma); 3) metodologia empregada no trabalho, sendo uma tentativa de construção de uma matriz de insumo-produto a nível municipal no Brasil.

distribuição — MANAUS, AM

AMAZONAS. Comissão de Desenvolvimento. Renda. In: —. *Cidade de Manaus — III Pesquisa Sócio-Econômica (novembro de 1971)*. Manaus, 1972. 130 p., il. p. 113-20, tab., gráf. (Estudos específicos, 41).

Parte de pesquisa realizada pela CODEAMA na zona urbana de Manaus, com o objetivo de mensurar a evolução da cidade no campo sócio-econômico. Análise da distribuição da renda na capital amazonense. Metodologia adotada na pesquisa sobre renda individual e familiar bruta e por grupos.

EXPLOSÃO demográfica é problema e de padrão de vida é perigo. *Diário Comércio e Indústria*, São Paulo, 1-3 maio 1971, p. 3.

Comentários à conferência realizada pelo economista sueco Gunnar Adler-Karlsson, tendo como tema o confronto entre o desenvolvimento dos países ricos e pobres. Dados baseados em pesquisa feita por dois economistas sobre o consumo mínimo dos recursos humanos em cinco grupos distintos de países.

familiar — Brasil

AZEVEDO, Oswaldo Benjamin de. Agropecuária, alimentação e salários regionais. *Carta Mensal CNC*, Rio de Janeiro, 16 (203): 15-33, fev. 1972, tab., gráf.

Análise do problema da sobrevivência do trabalhador que recebe salário-mínimo e da alimentação, no Brasil e no mundo. Desnível do teto de salário e o custo de vida, com dados comparativos entre as regiões, quanto à alimentação, transportes e o próprio custo de vida. Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento.

BRASIL. Departamento Nacional de Salário. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) In: —. *Custo de vida*. Rio de Janeiro, 1969. 295 p., il. p. 8-12, anexos p. 35-119.

Resultados de pesquisa por amostragem realizada pelo Departamento Nacional de Salário, em 1967, abrangendo todo o território nacional. Descrição da moradia, valor locativo, despesa com habitação, total das despesas com mobiliário, alimentação, vestuário, higiene, serviços, transportes, educação, luz e combustível e diversos, 1966/67.

72

BRASILEIRO da classe D ganha somente 600 cruzeiros anuais. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 3 set. 1973.

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública (IBOPE) sobre a renda familiar brasileira, enfatizando a da classe D. Métodos de pesquisa utilizados pela organização.

73

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, Brasília. *Estudo dos orçamentos das unidades familiares do Distrito Federal*. Brasília, 1971. 284 p., il.

74

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. Departamento de Censos. Rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos e mais, segundo o setor de atividade. In: —. *Tabulações avançadas do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 1971. 131 p., p. 6 (VIII Recenseamento Geral) — 1970. Resultados preliminares.

Tabela para o Brasil e Regiões nas páginas 18, 30, 42, 54, 66, 78, 90, 102, 114, 126.

75

— . Rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais ... In: —. *Censo demográfico-Brasil*. Rio de Janeiro, 1973. 267 p. e anexos, p. 93-117 e 190-3.

Tabelas do rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo o setor de atividade e a posição na ocupação, grupos de idade e anos de estudo e grupos e subgrupos ocupacionais para o Brasil. Tabelas do rendimento mensal segundo as Regiões e Unidades da Federação.

76

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE, Lages & FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E CONTÁBEIS, Lages. Renda do entrevistado. In: —. *Pesquisa sócio-econômica*. Lages, 1973. 209 p., p. 109-18.

Pesquisa sócio-econômica realizada em Lages, SC, possibilitando à COHAB/SC o dimensionamento da demanda para as casas do Conjunto Habitacional da cidade. Renda do entrevistado, salário e salário médio; outras rendas (renda das esposas); renda média da família; incidência média da renda do entrevistado, das esposas e da família; renda "per capita" mensal.

- 77 Nota: esta pesquisa foi realizada também para as seguintes cidades: Campina Grande e João Pessoa (PB); Montes Claros (MG); Recife e Caruaru (PE); Teresina e Parnaíba (PI); Natal (RN); Aracaju (SE).
- IBGE dirá verdade sobre renda e nível da família. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 mar. 1973.
- O IBGE se propõe a divulgar, com rapidez, dados e informações sobre a realidade do país. Planos e projetos para 1974; a Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios (PNAD).
- familiar — Grande Rio (região)
- 80
- COMPANHIA CENTRAL DE ABASTECIMENTO, Rio de Janeiro. *Pesquisa sobre consumo alimentar e orçamentos familiares do Grande Rio*. Rio de Janeiro, 1969. 50 f., il.
- 78
- PARÁ. Universidade Federal. Sub-Reitoria de Pesquisa e Planejamento. *Projeto de uma pesquisa sobre orçamentos familiares; Distrito de Belém*. Belém, 1972. 10 p.
- Resultados gerais da pesquisa sobre consumo alimentar e orçamento familiar da população do centro urbano do Grande Rio. Evidencia os pontos básicos da estrutura sócio-econômica da unidade consumidora padrão, permitindo o conhecimento não só global como particularizado do comportamento da população nas diferentes unidades geográficas. Metodologia. Grau de instrução e estrutura etária; distribuição da família; consumo *per capita* de gêneros essenciais; demonstrativo da frequência dos hábitos de compra; a renda familiar; estrutura das unidades familiares e renda familiar; função consumo e elasticidade-renda; comparativo entre gastos com alimentação, despesas e renda pessoal.
- familiar — Feira de Santana, BA
- 79
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., Fortaleza. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste. *Consumo de produtos industriais; cidade de Feira de Santana*. Fortaleza, 1971. 119 p., il.
- familiar — Nordeste (região)
- 81
- ANDRADE, Roberto. A renda no Nordeste: uma pesquisa do BNB. *Indústria & Produtividade*, Rio de Janeiro, 3 (27): 79-81, ago. 1970, tab.
- Resultado de pesquisa divulgada com o intuito de oferecer aos interessados na expansão ou implantação de indústrias de bens finais, dados básicos sobre o assunto. Estimativa do consumo de mais de uma centena de produtos industriais; projeção do consumo até 1971; avaliação do comportamento do consumo segundo os diversos níveis de renda da população; elasticidade-renda da demanda de alguns produtos pesquisados.

Pesquisa do Banco do Nordeste do Brasil para o estudo de mercado do Nordeste. Renda familiar e sua estrutura. Cálculo de rendas médias e distribuição da renda total. Comportamento e identificação dos principais fatores associados a essa distribuição. Análise das variações ocorridas nos níveis médios e no grau de distribuição relativa da renda em dois períodos. Estimativa dos níveis médios de renda para as principais cidades nordestinas.

82

MOURA, Hélio Augusto de & SOUZA, Hermínio Ramos de. *Distribuição e níveis da renda familiar no Nordeste urbano*. Recife, ETENE, 1969. 45 p., tab., gráf. Bibliografia.

Estimativa das rendas médias e distribuição da renda total das populações urbanas do Nordeste; principais fatores associados a essa distribuição. Variações ocorridas nos níveis médios e no grau de distribuição relativa da renda em dois períodos de tempo. Níveis médios de renda segundo os segmentos da população e a hierarquia das cidades. Dados básicos relativos ao período 1962/68.

83

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. Estudo analítico sobre a função consumo de produtos não alimentares no Nordeste. *Informativo DEE*. São Luís (7): 13-33 jul. 1969, tab., gráf. Bibliografia.

Estimativa da capacidade de aquisição de produtos não alimen-

tares, quando há variação da renda *per capita* em um determinado universo. O universo observado compreende algumas cidades do Nordeste, no período 1963 a 1967.

familiar — Patos, PB

84

SOUSA, Edivaldo Tavares de. Consumo de produtos industriais na cidade de Patos. *Revista Econômica BNB*, Fortaleza, 2 (8): 92-100, abr./jun. 1971, tab., gráf.

Síntese do estudo referente ao consumo de produtos industriais na cidade de Patos (PB). Aspectos metodológicos. Percentual da população e da renda familiar na área urbana, segundo os níveis de renda "per capita" mensais; distribuição da população na amostra, por sexo e idade; consumo de produtos alimentares, de artigos de vestuário, calçados e artefatos de couro e plástico, produtos de limpeza, de higiene pessoal e outros, 1970.

familiar — Porto Alegre, RS

85

MICHEL, Nelson Emílio. *Pesquisa de orçamentos familiares da classe de operários da indústria de transformação de Porto Alegre — 1970; reestruturação do índice de preços ao consumidor*. Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas. Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, 1971. 44 f.

Resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares que realizou

em 1970 junto à classe sócio-econômica dos operários da indústria de transformação de Porto Alegre. Planejamento da pesquisa; resultados gerais: distribuição de salários do chefe da família e da renda mensal segundo o número de componentes, características habitacionais e resumo dos gastos mensais. Análise dos resultados.

86

PADILHA, Alvaristo do Amaral. Renda familiar... In: RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Estatística. *Região Metropolitana de Porto Alegre — 1970* (Monografia) Porto Alegre, 1970. 47 p., il. p. 12-3, tab., gráf.

Renda familiar mensal estimada para Porto Alegre, segundo o número de famílias, as classes de renda e despesa das famílias na Região Metropolitana de Porto Alegre (alimentação, vestuário etc.) 1969.

familiar — Recife, PE

87

CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. A renda familiar e por habitantes na cidade do Recife. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 2 (1): 81-104, jun. 1972, tab., gráf.

Baseado em informações levantadas por quatro pesquisas efetuadas na cidade do Recife e na área do Grande Recife sobre abastecimento de gêneros alimentícios, orçamentos familiares e consumo de produtos industriais, o Autor compara a série de informações re-

lativas à renda por família e por habitantes do Recife, visando situar a posição da capital de PE na escala do progresso econômico. Tabelas: tamanho médio da família do Recife, 1960/62 e 1967/68; nível das rendas familiar e "per capita" do Recife, 1960/62 e 1967/68, posição das rendas familiar e "per capita" nas capitais nordestinas e em áreas selecionadas, dados variáveis 1965/71; distribuição da renda familiar na capital pernambucana, 1960, 1962 e 1967/68 e distribuição da renda familiar mensal por quintins das famílias, 1960 e 1968.

familiar — São Luís, MA

88

MARANHÃO. Departamento Estadual de Estatística. *Levantamento sócio-econômico da cidade de São Luís*. São Luís, 1969. 70 p. il. (Estatísticas Maranhenses, 3).

Análise dos resultados preliminares do levantamento sócio-econômico de unidades domiciliares e não-domiciliares no centro urbano de São Luís. Sondagem por amostra, da unidade familiar: número de membros, renda familiar, procedência do chefe da família e número de pessoas economicamente ativas.

89

— . *Pesquisa de orçamentos familiares*. São Luís |1970| p. irreg. (Metodologias de Pesquisas, 4).

Metodologia, questionários utilizados e instruções para o pre-

enchimento. Relação dos concei-
tos adotados e de ocupações e ati-
vidades. Material relativo à pes-
quisa de orçamentos familiares
realizada em São Luís, MA.

familiar — São Paulo, SP

90

CAMARGO, José Francisco de.

Uma pesquisa piloto de orça-
mentos familiares. *Problemas
Brasileiros*, São Paulo, 10
(105): 4-11, maio 1972, tab.

Levantamento de dados para
a definição de padrões de consu-
mo da população da capital de São
Paulo em seus diferentes níveis de
renda. Estratificação e composi-
ção das famílias, participação per-
centual dos itens de despesas com
decomposição do item "Alimenta-
ção" e locais de compras por tipo
de estabelecimento e classe de ren-
da. Alterações introduzidas no cál-
culo mensal do índice do custo de
vida, com base nos resultados da
pesquisa piloto. Comentário e de-
bates.

91

KIRSTEN, José Tiacci. Algumas
considerações metodológicas
sobre a pesquisa de orçamen-
tos familiares em realização
pelo Instituto de Pesquisas
Econômicas — USP. In: SE-
MINÁRIO ESTADUAL DE
PESQUISA E ANÁLISE DE
CONJUNTURA, 1, São Paulo,
1972. 1.º *Seminário* ... São
Paulo, Secretaria de Economia
e Planejamento, s.d., p. irreg.
tab., gráf.

Palestra onde se apresenta um
resumo da pesquisa por amostra-
gem em realização no Município
de São Paulo, com o objetivo de
determinar os padrões das famílias
paulistanas, mediante os índices
de preços ao consumidor e de
custo de vida, levando em conta as
diferenciações sazonais. Metodolo-
gia empregada. Essa pesquisa foi
realizada de abril de 1971 a novem-
bro de 1972.

92

KIRSTEN, José Tiacci. *Orçamen-
tos familiares na cidade de
São Paulo 1971/72*. São Paulo,
Instituto de Pesquisas Econô-
micas, 1973. 245 p., tab. (Sé-
rie IPE, 3).

Trabalho de pesquisa desen-
volvido de acordo com convênio as-
sinado entre o Instituto de Pesqui-
sas Econômicas e a Secretaria de
Finanças do Município de São
Paulo, objetivando uma estrutura
realista e atualizada do índice de
custo de vida do município, acres-
cida de informações adicionais que
permitam conhecer características
sócio-econômicas das famílias pau-
listanas. Metodologia empregada
na pesquisa; processamento de da-
dos utilizando computador da Es-
cola Politécnica da USP. Caracte-
rísticas da amostra analisada; es-
trutura de consumo e característi-
cas sócio-econômicas das famílias
pesquisadas, por classe de renda
familiar e para o total e por classe
de renda familiar para os grandes
agregados, set. 1971/ago. 1972.
Anexo: modelo de questionário uti-
lizado na Pesquisa.

interna — Brasil

93

O COMÉRCIO na “renda interna”.

Análise e Perspectiva Econômica, Rio de Janeiro, 10 (223): 13-5, ago. 1971, tab.

Análise da participação do comércio para a formação da renda interna do país, segundo as Regiões e Estados de SP, GB, MG, RS, PE, BA, PR, RJ e Ceará, 1939 e 1947/67.

94

CONTRIBUIÇÃO da agricultura para a renda interna brasileira. *Análise e Perspectiva Econômica, Rio de Janeiro, 10 (219)* jun. 1971, tab. Suplemento.

Análise da participação da agricultura na formação da renda interna do país. Tabelas: renda interna total (Cr\$ 1.000), participação da agricultura (Cr\$ 1.000) e percentagem da agricultura sobre a renda interna, total do país e percentagem das Regiões, 1939 e 1947/67; valor da produção agrícola e dos rebanhos e percentagem da produção agrícola e do valor dos rebanhos em alguns Estados, 1969.

95

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro. Centro de Contas Nacionais. Renda interna: In: —. *Contas Nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972. 83 p., tab. p. 31-50.

Exposição da metodologia utilizada nas estimativas da renda interna a preços correntes e a preços constantes.

96

MARANHÃO. Governador, 1971- (P. Neiva de Santana). O processo econômico: In: —. *Plano de Governo 1971/74*. s. 1., s.d. 2 v., il. v. 1, p. 17-53, tab., gráf.

Análise da evolução da renda interna e dos setores agropecuário e industrial. Participação dos serviços na população economicamente ativa. Tabelas: evolução da renda interna, e “per capita” do Maranhão, 1939/67; crescimento da renda interna, segundo os setores econômicos; participação dos setores na renda interna do Maranhão; produção agrícola do Estado, 1930/69; número de estabelecimentos, segundo grupos de área total e a condição do responsável, 1940/60.

97

POPULAÇÃO urbana terá em 1980 renda “per capita” de 1.500 dólares. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1973, 1. cad., p. 20.

População das 9 áreas metropolitanas instituídas pelo Governo Federal será, em 1980, responsável por 60% do PIB nacional. Necessidade da execução de plano nacional de urbanização em prol do crescimento organizado das regiões metropolitanas. Definição dessas áreas e Estados que a elas pertencem. Viabilidades e desvantagens da vida em cidades grandes,

na opinião de técnicos em urbanismo. As maiores rendas "per capita" (em dólar) do mundo, jan. 1973. As 10 maiores rendas "per capita", out. 1973.

98

RENDA já é de 506 dólares. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 jul. 1971, p. 47.

Comentários à conferência realizada na Escola Superior de Guerra pelo economista Mário Henrique Simonsen, na qual ele afirma que a renda "per capita" brasileira, prevista pelo Hudson Institute para o ano 2000, já é uma realidade nos dias de hoje. Breve apresentação dos diversos estágios econômicos, pelos quais o Brasil passou de 1920 até hoje.

99

RENDA "per capita" vai crescer 26% até 74. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 nov. 1972.

Dados estatísticos apurados pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social-IPEA, prevêem, para 1974, aumento da renda "per capita" brasileira e do produto interno bruto — PIB. Previsto, também, acréscimo de 12% na densidade demográfica brasileira e incremento na infra-estrutura dos diversos setores econômicos.

interna — Grande Rio (região)

100

GUANABARA. Secretaria de Economia. Departamento de Expansão Econômica. Dinâmica

do desenvolvimento econômico. In: —. *Área Metropolitana da Guanabara; documento básico*. Rio de Janeiro, 1968. p. irreg., il. cap. 6, p. 1-22, mapa. tab., gráf.

Análise da situação atual e evolução recente da economia do Grande Rio, focalizando a renda "per capita", mão-de-obra por setores de atividade, participação das diversas indústrias no valor da produção, distribuição espacial e operários ocupados, renda interna, mercado de trabalho, transportes e comunicações, e abastecimento.

interna — Maranhão

101

KONO, Akira. *Metodologia do levantamento do produto interno do Maranhão*. São Luís, Departamento Estadual de Estatística, 1970. 47 p. (Metodologia de pesquisa, 5).

Planejamento do levantamento da renda e produto interno do Estado. Setores considerados. Metodologia indicada. Relação de bens e serviços a serem considerados. Relatório do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração do Plano Estadual de Estatísticas Básicas.

interna — Paraná

102

WILBERG, Michael & NOGUEIRA, Romar T. Estimativa da renda interna do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba (24): 25-40, maio/jun. 1971, tab.

Estudo sobre renda interna do Paraná, 1960/67, com a finalidade de avaliar a evolução da economia do Estado. Metodologia adotada. Participação percentual dos setores na renda interna; renda dos setores primário, secundário e terciário a preços de 1967.

interna — Pernambuco

103

PERNAMBUCO. Governador, . . . 1972- (E. Gueiros Leite). Diagnóstico do desenvolvimento do Estado — visão geral. In: ——. *Programa de Ação Coordenada 1972-1975*. Recife, CONDEPE, 1971. 3 v., il. v. , p. 31-63, tab., gráf.

Análise macroeconômica do desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Evolução do produto interno bruto real a preços de mercado no Estado e no Brasil, 1947/67; índices do produto interno líquido real a custo de fatores em PE, Nordeste e Brasil, 1947/67; produto interno líquido de PE, segundo os setores de economia. Comportamento setorial da produção. Evolução do produto interno líquido real “per capita” de PE, 1950/67. Distribuição pessoal de renda no Estado.

interna — Santa Catarina

104

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda. O produto interno bruto: total e “per capita”. In: ——. *Economia catarinense. Levantamento conjuntural*. Florianópolis, 1970. 158 p. p. 111-34, tab., gráf.

Definição de produto interno bruto. Evolução da renda interna de Santa Catarina, e da participação na formação da renda interna do país. Renda interna do país e dos 3 Estados do Sul, no período de 1959 a 1968, e renda “per capita” nas mesmas áreas e períodos. Estimativa da renda interna de Santa Catarina, em 1970, com valor da produção dos setores primário, secundário e terciário. Índices de crescimento real do setor primário. Crescimento real da economia catarinense. Evolução das estruturas econômicas do Brasil, PR, RS e SC. Composição estrutural da economia de SC em termos de produto interno bruto.

interna — São Paulo

105

SÃO PAULO. Secretaria da Fazenda. Assessoria de Política Econômica. Grupo de Descentralização Industrial. Avaliação de renda por regiões. *Economia Paulista*, São Paulo, 1 (5): 28-44, fev. 1970, v. 2, tab.

Estimativa de renda “per capita” regional do Estado de São Paulo, através dos métodos de análise fatorial e de regressão. Projeção até 1975.

106

DIHEL, Valter José. Renda nacional e crescimento populacional. *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 29 jun. 1963, tab.

Análise sucinta da distribuição da renda nacional nos países em desenvolvimento; o crescimento populacional como fator de in-

105

fluência. Tabela ilustrativa do comportamento da distribuição da renda nacional verificada em um grupo de países em desenvolvimento ou com níveis expressivos de crescimento, por categorias em percentagem da população.

107

KONO, Akira. Contabilidade social. *Informativo DEE*, São Luís (9): 7-15, set. 1969. Bibliografia.

Fatores básicos componentes da renda nacional, do produto nacional e da despesa. Relacionamento dos conceitos de renda nacional. Problemas de avaliação e estimação do produto. Índices utilizados na determinação do produto real; objetivo e cálculo do deflator implícito. Conceituação e método de avaliação da renda real.

nacional — Brasil

108

COSTA, Rubens Vaz da. Crescimento populacional e desenvolvimento econômico. *Segurança & Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 19 (139): 85-98, 1970, tab. Referências bibliográficas ao pé das páginas.

Análise das causas da "explosão demográfica". Interrelação entre o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico. População mundial prevista até o fim do século. Posição dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos com relação ao crescimento populacional. Atitude dos países socialistas. Evolução demográfica do Nordeste, dados variáveis, 1872/

106

1980. Tabelas: taxas anuais de crescimento populacional na Suécia, Europa, Sudeste Asiático e Brasil, 1800-1960; taxas anuais de crescimento do PNB real e da população, por países, 1953-1965; crescimento regional do produto interno bruto a preços constantes, população e produto interno bruto "per capita", segundo a área, 1950-67. Distribuição de renda real em cidades do Nordeste.

109

LEÃO, A. Sérgio Carneiro & GIES-TAS, Elcio. Agregado contas de renda e contas financeiras — ensaio de um modelo. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 27 (2): 31-80, abr./jun. 1973, tab. Bibliografia.

Segunda parte do estudo "Programação monetária, financeira e de renda a curto prazo no Brasil", apresentado no Seminário Especial sobre Programação de Curto Prazo, realizado na capital mexicana, set./out. 1971. Metodologia adotada no estudo e resultados de sua aplicação.

níveis de

110

THWEATH, William. A inevitabilidade e a irrelevância da crescente diferença entre os níveis de renda. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 23 (4): 181-92, out./dez. 1969, tab., gráf. Resumo em inglês.

Análise da crescente diferença dos níveis de renda entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Comparação entre os principais países do mundo.

ÍNDICE DE AUTORES

<i>Nome</i>	<i>N.º da ficha</i>
ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de	20
AMAZONAS. Comissão de Desenvolvimento	68
ANDRADE, Roberto	81
AZEVEDO, Oswaldo Benjamim de	70
BACHA, Edmar L.	1
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., Fortaleza. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste	79
BRASIL. Departamento Nacional de Salário	71
BRASIL. Instituto de Planejamento Econômico e Social	21
BULHÕES, Octávio Gouvea de	22
CABISTANI, Wanderlei Barros	23
CAMARGO, José Francisco de	90
CAVALCANTI, Clovis de Vasconcelos	3, 87
COMPANHIA CENTRAL DE ABASTECIMENTO. Rio de Janeiro	80
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, Brasília	73
COSTA, Rubens Vaz da	108
DIHEL, Válder José	106
DUARTE, João Carlos	32, 41
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E CONTÁ- BEIS, Lages	76
FIGUEROA, Adolfo	17
FONSECA, Herculano Borges da	6
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro. Centro de Contas Nacionais	95
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. Departamento de Censos	74, 75
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARI- NENSE, Lages	76
GAUTHIER, H. L.	59
GIESTAS, Elcio	109
GONTIJO, Ricardo	37
GUANABARA. Secretaria de Economia. Departamento de Expansão Econômica	100
HADDAD, Paulo Roberto	67
HERMANS, Wilhelmus Godefridus	38
	107

HOFFMANN, Rodolfo	39, 40, 41
KINGSTON, Jorge	43
KINGSTON, Lúcia Silva	43
KIRSTEN, José Tiacci	91, 92
KONO, Akira	101, 107
KUNTZ, Rolf	44
LANGONI, Carlos Geraldo	8, 45, 46, 47
LEÃO, A. Sérgio Carneiro	109
LEFF, Nathaniel H.	9
LOPES, José Sérgio Leite	48
MARANHÃO. Departamento Estadual de Estatística ..	88, 89
MARANHÃO. Governador, 1971 — (P. Neiva de Santana)	96
MICHEL, Nelson Emílio	85
MOLEON, Ary	2
MOURA, Hélio Augusto de	82
NOGUEIRA, Romar T.	102
OLIVEIRA, Luís Carlos de	83
PADILHA, Alvaristo do Amaral	86
PARÁ. Universidade Federal. Sub-Reitoria de Pesquisa e Planejamento	78
PERES, José Resende	10
PERNAMBUCO. Governador, 1972 — (E. Gueiros Leite)	103
PINTO, Luís Carlos Guedes	54
RAMOS, Carvalheira	56
ROSSETI, José Paschoal	58
SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda	104
SÃO PAULO. Secretaria da Fazenda. Assessoria de Polí- tica Econômica. Grupo de Descentralização Indus- trial	105
SÃO PAULO. Universidade. Faculdade de Economia e Administração. Instituto de Pesquisas Econômicas	92
SCHWARTZMAN, Jacques	67
SEMPLE, R. K.	59
SIMONSEN, Mário Henrique	11, 60, 61
SOUSA, Edivaldo Tavares de	84
SOUZA, Hermínio Ramos de	82
THWEATH, William	110
VELLOSO, João Paulo dos Reis	14, 65, 66
WIEGERINCK, Ian	15
WILBERG, Michael	102

ESTATÍSTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR

Conceitos e Definições

O Ministério da Fazenda, visando vulgarizar conhecimentos estatísticos mundialmente consagrados, vem de entregar ao público, pelo Centro de Informações Econômico-Fiscais, da Receita Federal, a tradução de *International Trade Statistics-Concepts and Definitions*, editado pelo *Department of Economic and Social Affairs — Statistical Office of the United Nations* — 1970.

“Estatística do Comércio Exterior” reúne, em 160 páginas, conceitos e definições sobre a importância das importações e a balança comercial de um país, considerados, desde há séculos, como um dos principais objetivos da arte de governar, e que a crescente interdependência do mundo moderno aumentou a importância da estatística nesse campo e levou, de fato, a um interesse geral todos os países, não simplesmente pelas estatísticas nacionais do comércio exterior, como, também, pelas estatísticas de todos os países como componentes do comércio internacional. Uma vez que o comércio internacional é o meio mais direto pelo qual as diferentes economias se influenciam mutuamente, a estatística básica nesse setor tem de acompanhar as exigências delas surgidas num mundo que procura

alcançar a estabilidade e o desenvolvimento econômico.

A obra, elaborada pelo *Bureau de Estatística das Nações Unidas*, resultou de recomendações da respectiva Comissão de Estatística da ONU, em sua 13.^a Sessão, matéria já abordada anteriormente pela Liga das Nações, objetivando fazer sentir aos governos a necessidade de adotarem métodos uniformes de compilação ou adaptassem seus dados de maneira a que suas estatísticas de comércio se harmonizassem razoavelmente ao conjunto de definições uniformes. Tal recomendação resultou no progresso hoje alcançado, quando se dispõe de estatísticas do comércio internacional pormenorizadas e comparáveis dos últimos anos, relativamente à maioria dos países.

Referida publicação trata, principalmente, da amplitude da estatística, classificação das mercadorias, avaliação, mensuração quantitativa e país co-participante, na mais ampla conceituação da matéria.

Constitui, assim, excelente material didático e de cunho geral, sempre momentoso pela doutrina que enfeixa, digno de interesse dos estudiosos em geral.

CENSO INDUSTRIAL DO ESTADO DE ALAGOAS

O IBGE, dando prosseguimento a divulgação dos resultados definitivos do Recenseamento Geral de 1970, acaba de publicar o Tomo XI, volume IV, relativo ao Censo Industrial do Estado de Alagoas.

Referido volume contém os dados gerais das atividades industriais, segundo Microrregiões, Municípios e Gêneros de indústria, além de oferecer um paralelo dos resultados censitários de 1960 e 1970.

A obra, envolve trabalho técnico e consciencioso de pesquisa industrial, na qual foi adotado, pela primeira vez, o processo de diversificação de tabulações, definido por limites de pessoas ocupadas e valor da produção, visando oferecer melhores condições de apreciação de comportamento das unidades industriais de grande e médio porte, além das informações habituais sobre o total das unidades recenseadas.

No trabalho, reuniu-se três conjuntos de tabulações referentes a todos os estabelecimentos recenseados, aos com cinco ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário-mínimo vigente em 1970, e

aos estabelecimentos de menos de cinco pessoas ocupadas e valor da produção inferior a 640 vezes o maior salário-mínimo no mesmo ano.

Na sua pesquisa foram investigadas as características quanto ao estabelecimento industrial, classe e gênero de indústria, constituição jurídica, inversão de capital, período de funcionamento, pessoal ocupado, variação de pessoal ocupado, despesa com salários, com remunerações outras, e diversas, força motriz, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, valor da produção, sua distribuição e estoque.

A presente publicação que compõe mais um Tomo da série regional que se constituirá de 24, reflete todas as indústrias do Estado de Alagoas, e constitui-se num compêndio indispensável a investidores, órgãos governamentais de planejamento e estudiosos em geral.

A sua aquisição poderá se verificar na sede do IBGE, à Avenida Franklin Roosevelt, 146-loja, na Guanabara ou nas Delegacias de Estatística da Fundação, nas demais Unidades da Federação.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ

Contendo dados precisos e imparciais que representam a realidade do setor café, e constituindo valioso instrumento de consulta para o público interessado na economia cafeeira, vem de ser entre-

gue a circulação o ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CAFÉ, relativo a 1972, preparado pelo Departamento Econômico do Instituto Brasileiro do Café, através de sua Divisão de Estatística.

Suas 196 folhas, repletas de gráficos, tabelas e outros informes técnicos, envolvem em seus diversos aspectos: Produção Brasileira do Café, Produção Mundial Exportável, Consumo de Café no Brasil, Exportação Brasileira de Café, Exportação Mundial de Café, Importação

de Café Verde, Preço Interno, Preço Externo e Saldo da Conta Café.

A matéria, para melhor análise e compreensão comparativa, contém dados retrospectivos de até 10 anos.

CENSO INDUSTRIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Cumprindo mais uma etapa na divulgação dos resultados definitivos do Recenseamento Geral de 1970, o IBGE acaba de publicar o Volume IV, Tomo XX, correspondente ao Censo Industrial do Estado de Santa Catarina.

A matéria nele inserida, contém os dados gerais das atividades industriais, segundo Microrregiões, Municípios e gêneros de indústria, oferecendo, ainda, um confronto dos resultados dos censos de 1960 e 1970.

Trata-se de trabalho profundo de pesquisa industrial, realizado dentro de elevados padrões tecnológicos, em cujo levantamento foi adotado, pela primeira vez em censos industriais, o processo de diversificação de tabulações, definido por limites de pessoas ocupadas e valor da produção, com vistas a oferecer melhores condições de apreciação de comportamento das unidades industriais de grande e médio porte, além das informações tradicionais sobre o total das unidades recenseadas.

Reuniu-se no volume três conjuntos de tabulações referentes, respectivamente, a todos os estabelecimentos recenseados, aos com cinco ou mais pessoas ocupadas e/

ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário-mínimo vigente em 1970, e aos estabelecimentos de menos de cinco pessoas ocupadas e valor de produção inferior a 640 vezes o maior salário-mínimo no mesmo ano.

No levantamento foram investigadas as características quanto ao estabelecimento industrial, classe e gênero de indústria, constituição jurídica, inversão de capital, período de funcionamento, pessoal ocupado, variação de pessoal ocupado, despesas com salários, com outras remunerações e diversas, força motriz, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, valor da produção, distribuição da produção e estoques.

O presente volume, mais um da série regional que se comporá de 24 tomos, retrata todas as atividades do grande Estado sulino, constituindo-se, por isso, publicação indispensável a investidores, órgãos de planejamento particulares ou governamentais, e aos estudiosos em geral, e pode ser adquirido na sede do IBGE, à Av. Franklin Roosevelt, 146 — loja, GB, ou nas Delegacias Regionais nas demais Unidades da Federação.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO EMBRATUR

A Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR, vem de entregar ao público o ANUÁRIO ESTATÍSTICO EMBRATUR — 1973, elaborado pelo Setor de Estatística do Centro Brasileiro de Informação Turística.

O Anuário, repleto de gráficos e tabelas ilustrativos do assunto que enfeixa, trata, entre outros elementos, da entrada de turistas no Brasil, segundo nacionalidade, via de acesso e meio de transporte, em termos de Brasil, e também atra-

vés do Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Guanabara, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília, fronteiras e Estados não especificados.

Inclui o turismo interno, saída de turistas brasileiros, ponto de embarque e meio de transporte.

Trata-se, pois, de matéria especializada sobre a florescente indústria brasileira de turismo, alvo, conseqüentemente, do interesse geral.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DA GUANABARA

Prosseguindo na série iniciada em 1971, o Estado da Guanabara, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, acaba de publicar o seu ANUÁRIO ESTATÍSTICO — 1973.

Referida publicação contém informações indispensáveis à programação e à interpretação econômica da Guanabara, demonstrando, por seus índices econômicos e financeiros a pujança do seu desenvolvimento.

O Anuário, contendo 470 páginas repletas de tabelas e explicações técnicas, envolve, entre outros assuntos, as situações física, demográfica, econômica, social, cultural e administrativa e política do Estado.

Constitui, assim, referida publicação, importante repositório de dados estatísticos indispensáveis a órgãos de planejamento, investidores e estudiosos em geral.

PUBLICAÇÕES EDITADAS PELOS ÓRGÃOS DE ESTATÍSTICA DO IBGE NO TRIMESTRE JANEIRO-MARÇO DE 1974 *

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA
— CENDIE

014.3:05

SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS
CORRENTES EM ESTATÍSTICA
E ECONOMIA. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jun. 1973.

025.346

BOLETIM TRIMESTRAL DA BIBLIOTECA WALDEMAR LOPES. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./mar. 1973.

* Bibliografia preparada pelo Setor de Bibliografia do Centro de Documentação e Informação Estatística do IBGE.

DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO ESTATÍSTICA — DEDIVE

Periódicos

31 (81) (05)

BOLETIM ESTATÍSTICO. Rio de Janeiro, v. 31, n. 122, abr./jun. 1973. Trimestral.

311 (81) (05)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, v. 34, n. 134, abr./jun. 1973. Trimestral.

Séries

911.6 (815.1)

SINOPSE ESTATÍSTICA — MINAS GERAIS 1973. Rio de Janeiro, 1973. 217 p., fot., tab., gráf. (Sinopses estaduais, 18).

(Coleção de Monografias, 567).

911.6 (816.22 CAS)

Cascavel, Paraná. Texto de Aldalita de Jesus B. L. Medeiros. Rio de Janeiro, 1973. 20 p., il. (Coleção de Monografias, 565).

911.6 (817.3)

————— — GOIÁS 1973. Rio de Janeiro, 1973. 155 p., fot., tab., gráf. (Sinopses estaduais, 19).

911.6 (816.52 DOM PED)

Dom Pedrito, Rio Grande do Sul. Texto de Daisy Costa Lima. Rio de Janeiro, 1973. 20 p., il. (Coleção de Monografias, 562).

911.6 (815.12 ITA)

Itabira, Minas Gerais. Texto de Daisy Costa Lima. Rio de Janeiro, 1973. 24 p., il. (Coleção de Monografias, 562).

911.6 (816.52 SAN ROS)

Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Texto de Rilza F. Saldanha. Rio de Janeiro, 1974. 20 p., il. (Coleção de Monografias, 568).

911.6 (816.12 SAN BAR)

Santa Bárbara D'Oeste. Texto de Maria de Lourdes F. Cianella. Rio de Janeiro, 1974. 32 p., il.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS — CBED

312 (81)

BOLETIM DEMOGRÁFICO CBED.

Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, jan./mar. 1974. Trimestral.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS — DEICOM

31:66/69 (81)

Indústrias de transformação. Pesquisa mensal — janeiro/novembro 1973. Rio de Janeiro 1974. 40 p., tab. Mimeografado.

- _____ — *janeiro/dezembro 1973*. Rio de Janeiro, 1974. 46 p., tab. Mimeografado.
- _____ — *Pesquisa trimestral — resultados dos 4 trimestres 1971*. Brasil-São Paulo — Região Grande São Paulo — Guanabara — Rio Grande do Sul — Minas Gerais — Pernambuco. Rio de Janeiro, 1974. 266 p.
- 31:69 (81)
Indústria da construção. Inquérito mensal sobre edificações — ano de 1972. Rio de Janeiro, 1973. 395 p., tab.,
- _____ — *maio de 1973*. Rio de Janeiro, 1973. 245 p., tab.
- _____ — *junho de 1973*. Rio de Janeiro, 1973, 247 p., tab.
- _____ . *Preços de material de construção no comércio atacadista. Salários na indústria da construção — abril a setembro de 1973*. Rio de Janeiro, 1974. 315 p., tab.
- 338.5:31 (81)
Inquérito nacional de preços. Gêneros alimentícios e artigos do vestuário. Comércio atacadista e varejista nas Capitais — novembro 1973. Rio de Janeiro, 1974. 37 p., tab. Mimeografado.
- _____ . *Comércio atacadista e varejista nas Unidades da Federação — novembro de 1973*. Rio de Janeiro, 1974. 49 p., tab. Mimeografado.
- _____ — *dezembro de 1973*. Rio de Janeiro, 1974. 49 p., tab. Mimeografado.
- _____ . *Comércio varejista das Capitais — 1972 a novembro de 1974*. Rio de Janeiro, 1973. 112 p., tab. Mimeografado.
- _____ — *1972 a dezembro de 1973*. Rio de Janeiro, 1974. 112 p., tab. Mimeografado.
- 381 (812.2)
Comércio interestadual. Exportação por vias internas — 1968 — Piauí. Rio de Janeiro, 1973. 73 p., tab. Mimeografado.
- 381 (813.5)
_____ — *1969 Alagoas*. Rio de Janeiro, 1974. 37 p., tab. Mimeografado.
- 381 (811.3)
_____ — *1972 Amazonas*. Rio de Janeiro, 1974. 44 p., tab. Mimeografado.
- 381 (817.2)
_____ — *1972 Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1974. 15 p., tab. Mimeografado.
- 381 (815.4)
_____ . *1973 Guanabara (1.º semestre)*. Rio de Janeiro, 1974. 131 p., tab.
- 656.1 (81)
Veículos licenciados — 1971. Rio de Janeiro, 1973. 412 p., tab.

DEPARTAMENTO DE CENSOS — DECEN

311.213.1:62/69 (811.1 + 811.4 + 811.6)

Censo Industrial — Rondônia — Roraima — Amapá. Rio de Janeiro, 1974. XXIV + 263 p., tab., questionário em anexo (VIII Recenseamento Geral — 1970. Série Regional v. 4, t. 1).

311.213.1:62/69 (811.2)

————— — *Acre.* Rio de Janeiro, 1974. XXIV + 177 p., tab. questionário em anexo (VIII Recenseamento Geral — 1970. Série Regional v. 4, t. 2).

311.213.1:62/69 (813.5)

————— — *Alagoas.* Rio de Janeiro, 1974. XXXIII + 193 p., tab., questionário em anexo (VIII Recenseamento Geral — 1970. Série Regional v. 4, tomo 11).

311.213.1:62/69 (816.4)

————— — *Santa Catarina.* Rio de Janeiro, 1974. XXXV + 233 p., tab. questionário em anexo (VIII Recenseamento Geral — 1970. Série Regional v. 4, t. 20).

CONJUNTURA DO SAL — 1973

A Comissão Executiva do Sal, órgão subordinado ao Ministério da Indústria e do Comércio, acaba de divulgar “A CONJUNTURA DO SAL EM 1973”, trabalho elaborado pela equipe do Serviço de Planejamento Econômico, do Prospeq e da Seção de Estatística.

Referida publicação, conforme anuncia seu título, envolve todos assuntos ligados a produção de Sal Marinho, tais como “Quadro de Produção”, “Produção no Esta-

do do Rio de Janeiro”, “Produção de Sal Refinado”, “Consumo em 1973”, “Demanda”, “Distribuição”, “Matrizes de Sal Refinado, Moído e Grosso”, “Estoques”, “Transportes” etc.

A divulgação em apreço constitui, pois, estudo amplo da matéria, abordada em todos os seus aspectos, cujo conteúdo interessa vivamente os setores econômicos do País.

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Pesquisa Mensal

O IBGE acaba de divulgar os resultados retrospectivos do Inquérito Mensal sobre Indústrias de Transformação, relativamente ao

período janeiro/dezembro — 1973, que abrange em seus Dados Gerais — número de pessoas ocupadas, salários, valor da produção e

valor das vendas — os Estados de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e no que diz respeito ao Volume Físico da Produção, cento e vinte produtos selecionados para todo o País.

A pesquisa, ora divulgada, objetiva verificar a reação dos setores industriais sensíveis à política

econômico-financeira do Governo, nela representados por 15 gêneros de indústria.

O volume em apreço encontra-se à disposição dos interessados na sede do IBGE, Av. Franklin Roosevelt, 146, loja, Estado da Guanabara, ou nas Delegacias de Estatística nas demais Unidades da Federação.

CONJUNTURA MARANHENSE

Editada pelo Governo do Estado do Maranhão, através do Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática, da Secretaria de Planejamento, vem de ser distribuída, em seu primeiro número, **CONJUNTURA MARANHENSE**, publicação técnica, dedicada ao acompanhamento e avaliação conjuntural da economia e do desenvolvimento maranhense.

Esse primeiro número, que refere-se ao período de janeiro a junho de 1973, envolve, em seus amplos aspectos e análises comparativas, Finanças Públicas, Exporta-

ções, Energia Elétrica, Produção Agrícola, Nível de Preços etc.

Assim, “Conjuntura Maranhense”, que promete ampliar seu campo de análises já no próximo número, oferece, no primeiro, uma coletânea de dados, gráficos, tabelas e informações técnicas sobre os assuntos focalizados, que permitem, aos órgãos governamentais de planejamento, investidores e estudiosos em geral, conhecerem, realisticamente, o processo econômico-social maranhense — que se destaca positivamente.

RBE: ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

Ano 1973

INTRODUÇÃO

O presente índice, elaborado no Setor de Bibliografia do Centro de Documentação e Informação Estatística do IBGE, abrange a matéria publicada nos números 133 a 136 da Revista Brasileira de Estatística, correspondente a 1973.

Conforme a norma brasileira para a citação de artigos de periódicos (NB-66, in Normalização da Documentação no Brasil, 2. ed., Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1964, p. 93-116), o número do fascículo precede o das páginas inicial e final do artigo, separado das mesmas, por dois pontos (:). Ex. 114:149-57 = fascículo 114, p. 149 a 157.

FASCÍCULOS PUBLICADOS E PERÍODOS DE REFERÊNCIA

Ano XXXIV — 133 — jan./mar. 1973

Ano XXXIV — 134 — abr./jun. 1973

Ano XXXIV — 135 — jul./set. 1973

Ano XXXIV — 136 — out./dez. 1973

AGROPECUÁRIA

estudo estatístico
países em desenvolvimento
(136):641-56

ALIMENTAÇÃO

balanço alimentar
Brasil (133):114-6
Allen, G. R. (133):31-43

AMÉRICA LATINA

Cepal (XV Reunião)
documentação e estudo
(133):154-8
desenvolvimento
econômico e social
análise do processo
(136):656-62
internacional
avaliação regional
(134):354-60
planejamento
evolução e perspectivas
notas (133):153

AMOSTRAGEM

universos bi-dimensionais
(134):215-30

ÁREAS

definição
projeto de (134):313-4
Azevedo, Aloysio V. de (133):58-64

BIBLIOGRAFIA

profissionais de nível superior
Brasil (136):678-93
trabalhos do Prof. Lyra Madeira
(133):54-6;(135):494-8
Bremaeker, François Eugène Jean
de (135):383-406

CÂMARA, Lourival

biografia (133):138-9
Campagnoli, Tílma Barroso
(134):271-6
Cardoso, Maria Francisca Thereza
(134):315-24

Castro, Lauro Sodré Viveiros de
(135):407-16
Cazal, Lindolfo (134):215-30

CEARA

Rede de Coleta
novas agências (133):145-6

CENSO

econômico
periodicidade
Brasil (133):58-64

CEPAL

XV Reunião
documentação e estudo
(133):154-8

CIDADES

distribuição espacial
Brasil (135):383-406

COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DAS ESTATÍSTICAS NACIONAIS — COINS

XI Sessão
participação do Brasil
(136):663-65

Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas. Sub-Comissão (133):81-137

CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, REUNIÕES, DISCURSOS etc.

Conferência Nacional de Estatística, Geografia e Cartografia. 2, Rio de Janeiro, 1972.

trabalhos apresentados (133):57-137; (134):281-339

Conferência Regional Sul-Americana sobre Padronização de Nomes Geográficos, 1, Brasília, 1973.

notícia (136):666-68

Seminário de Pesquisa e Análise de Conjuntura, 2, São Paulo, 1973.

palestra do Presidente do IBGE
(135):465-71

CONTAS

nacionais
estatísticas disponíveis
Brasil (133):81-91
regionais

aspectos conceituais

Brasil (133):65-80

Cova, Hervev Guimarães
(134):177-214

Deming, W. Edwards (134):346-54

DEMOGRAFIA (133):31-56; (134):231-80; (135):417-64; (136):519-82
ver também POPULAÇÃO

DESENVOLVIMENTO

avaliação regional
América Latina (134):354-60
econômico e social
análise do processo
América Latina
(136):656-62

DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA

cálculo (135):407-16

ECONOMIA

matriz de relações intersetoriais
experiência de elaboração
Brasil (133):81-91
regional
insumo produto
Brasil (133):65-80
relações interindustriais
coeficientes técnicos
Brasil (133):65-80

ENERGIA

balanço energético
estudo do projeto
Brasil (133):92-113

ENSINO

Superior
aperfeiçoamento de professores
atuação do IBG
(134):315-24

ENCE

bacharelandos (133):143-4;
(136):669-73
Processo de Pesquisa em
Ciências Sociais
curso de especialização
(133):152

Sistema universitário

pesquisa
Brasil (133):150-2

Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Departamento de Pesquisa (134):325-8

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

- bacharelados (133):143-4;
(136):669-73
- curso de especialização
realização (133):152
- treinamento e aperfeiçoamento
(134):325-8

ESTATÍSTICA

- agropecuária
- países em desenvolvimento
(136):641-56
- crescimento populacional
- estudos
- Nordeste, Região
(136):523-54
- descritiva
- distribuição de frequência
cálculo (135):407-16
- distribuição da renda
- instrumentos de avaliação
estudo (133):3-30
- Escola Nacional de Ciências Estatísticas
- bacharelados (133):143-4;
(136):669-73
- matemática
- amostragem (134):215-30
- probabilidade (134):177-214
- serviços médicos-hospitalares
estudo da procura
Minas Gerais (136):503-22
- momentos
- estudo (136):591-640
- órgãos internacionais
- calendário das reuniões
(134):361-4
- população masculina
- mortalidade (136):555-90

ESTATÍSTICOS

- código e ética (134):346-54
- função, profissão e perspectivas
(135):472-87

EXPOSIÇÃO

- atividades do IBGE
- São Paulo (136):668
- Faissol, Speridião (134):282-98

FECUNDIDADE

- levantamento mundial
- objetivos (133):148-50
- taxas (estimativas)
Brasil (134):252-70

FINANÇAS

- balanços financeiros
- estatísticos disponíveis
Brasil (133):121-7

FUNDAÇÃO IBGE

- Chefia do Gabinete
- posse (136):673-4
- Dia do Ibgeano
- comemorações (134):341-6
- ENCE
- bacharelados (133):143-4;
(136):669-73
- curso de especialização
(133):152
- legislação (134):373-8
- nova estrutura (134):175-6
- peçoal
- treinamento e aperfeiçoamento
(134):325-8
- Rede de Coleta
- novas agências
- Ceará (133):145-6
- reestruturação (133):140-3
- Sistema universitário brasileiro
- pesquisa (133):150-2
- Superintendente de Recursos Naturais
- posse (136):674-6
- treinamento de pessoal
- planejamento (133):147

GEÓGRAFO

- formação e qualificação profissional
- Brasil (134):329-40
- Gomes, Hulda Maria (133):54-6
- Götttert, Ruth, *trad.* (133):154-8;
(134):354-60; (136):648-54
- Haddad, Paulo Roberto (133):65-80

INDÚSTRIA

- produção primária
- estatísticas disponíveis
Brasil (133):128-37

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

- publicações editadas (133):162-6;
(134):367-70; (135):490-2;
(136):696-98

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

- aperfeiçoamento de professores
- atuação (134):315-24

**INSTITUTO BRASILEIRO DE IN-
FORMÁTICA**

atuação (134) : 299-304

**INSTITUTO INTERAMERICANO
DE ESTATÍSTICA**

eleição de técnico brasileiro
(136) : 665-6

Iório, Oswaldo (133) : 3-30

Irwin, Richard (134) : 252-80

Jordan Filho, Leon (136) : 503-22

LEGISLAÇÃO

Leis e decretos (134) : 373-8;
(136) : 699-702

Leite, Valéria da Motta

(135) : 417-24; 435-64; (136) : 555-90

Maciel, Ângelo Dias et alii

(134) : 313-4

Madeira, João Lyra (133) : 44-53;

(134) : 231-51, 271-6; (136) : 523-54

MADEIRA, João Lyra

bibliografia (trabalhos publica-
dos) (133) : 54-6; (135) : 494-8

Magalhães, Augusta Baptista de,
trad. (135) : 472-87; (136) : 641-56

Maier, M. Luiza, *trad.* (131) : 505-6

Martins, Márcia (133) : 44-53

**MATRIZ ENERGÉTICA BRASI-
LEIRA**

estudo do projeto

Brasil (133) : 92-113

Mazumdar, S (136) : 641-56

Mendes, Eugênio (136) : 503-22

MICRORREGIÕES

densidade populacional

Brasil (133) : 44-53

MINAS GERAIS

Serviços médicos-hospitalares

estudo da procura (136) : 503-22

MOMENTOS

conceituação, definição

estudo (136) : 591-640

MORTALIDADE

masculina

estudo (136) : 555-90

nascidos mortos

declaração censitária

observações

Brasil (135) : 417-24

nível da

projeção

Brasil (135) : 425-34

por sexo

estudo

Brasil (135) : 435-64

tábua de

Porto Alegre, RS (134) : 271-6

NORDESTE, Região

população

crescimento (136) : 523-54

Olinto, A. C. (134) : 299-304

PLANEJAMENTO

evolução e perspectivas

notas sobre trabalho

América Latina (133) : 153

**PLANO GERAL DE INFORMA-
ÇÕES ESTATÍSTICAS E GEO-
GRÁFICAS**

prestação de informações

legislação (136) : 699-702

**PLANO NACIONAL DE ESTATÍS-
TICAS BÁSICAS**

prestação de informações

legislação (136) : 699-702

Poch, Francisco Azorin

(135) : 472-87

POPULAÇÃO

análise demográfica

pesquisa científica

(134) : 231-54

crescimento

estudo

Nordeste, Região

(136) : 523-54

fecundidade

taxas (estimativas)

(134) : 252-70

masculina

mortalidade

estudo (136) : 555-90

menos de 10 anos

subenumeração

Brasil (134) : 277-80

mortalidade por sexo

estudo

Brasil (135) : 435-64

nascidos mortos

declaração censitária

observações

Brasil (135) : 417-24

regional

distribuição

alterações

- Brasil (133):44-53
 rural e urbana
 distribuição
 análise (133):31-43
 tábua de mortalidade
 Porto Alegre, RS (134):271-6
 vida média
 projeção
 Brasil (135):425-34
- PREÇOS**
 índice de
 estatísticas disponíveis
 apreciação
 Brasil (133):117-20
- PROBABILIDADE**
 cálculo (134):177-214
- PROFISSIONAIS**
 nível superior
 bibliografia
 Brasil (136):678-93
- RECEASEAMENTO** *ver* CENSO
- RECENSÕES**
Anuário Estatístico da Guanabara (133):160-1
Anuário Estatístico de 1971 (ES) (135):493
Anuário Estatístico de São Paulo — 1972 (136):695-6
Anuário Estatístico do Amapá (134):371-2
Anuário Estatístico do Brasil — 1973 (136):677-8
Anuário IBS — 1973 (136):677-8
Boletim Econômico (IPEA) (134):372
Censo Demográfico 1970 (133):159;(134):365-6
Censo Industrial — Estado do Paraná (136):693-4
Comércio Exterior do Brasil — 1971 (134):371;(136):694
Comércio Interestadual — Guanabara, 1972 (133):160
Ensino Superior — 1972 (134):371
Mercado de Trabalho — Flutuação (135):493
Notas de Población (136):695
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (134):366
Sinopse do Ensino Médio — 1971 (133):161
Sinopse Estatística do Brasil — 1972 (ed. em inglês) (134):366
- Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário* (135):488-9
- REGIONALIZAÇÃO**
 regiões formais e funcionais
 modelo de análise (134):282-98
- REGISTROS ADMINISTRATIVOS**
 e informações estatísticas
 aproveitamento
 Brasil (134):305-12
 Reis, Sebastião O. (133):58-64
- RELAÇÕES INTERINDUSTRIAIS**
 coeficientes técnicos
 utilização
 Brasil (133):65-80
- RENDA**
 distribuição
 instrumentos de avaliação
 estudo (133):3-30
 regional
 Brasil (135):65-80
- REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA**
 índice (133):166-72
- SÃO PAULO**
 exposição
 atividades do IBGE (136):668
- SAÚDE**
 serviços médico-hospitalares
 estudo da procura
 Minas Gerais (136):503-22
 Silva, Jubiry Vicente da (136):591-640
 ———, Lucinda da (135):494-8
 Simões, Celso Cardoso da Silva (133):44-53
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA**
 Curso de Estatística por Correspondência (135):471
 Souza Filho, José Ayres de et alii (134):305-12
 Spielman, Evelyn (134):252-70, 277-80;(135):425-34
 Universidade Federal do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia (134):329-40
- VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA**
 Lourival Câmara, prof. (133):138-9

JOSÉ AYRES DE SOUZA FILHO
(19-10-1911; 4-3-74)

A morte de José Ayres de Souza Filho, ocorrida a 4 de março de 1974, encerrou repentinamente uma vida quase que totalmente dedicada a servir de modo hábil e zeloso, nos diversos cargos que ocupou em sua longa carreira de técnico do mais alto gabarito.

Nascido a 19 de outubro de 1911, na cidade do Rio de Janeiro, era filho de José Ayres de Souza, engenheiro, antigo Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, e de D. Elvira Figueiredo Ayres de Souza. Deixa viúva D. Helena Ayres de Souza e filha Dra. Josele Guedes de Carvalho.



A carreira técnica de José Ayres de Souza Filho começou na antiga Prefeitura do Distrito Federal, onde exerceu funções específicas na implantação de serviço mecanizado, realizado pela Hollarith, no período de 7 de março de 1939 a 1.º de março de 1940. Na

área de estatística iniciou-se no extinto Serviço Nacional de Recenseamento a 2 de março de 1940. Nos sete anos em que atuou no SNR, mercê de suas altas qualidades técnicas, grangeou largo prestígio como dirigente de vários setores onde sempre se destacou pelo trato e pela competência. A 1.º de março de 1947 era nomeado Assistente Técnico na hoje extinta Se-

cretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Também no CNE José Ayres de Souza Filho continuou a brilhante trajetória que iniciara no SNR: Chefe da Seção de Coordenação e Crítica (1951), Chefe do Serviço de Coleta do Distrito Federal por duas vezes (1952 e 1959). Sucessivamente Chefe da Seção de Comércio Interestadual e da Seção de Inquéritos Especiais, ambas do Serviço de Inquéritos (1954).

Depois de brilhante atuação na área da coleta e de inquéritos, José Ayres de Souza Filho iria mudar de setor e passaria a ocupar cargos em que suas qualidades de liderança foram de grande valia para a instituição a que servia. Foi nomeado Inspetor Técnico em 1962 tornando-se depois Coordenador da Inspetoria Técnica (1964), cargo que se transformaria posteriormente em Coordenador Geral da Rede de Coleta.

Em 1970, iniciara uma outra etapa de sua carreira onde a marca de suas qualidades pessoais, competência e dinamismo iriam espelhar-se numa atuação digna de nota. Era nomeado Diretor do Centro de Documentação e Informação Estatística. Aí faria incidir a tônica de sua ação no treinamento de pessoal, que foi sua preocupação constante até o último de seus dias, procurando incentivar através de cursos, freqüência a Congressos e conferências a melhoria constante da mão-de-obra especializada que o CENDIE possuía. Outra de suas preocupações foi a divulgação junto aos técnicos da

Fundação da massa de informação que o Centro lhes colocava à disposição. Assim, imprimiu um dinamismo inusitado a novas publicações que fizessem atingir o objetivo fixado. Foi por essa razão que surgiram o *Catálogo de Periódicos e Publicações Seriadas*, o *Boletim Trimestral da Biblioteca, as Fichas Bibliográficas, os Sumários de Periódicos Correntes em Estatística e Economia, O que é o CENDIE, O que é SIEX*. Preocupou-se também constantemente com a periodicidade das demais publicações editadas pelo órgão.

É de destacar-se também sua atuação eficiente em cargos que ocupou na Sociedade Brasileira de Estatística e na Campanha Ibgeana contra a Tuberculose.

De José Ayres de Souza Filho traçou um perfil expressivo um dos titulares da então Secretaria-Geral ao deixar o cargo:

“Antigo e experimentado servidor, admitido em 1947, é Estatístico e desempenhou com eficiência várias funções. Na qualidade de Coordenador da IT, na fase de mudança de método de trabalho, foi o elemento decisivo para o inusitado incremento de suas atividades, refletido em todos os setores do CNE. Educado, hábil e zeloso na solução de delicados problemas de pessoal que sempre procurou defender, desfruta da simpatia geral. Constituiu-se um dos mais úteis auxiliares da minha gestão”.

Iguais palavras poderiam ser utilizadas em relação a todos os cargos ocupados pelo Estatístico José Ayres de Souza Filho.

Legislação

DECRETO N.º 73.482, DE 17 DE JANEIRO DE 1974

Dispõe sobre a apuração das Estatísticas da produção agropecuária e de outras de interesse do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo n.º 31, itens III e V, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os encargos de apuração dos inquéritos estatísticos referentes à produção agrícola municipal, produção extrativa vegetal, pecuária, avicultura, apicultura e sericicultura são transferidos do Ministério da Agricultura para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Parágrafo único. Ao Ministério da Agricultura incumbirá a conclusão das apurações dos in-

quéritos estatísticos de que trata este artigo, no que se refere ao ano de 1972.

Art. 2.º O acervo e a documentação dos inquéritos estatísticos apurados pelo Ministério da Agricultura serão transferidos para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1974,
153.º da Independência e 86.º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI
Moura Cavalcanti
João Paulo dos Reis Velloso

Composto e impresso nas
oficinas do Serviço Gráfico do
IBGE - Av. Brasil 15671 - GB